

EM DEFESA DOS IDEAIS DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO



Carlos Siqueira | **35 anos de PSB**

CARLOS SIQUEIRA
35 ANOS DE **PSB**

“ A vida não é a que a gente
viveu e sim a que a gente
recorda, e como recorda
para contá-la.”

Gabriel Garcia Márquez

Editor - Sinoel Batista

Jornalista - Adriana Silva

Revisão de conteúdo - Paulo Bracarense

Curadoria de fotos - Fernanda Regis Cavicchioli

Foto da capa - Aaron Phillipe Silva Miranda

Arte da Capa - João Pedro de Freitas Santos

Revisão - Eva Célia Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carlos Siqueira : 35 anos de PSB / organização
Sinoel Batista. -- Brasília, DF :
Quanta Consultoria, Projetos e Editora, 2025.

Vários autores.

ISBN 978-85-63234-39-1

1. Barros, Carlos Roberto Siqueira de, 1955-
2. Democracia - Brasil
3. Ditadura - Brasil - História
4. Homens - Biografia
5. Participação política
6. Partido Socialista Brasileiro - História
7. Socialismo I. Batista, Sinoel.

25-261621

CDD-920.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Homens : Biografia 920.71

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



Partido Socialista Brasileiro – PSB
SCLN 304, Bloco A, Sobreloja 01, Entrada 63
Brasília - DF - CEP 70736-510
+ 55 (61) 3327 5196 + 55 (61) 3327 6405
www.psb40.org.br



Fundação João Mangabeira - FJM
Sede própria: SHIS QI 5, Conjunto 2, Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul, Brasília – DF
+55 (61) 3365-4099 +55 (61) 3365-5279
www.fjmangabeira.org.br



Ilustração de Fernando Lopes. Fortaleza de ideias. Livro Arte de Ilustrar.

“Socialismo sem liberdade,
socialismo não é.
Liberdade sem socialismo,
liberdade não pode ser.”

João Mangabeira

Sumário

Apresentação	10
--------------	----

Parte 1

De Bom Conselho a Recife: Os primeiros anos do militante da democracia

1955 | 1990

Capítulo 1 – Primeiros passos	15
--------------------------------------	----

A infância na zona rural

Os primeiros anos escolares

O gosto pela música desde sempre

Recife como novo lar

Capítulo 2 – A militância estudantil	19
---	----

Da Universidade Católica de Pernambuco ao Partido Comunista

A retomada do Diretório Acadêmico do curso de Direito

Um militante no movimento estudantil

O encontro com Dom Helder Câmara

De grevista a orador da turma

A militância política no MDB

Capítulo 3 – Consolidando princípios e conceitos	30
---	----

Depois da universidade, os anos no Gajop

Gramsci, Marx, Togliatti

Mandela, Ben-Gurion e Golda Meir, algumas referências entre tantas

A política de Getúlio Vargas

Os políticos pernambucanos, a presença de Miguel Arraes

Capítulo 4 – A luta pelas liberdades democráticas	58
--	----

Diretas Já e o parlamentarismo

De Tancredo Neves a José Sarney

A refundação do PSB

Os constituintes e a Constituição

Um sistema para unificar a saúde

Lula e Collor, um embate sem vitoriosos

Parte 2

Dedicação exclusiva ao PSB:

Um casamento sólido

1990 | 2025

Capítulo 5 – Primeiros tempos no PSB

75

O adeus ao PCB e a filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Dr. Arraes deixa o MDB

Do Recife a Brasília

Racionalidade versus emoção

O mineiro Itamar Franco

O grande homem Jamil Haddad e o Ministério da Saúde

Capítulo 6 – O PSB do período Arraes

87

Dr. Arraes chega à presidência do PSB

De militante a Secretário Nacional do Partido Socialista Brasileiro

FHC e a reeleição

Uma bancada desafiadora

Garotinho para presidente

Sobre o socialismo democrático

A polarização entre a direita e a esquerda

O papel dos partidos socialistas nos vários países

Morre Dr. Miguel Arraes

Capítulo 7 – O PSB do período Eduardo Campos

111

A sucessão com Eduardo Campos

Tirando o projeto da Fundação João Mangabeira do papel

Lula na presidência

Eduardo Campos no Ministério da Ciência e Tecnologia

A trágica morte de Eduardo Campos

Marina Silva para presidente

Capítulo 8 – De Secretario Nacional a presidente do PSB 135

A bancada do partido e a Reforma Trabalhista

Três anos depois a recondução à presidência do partido

Joaquim Barbosa e a candidatura que não se confirmou

Da reeleição ao impeachment

A chance que Michel Temer não aproveitou

Jair Bolsonaro e a ameaça à democracia

A pandemia da Covid-19 e o negacionismo irresponsável

Parte 3

Uma presidência autorreformista

Da fundação do PSB aos dias que ainda estão por vir

Capítulo 9 – O processo da Autorreforma 153

Os segmentos e os congressos do PSB

30 anos de Democracia

A recondução ao terceiro mandato na presidência do PSB

Autorreforma: um movimento de dentro para fora

Reforma Política

A potência da Amazônia e suas fragilidades

Industrialização, educação e o Brasil competitivo

Socialismo Criativo

O próximo passo da Autorreforma

Capítulo 10 – Arranjos políticos 198

O PT e PSB em Recife

Alckmin no Partido Socialista Brasileiro

A polêmica da federação

Um namoro que não virou casamento com o Cidadania

Capítulo 11 – Relações Internacionais:	
sempre em defesa da democracia	223
<i>A saída do Foro de São Paulo</i>	
<i>Juntos com a Aliança Progressista</i>	
<i>Da América Latina aos países europeus</i>	
<i>Detalhando a trajetória histórica do Oriente Médio</i>	
<i>Os eventos internacionais</i>	
 Capítulo 12 – Visões do futuro	252
<i>Melhor definindo a democracia</i>	
<i>Eleições de 2024 e o recuo da esquerda</i>	
<i>O socialismo e o estado de bem-estar social: as políticas progressistas</i>	
<i>O papel da revolução</i>	
<i>A força da juventude do PSB</i>	
<i>De militante a presidente: missão cumprida</i>	
<i>Futuros possíveis</i>	

APRESENTAÇÃO

A sala do presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Carlos Siqueira revela, nos objetivos que guarda, um pouco de seu usuário. Do quadro de tintas fortes contornando Brasília, afetivamente pendurado nas costas de sua mesa, ao trio de fotos emolduradas com detalhes de ipês à sua frente, são expostos fragmentos de uma trajetória. Ali são reveladas suas preferências, as quais ele gosta de falar. Os livros, muitos lidos, tantos outros relidos. A música clássica, alternada do jazz, quando não da nossa popular brasileira, forma uma trilha que sonoriza o ambiente em uma sequência tão frequente que quando silenciada, por qualquer motivo que seja, parece continuar criando uma relação imediata entre o homem e a harmonia do som. As imagens de pessoas que lhe significam ganham relevância na parede cinza. Entre elas, Albert Einstein, para quem o tempo sempre foi um mistério a ser desvendado.

Esse livro é sobre o tempo que passou. Não esse tempo que se imagina linear, com começo, meio e fim. Mas esse estudado por Einstein, que o defendia em sua relação com o espaço, para além das dimensões compreendidas.

Para registrar um período, outros precisaram ser abordados, porque a vida acumula experiências que sustentam as decisões que são tomadas. Assim como não há presente sem passado, não há história para aquele que não viveu. Escrito a partir de entrevistas realizadas em dias e lugares diferentes, esta obra é um relato de seu próprio relator, mas, outra vez, não absolutamente linear. O que se pode observar é que o tempo vem e volta, trazendo para o hoje, constantemente, vivências pretéritas. Somente quando se sabe o que passou, é que, claramente se pode entender as teses que se defende.

A linha do tempo é sim marcada pelo calendário que nunca flexibiliza a rotina dos dias, dos meses, dos anos, mas nenhuma experiência da atualidade se sustenta sem a trajetória que se percorreu. Depois de vivido, esse tempo, a partir das narrativas selecionadas, até pode ser recortado, fracionado, como se verá neste livro, que exhibe fatos da vida do presidente do PSB, destacando o que insiste habitar sua memória.



As perguntas nortearam a narrativa, mas um fato lembrava outro. Uma história pedia complemento. Um complemento abria-se avançando em direções diversas. O começo da história do presidente do PSB, militante há 35 anos neste Partido, volta aos dias de menino, passa pela universidade que o moldou e foi por ele moldada. Esbarra nas referências lidas e, fortemente nas influências sentidas nos relacionamentos que viveu. Carlos Siqueira não fala dele sem falar daqueles com quem dividiu cenários. Sua bagagem carrega as admirações que teve e ainda tem de pessoas com quem conviveu.

Esta organização de fatos não é completa porque sofre a limitação do tempo, das páginas, das lembranças, e nunca desejou ser. Surge para cumprir a função de um registro que, mesmo pessoal, é verdadeiramente histórico para



o PSB. Conta, ainda que em fragmentos, a partir de seu personagem principal 35 anos de convivência. Marca a trajetória do militante que alçou a dirigente e chegou à presidência cumprindo três mandatos. Dos dias no Congresso Nacional, acompanhando a liderança do Partido à realização da Autorreforma do PSB, foram muitos encontros, reuniões, debates, discursos, viagens, congressos, plenárias, conversas, articulações, decisões, deliberações, assinaturas, entrevistas e, sobretudo, muitas vitórias, não sem derrotas.

Este livro tem foco: narrar os 35 anos de filiação de Carlos Siqueira ao PSB, que transitou da militância à presidência, mas, ao percorrer esse trajeto, deixa visível o Brasil, sua política, a rotina de Brasília, joga luz em outras trajetórias que nessa dança do tempo cruzam as histórias quebrando, definitivamente, a linearidade do tempo.

Adriana Silva
Jornalista



Parte 1

De Bom Conselho a Recife:

Os primeiros anos do militante da democracia

Capítulo 1 – Primeiros passos

A infância na zona rural

Os primeiros anos escolares

O gosto pela música desde sempre

Recife como novo lar



*O que vem à memória quando o senhor pensa
no interior de Pernambuco, na sua infância?*

Minha relação com a infância é a melhor possível. Eu saí da minha cidade, que se chama Bom Conselho, no interior de Pernambuco, no agreste pernambucano, mas a cidade não saiu de mim; continua na minha memória e no meu coração. E, toda vez que falo dela, fico emocionado, porque foi uma

infância muito boa, com meus pais, com meus avós. Eu morei um tempo no campo e ainda me lembro do aroma do café torrado e moído ali mesmo no quintal. Era o lugar onde eu passava as férias. Somente depois fui morar na propriedade Serra Grande, do meu avô Siqueira. À época, ir para a escola era um desafio. Eu fazia um trecho a cavalo e depois de charrete, com meus dois irmãos. Bom Conselho é uma cidade que sempre estará nas minhas lembranças e me causa muita alegria só em pensar nela.

O que tem do menino Carlos Siqueira no presidente do PSB?

Difícil saber, mas deve ter muita coisa, porque a infância da gente influencia a vida inteira. Eu morei mais tempo no Recife e já estou há 35 anos em Brasília, mas o meu verdadeiro lugar é a cidade onde eu nasci, a cultura local, a memória do lugar, as lembranças da família, dos vizinhos, parentes e amigos.

O golpe militar de 1964 aconteceu ao longo de sua infância, o senhor tem memória vívida desse período?

Sím, mas uma memória um pouco vaga. Tenho lembrança do dia 1º de abril de 1964. Nessa época, nós morávamos em uma propriedade rural do meu avô, Manuel Siqueira Cavalcanti. Meu pai cuidava da plantação e criava gado; vivíamos da produção da propriedade. Lembro-me que ele foi à cidade e voltou rápido, porque o ambiente estava muito conturbado. Meu pai era filiado ao PTB, mas ele não sabia de fato o que estava acontecendo. A lembrança que tenho do dia do golpe é essa – meu pai voltando de Bom Conselho, mais rápido do que de costume, com a notícia de que alguma coisa estava acontecendo no Brasil. Somente depois ele entendeu que era o golpe.

O senhor foi influenciado pela militância política do seu pai?

Penso que não, porque, assim que aconteceu o golpe de 64, logo em seguida, os partidos foram extintos. Meu pai não teve mais militância política e ficou muito dedicado à questão da agricultura e à criação de gado. E eu também saí de casa muito jovem. Tenho boas influências do meu pai, mas não política.

O senhor lembra da escola primária, de algum professor em especial?



Fachada do Ginásio São Geraldo continua igual.

Sím, eu estudei no Ginásio São Geraldo, que tinha boa qualidade de ensino. Os professores eram bons e era um colégio muito diferente dos que eu vejo as crianças estudarem hoje. A disciplina era rigorosa. Éramos estimulados à leitura e às atividades culturais. Tínhamos aula de música, que se chamava Canto Orfeônico. A professora, Dona Iracema, era pianista e nos dava aula de música na escola. Também tinha uma disciplina chamada Educação Moral e Cívica, que nos fazia cantar o Hino Nacional e o Hino de Pernambuco. Era uma formação cultural mais nacionalista, digamos assim, em que se aprendia a gostar do Brasil.

Lembro-me também do diretor, professor Waldemar Gomes. Chegava de terno e chapéu de feltro e, quando passava, todos faziam reverência e ele só acenava com a cabeça.

Aquele menino do interior de Pernambuco já tinha algum desejo? Sabia o que queria da vida?

Sím, eu sempre quis estudar. Fui uma criança muito disciplinada, a ponto de pedir aos meus pais para estudar em um internato. Achava minha casa, com mais quatro irmãos, muito barulhenta e eu queria mais tempo, mais silêncio para estudar. Mas meus pais não concordaram com a ideia e eu continuei em casa.



Carlos Siqueira à direita com o irmão Jairo, 1958.

Capítulo 2 – A militância estudantil

Da Universidade Católica de Pernambuco ao Partido Comunista

A retomada do Diretório Acadêmico do curso de Direito

Um militante no movimento estudantil

O encontro com Dom Helder Câmara

De grevista a orador da turma

A militância política no MDB



O senhor foi jovem para Recife, como foi essa mudança do campo para a cidade grande?

A minha primeira viagem para conhecer o mar não foi para Recife, foi para Maceió, em Alagoas. Bom Conselho fica mais próximo de Maceió do que do Recife. Eu amei quando eu vi o mar pela primeira vez, foi uma alegria. Mas voltando ao Recife, eu fiquei na casa de tia Carmem, irmã do meu pai, durante cinco anos, no bairro Boa Viagem. Eu era ainda muito jovem. Recife teve um grande significado na minha vida, tudo era surpresa. Eu estava começando a vida, tudo era novidade. E é uma cidade muito cultural, de uma identidade muito forte e de um povo muito politizado. Tudo isso influenciou profundamente a minha formação. A partir do momento que eu cheguei no Recife, foi uma juventude maravilhosa. Tenho as melhores recordações dessa fase de minha vida. Deus realmente me deu mais do que eu merecia. Eu fiz tudo a que tinha direito naquela idade, inclusive as loucuras pertinentes à juventude. Foram anos intensos.

Intenso quanto?

Minha militância, por exemplo, no movimento estudantil, foi bem intensa. Quando entrei na universidade, eu já tinha gosto pela política e fui me envolvendo cada vez mais. Havia 10 anos que o diretório acadêmico do meu curso de Direito, na Universidade Católica de Pernambuco, estava fechado. José Paulo Cavalcanti Filho, que hoje é um escritor e advogado, tinha sido o último presidente. Então, iniciei um movimento de retomada. Partidariamente, eu era da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Naquela época só existiam dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que era o partido da ditadura, e o MDB. E, claro, a minha simpatia era pelo partido que fazia oposição ao regime militar. Entrei no MDB antes mesmo de ir para a universidade.

E o Partido Comunista, como aconteceu essa relação?

A época, eu fui cooptado pelo Partido Comunista, pelo qual já mantinha simpatia, embora não soubesse bem o que era. Eu já tinha leitura sobre o tema e sentia uma sensibilidade social que me motivava a agir pelos direitos de cidadania. Quando fui visto fazendo parte do movimento estudantil, o Partido Comunista, que ainda era clandestino, aproximou-se de mim. E eu fui cooptado mesmo, primeiro para participar de um grupo que se chamava Unidade, era mais amplo do que o partido. Eram pessoas simpatizantes, que faziam a oposição, mas não eram do partido. Segundo, integrei o próprio Partido Comunista e fui militante político na universidade.

Após liderar o movimento para a reabertura do Diretório Acadêmico, fui o primeiro presidente. Ao longo da minha presidência, reunimos muitas pessoas. Demos o nome ao diretório de um desaparecido político que se chamava Fernando Santa Cruz. O diretor da faculdade me chamou e disse: “Você não pode fazer isso. Você não sabe quem foi esse rapaz”. E eu respondi: “Eu sei

quem foi ele”. Aí ele tentou me convencer de utilizar outros nomes: “Você devia colocar Ruy Barbosa, Castro Alves, isso vai prejudicá-lo”. Eu disse que não, era uma homenagem ao desaparecido político do regime militar e o nome seria mesmo Fernando Santa Cruz. E o mantive. Até hoje o Diretório Acadêmico de Direito da Universidade Católica de Pernambuco tem esse

Foto: Acervo da família.



O Diretório Acadêmico do curso de direito da Universidade Católica de Pernambuco foi refundado em 1979 e recebeu o nome de **Fernando Santa Cruz** que foi um estudante pernambucano desaparecido durante a ditadura militar brasileira. Ao longo de sua história, o DAFESC tem se destacado por sua atuação política e social.

O senhor sempre quis cursar Direito?

Sempre que me perguntavam, inclusive meus pais, parentes ou amigos, o que eu queria ser, eu dizia que seria advogado. Escolhi, ainda muito jovem, o Direito como profissão e nunca me arrependi. Direito é um curso importantíssimo e não apenas pelo lado jurídico, mas pela compreensão que dá da estrutura política que está por trás do Estado, ou seja, trata-se de uma formação que amplia a dimensão de mundo e oferece um leque de escolhas de carreiras jurídicas.

*Nessa época de militância universitária,
como era o cotidiano em Recife?*

Quando jovem, eu trabalhava e estudava. Minhas aulas do curso de direito eram pela manhã. À tarde, eu trabalhava no escritório de advocacia. Isso foi muito bom para mim, deu-me uma sólida vivência profissional, ao mesmo tempo em que eu via as coisas do ponto de vista teórico, eu aprendia a prática da advocacia no escritório. À noite, eu voltava para a universidade, porque era a hora da militância política. Durante a minha gestão no DAFESC, foi deflagrada a primeira greve na universidade pernambucana, depois do regime de 64. Essa greve teve ampla repercussão na imprensa e me ensinou muito, porque nós somos formados nos embates políticos. Ao mesmo tempo, embora muito jovem, eu considerava aquela greve uma radicalização excessiva. Mas me continha, já que estava sintonizado com o movimento. Mantinha certas cautelas, queria mesmo era encontrar uma solução. A greve protestava contra um aumento de 5% na mensalidade, ou seja, na realidade, era um movimento político radicalizado.

Os estudantes ocuparam a universidade e a polícia cercou o prédio. Quando vi que a coisa podia chegar a um radicalismo ainda maior, resolvi procurar a pessoa que foi sempre a minha referência, desde criança e depois na adolescência, e que me acompanha até hoje, que foi Dom Helder Câmara. Decidi, sem comunicar a ninguém, ir ao Palácio dos Manguinhos e conversar com Dom Helder, contar apenas o que estava acontecendo na universidade, já que o reitor era um padre.

O padre Amaral era um homem de direita e, claro, conservador. Recusava-se a conversar com os líderes da greve. Eu considerava aquilo uma atitude de muito negativa. Ele se recusava a receber os líderes, por isso fui até o Dom Helder, sem pretensão nenhuma. Quando cheguei lá, ele me recebeu muito bem. Conte o que estava acontecendo e ele não disse nada, apenas pegou uma cadernetinha com números de telefones e ligou para o reitor. Fiquei numa alegria tremenda, quando ele agendou uma reunião para o dia seguinte,

às 10 horas, com o reitor e os líderes da greve, lá no Palácio dos Mangueiros. Aquilo me deu uma alegria enorme; não pedi nada, e ele tomou a iniciativa. Voltei para a universidade e dei a notícia para os demais líderes da greve. Todos perguntavam como aquilo tinha acontecido. Eu dizia: “Fui lá, falei com ele e ele convocou essa reunião”. No outro dia, o encontro aconteceu. Não foi conclusivo, por isso, depois daquela reunião, aconteceu outra em Brasília, com o então ministro da Educação, Eduardo Portella. Quando voltamos da capital federal, a greve terminou em poucos dias.

Eduardo Portella foi ministro da Educação de março de 1979 a setembro de 1980, no governo do general João Figueiredo.



A esquerda, Carlos Siqueira com outros militantes do movimento estudantil.

Como o senhor se tornou um dos líderes desse movimento grevista?

O fato é que eu era o presidente do diretório do curso que tinha mais alunos. A greve teve resistência, não pouca, porque, na universidade, muitos estudantes eram conservadores, principalmente no meu curso. O curso de direito era praticamente contra a greve. Lembro-me que, no dia da assembleia da greve, eu estava doente – uma gripe muito forte –, e não fui para a universidade, mas mandaram me buscar à noite para participar da assembleia. Eu

estava tão fraco que me sustentaram para eu subir em uma mesa e, lá de cima, eu falei para todos os presentes e minhas palavras convenceram grande parte dos estudantes do meu curso a aderir à greve.



Carlos Siqueira em lançamento do Clube de Direito Penal, ladeado por alguns de seus professores -1979.

Era também um embate do processo democrático?

Claro, porque estávamos na universidade, tratávamos de assuntos específicos dos estudantes. Tínhamos claramente uma visão política. Já havíamos participado da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Era um período de ebulição política muito forte.

Essa liderança no meio universitário foi contínua? Foi isso que levou o senhor a ser o orador da sua turma na formatura?

Sím, eu não queria ser orador. Não era um bom orador, mas, no final, só se inscreveram pessoas de direita, para representar a turma. Faltando dois dias para o final do período de inscrição, muitas pessoas do meu grupo me procuraram e diziam perplexos: “Você não pode fazer isso. Você tem que se inscrever para ser orador da turma, porque só tem gente de direita que vai



Carlos Siqueira no dia da formatura do curso de direito. No púlpito para a leitura de seu discurso como orador da sua turma.



falar em nosso nome lá”. Eu argumentei que só faltavam dois dias, que não havia tempo para fazer campanha, mas eles queriam tanto que se dispuseram a fazer por mim. Lancei a candidatura na véspera da eleição e a coordenadora da comissão de festa, que era muito influente, apoiava, claro, o esposo dela como candidato. Ela usou toda a estrutura da organização da festa para fazer a campanha do marido contra mim. Entrei e ganhei por um só voto. Só fui orador da turma porque tive um voto a mais. Foi muito interessante. No episódio seguinte, depois de eleito, o pró-reitor – que era um alemão, padre Hansen, mais reacionário do que o reitor ainda –, me chamou na pró-reitoria na antevéspera da solenidade e disse: “Olhe” – com todo o cuidado –, “não pense que é controle, mas eu queria ler o seu discurso”. Aí falei: “Padre, se o senhor quiser ouvir o meu discurso, o senhor terá que ir na solenidade. Não vou lhe dar, me desculpe”.

Lembra-se do discurso? Pelo menos da mensagem central?

Sím, lembro-me, meu discurso era todo voltado para a questão da redemocratização do país. Felizmente, fui um jovem de uma geração que sonhava em mudar o mundo. Não queríamos mudar apenas a nossa vida, nós queríamos mudar o mundo. Havia revoluções em várias partes do mundo que nos inspiravam. Entre todas, as que mais nos motivavam eram as revoluções de esquerda e, portanto, nós achávamos que o mundo ia mudar, não tinha outro jeito, e o nosso objetivo era ajudar a mudar o planeta, a melhorar a vida das pessoas, a acabar com as injustiças sociais. E acreditávamos muito nisso. Era muito bonito. Era um sonho, qualquer sacrifício valia a pena, porque sabíamos de todos os riscos que corríamos. Mas queríamos aquilo. Não havia quem nos detivesse. Era muito bonito e nos causava muita alegria. Se tivesse que voltar, eu faria tudo de novo e do mesmo jeito. Não mudaria nada. Na juventude, a gente faz o que vem à cabeça, o que sente; a gente não mede as consequências. Isso é bom também para a juventude.

E como foi aquela noite, a repercussão do discurso?

A repercussão do discurso foi boa. Fui muito aplaudido. Até me surpreendeu, porque tinha muita gente, que eu sabia, que era bem conservadora. E, como eu disse, só ganhei por um voto. Fiquei até com medo de não ser aplaudido. Mas fiz um truque também, eu escolhi uma música clássica e pedi para que colocassem três minutos antes de terminar o discurso – cronometrado. A música começava bem baixinho e ia subindo. Eu pensei, se não aplaudirem o discurso, vão aplaudir a música, que é muito bonita. E aplaudiram.

Pastoral Symphony
Sinfonia Nº 6, Beethoven.



A música clássica, que o senhor gosta tanto, nos dias atuais, já gostava naquela época?

Sím, já gostava muito. Eu gosto de música clássica desde criança. Sempre adorei. Quando era jovem, não tinha televisão. Fui morar sozinho no Recife e não tinha aparelho de TV. Durante mais de 8 anos, a televisão não entrou em minha casa. Eu só ouvia música, não somente a clássica, gosto de jazz, música popular brasileira, Bossa Nova, que sempre me encantaram e continuam encantando ainda hoje. A música é um mundo à parte. Não sei o que seria do mundo sem música.

O senhor participou do movimento estudantil nacional?

Desde jovem, mesmo no secundário, eu já participava da vida estudantil e eventos políticos, tanto que fui orador de turma, também, na conclu-

são do curso secundário. O movimento estudantil estava se reorganizando nacionalmente, na minha época de universidade. A União Nacional dos Estudantes ganhava força com os encontros em vários pontos do país. Em 1977, participei do primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Direito, em Belo Horizonte. No ano seguinte, coordenei o segundo Encontro Nacional de Estudantes de Direito, que aconteceu no Teatro do Parque, no Recife. Participei ativamente.

Logo na sequência, nos preparamos para participar do Congresso Nacional de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Salvador, na Bahia. Fui eleito o delegado mais votado, na minha universidade, para representar os estudantes. A viagem foi muito interessante. Fomos do Recife a Salvador por terra, eu e mais dois colegas. Lembro-me que, na estrada, muitos policiais federais paravam a gente para verificar o carro. Eles olhavam para ver se tinha publicação subversiva. O ambiente era de distensão. O presidente Geisel já tinha anunciado a abertura política, mas, lenta, gradual e segura, como ele dizia. A Polícia Federal estava atenta e acompanhava tudo o que acontecia. Foi um trajeto com muitas paradas, mas chegamos a Salvador.

A cidade estava bem-preparada para receber os estudantes. Fiquei hospedado na casa de um intelectual, não me lembro o nome, mas era uma casa cheia de livros, muito bonita, na Praia Vermelha. Foram dias de muita programação. Inclusive, nessa ocasião, conheci a hoje deputada e ex-prefeita de Salvador pelo PSB, Lídice da Mata, que, na época, era uma jovem como eu, um pouquinho mais nova.

Aconteceram discussões interessantes. A juventude brasileira estava entusiasmada. Não se tratava de uma demanda pontual de reconstrução da entidade, acreditávamos, naquele momento, que estávamos participando da reconstrução da democracia brasileira, que tinha sido interrompida em 1964. Tínhamos absoluta convicção de que íamos conseguir, como conseguimos, de fato. Quer dizer, toda a sociedade brasileira, a sociedade organizada, o mundo político, setor partidário, todos juntos, conseguimos reconstruir a democracia.

Era uma verdadeira festa de conagraamento, discussão, ideias, de disputa no campo da esquerda; das diferentes tendências políticas existentes. Foi um grande prazer ter participado dessa festa democrática, que foi a reconstrução do Congresso Nacional da UNE. Foi muito bonito. Uma experiência muito positiva e a primeira vez que eu fui a Salvador e me encantei com a cidade. Salvador é uma cidade muito simbólica para o Brasil. É histórica, alegre, de muita brasilidade e muita cultura própria. Desde então, sempre que posso, volto a Salvador.

Há um fato interessante para registrar. Antônio Carlos Magalhães, que era o governador da Bahia, nessa época, cedeu o Centro de Convenções da Bahia para o encontro. Os militares não gostaram muito, mas ele, embora fosse ligado ao regime militar, cedeu o espaço onde realizamos o congresso. Tudo sempre acompanhado pela polícia. Ele percebeu que estávamos entrando em outra era, que estávamos entrando na era da liberdade, da democracia e fez uma concessão ao movimento estudantil, às forças de esquerda.

Carlos Siqueira
delegado da
Universidade
Católica de
Pernambuco
no Congresso de
reconstrução da UNE.



Capítulo 3 – Consolidando princípios e conceitos

Depois da universidade, os anos no Gajop

Gramsci, Marx, Togliatti

Mandela, Ben-Gurion e Golda Meir, algumas referências entre tantas

A política de Getúlio Vargas

Os políticos pernambucanos, a presença de Miguel Arraes

Depois de formado em direito, a ideia era seguir articulando movimentos?

Formei-me em direito e fui trabalhar. Primeiro, trabalhei na minha área, numa empresa privada, mas por pouco tempo. Depois, fui convidado para integrar o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop). Eu era recém-formado e tinha amigos que me convidaram para participar desse gabinete. Era uma instituição que recebia financiamento externo para implementar políticas contra a violência. Tinha o assessoramento e apoio ao ressurgimento dos movimentos populares na periferia do Recife. Ali tinha o movimento Favelas, mas o ressurgimento legal desses movimentos era bem incipiente. Nosso papel era ajudar essa organização a atuar nas comunidades. Era uma instituição com muita credibilidade entre os movimentos populares. Nosso trabalho era apoiar as associações de moradores e ajudar na formalização com a elaboração de estatuto e outros documentos. Discutíamos com eles os temas relevantes para melhorar a vida das pessoas. Explicávamos os avanços possíveis se a organização fosse legalizada. Aquele trabalho tinha muita legitimidade, as comunidades confiavam na gente.

Não tínhamos um lado naquelas disputas populares, simplesmente organizávamos e assistíamos as decisões autônomas da comunidade. Não colocávamos ali a questão partidária, nem de preferências por esse ou aquele grupo. Havia muitos grupos ligados à igreja, mas também pessoas de parti-

dos, lembrando que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ainda eram clandestinos. Só depois surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). Foi uma experiência muito rica, porque eu era um menino de classe média que morava em Boa Viagem e frequentava os lugares de assentamentos de ocupações na periferia da cidade no Recife e em Olinda. Casa Amarela, por exemplo, um bairro muito grande, com muitas áreas populares e que se organizou. Ilha do Rato, que depois se transformou em Ilha de Santana, em Olinda, e em muitas outras comunidades. Hoje, as pessoas vivem bem melhor do que naquela época, em função da organização político-social que fizeram.

Carlos Siqueira,
formado advogado
durante atividade do
GAJOP em apoio à
comunidade de Ilha
de Santana, Olinda,
ladeado à esquerda
por Joãozinho e à
direita pelo senhor
Heleno, presidente e
ex-presidente,
respectivamente, da
Associação de
Moradores.



Vocês, do Gajop, se envolviam nas eleições municipais?

Lembro-me da primeira eleição direta de prefeito para capitais, após o regime militar, que foi em 1985, quando Jarbas Vasconcelos foi eleito.

Ajudamos na formulação de propostas públicas, na campanha eleitoral para o governo da prefeitura do Recife. Jarbas foi bastante receptivo ao debate sobre a especulação imobiliária que acontecia naquele momento. Quando uma favela ocupava áreas mais valorizadas, investidores procuravam os moradores para comprar os imóveis e remover as pessoas das comunidades. Depois, eles investiam no local. Ao longo do mandato do prefeito Jarbas, foi elaborada uma lei e aprovada na Câmara do Recife para regular essa situação.

Lei nº 14.947, sancionada em 1987, durante a gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos. Essa legislação criou o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas Zeis, promover sua regularização jurídica e integrá-las à estrutura urbana do Recife. Um dos princípios fundamentais do Prezeis é inviabilizar a especulação imobiliária nos terrenos urbanos das Zeis, evitando o processo de expulsão indireta dos moradores dessas áreas.



Carlos Siqueira durante campanha de Roberto Freire para a prefeitura do Recife, 1985.

Muitas outras organizações, como a Comissão de Justiça e Paz, participavam desse movimento. Ainda hoje, se você for ao Shopping Recife, em Boa Viagem, verá uma favela bem ao lado. Hoje, tem casas bem melhores, porque naquele tempo não podiam ser vendidas. A ideia era regularizar o domínio do imóvel para mantê-los no local, e evitar a especulação imobiliária, sobretudo daquelas comunidades que se situavam próximas a bairros de classe média alta.

O senhor tinha um plano para o futuro?

Nunca tive um plano de longo prazo. Sou movido pelo sentimento. Fui e sou motivado pela minha intuição. Meu sentimento me guia muito melhor do que a minha racionalidade. Minha razão não é totalmente nula, mas, às vezes, não funciona bem. Minha percepção das coisas sempre foi o que me moveu rumo ao futuro. E isso é ótimo. Nunca me arrependi e estou muito feliz que seja assim. Espero que, até o fim da vida, eu seja movido pelo meu sentimento, pela minha intuição, mais do que pela minha razão, porque a minha razão me trai muito. Meu sentimento sempre me leva a lugares e situações que me satisfazem. Eu fui guiado por isso. Entrei na política, por exemplo, guiado por um sentimento de justiça social, solidariedade e amor ao próximo, com o desejo apenas de servir.

Foi esse sentimento de justiça que levou o senhor ao Partido Comunista?

Entreí no Partido Comunista e passei um longo tempo vinculado a ele. Foi uma escola extraordinária, tanto no período da clandestinidade quanto na fase legalizada.

Entre 1985 e 1990, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou por transformações significativas, refletindo as mudanças globais do comunismo e as novas direções políticas no Brasil. A Redemocratização e Legalização ocorreu em 1985. Com o fim da ditadura militar e o início da Nova República, o PCB conquistou a legalidade novamente, e seu programa e estatuto foram publicados no Diário Oficial da União.

O partido me ensinou o que era política, embora eu tivesse grandes discordâncias. Eu era um jovem comunista, mas nunca deixei de ser cristão. Eu era, assim como ainda sou, católico. Quem quiser ser materialista, que seja, eu não sou. Concordo que o partido queira mudar a situação das pessoas, melhorar a situação social, desenvolver o país, mas o negócio de materialismo não é comigo. Isso contrariava o partido, mas os afiliados aceitavam conviver comigo assim mesmo. Eu convivia bem. Não posso reclamar muito do partido, porque os participantes entendiam minha realidade. Não achavam muito bonito, mas aceitavam. E assim foi. Nunca tive essa coisa de materialismo. Eu fazia uma crítica muito forte ao chamado socialismo real. Nunca aceitei como sendo correto um regime que só tem um partido político, que as pessoas não têm direito à religião, que não tem imprensa livre.

Como o senhor conciliou a filiação no MDB e a militância no Partido Comunista?

Eu era membro do MDB com a plena consciência de que estava ali porque era aquela a única opção para combater o autoritarismo militar. Na minha juventude, muita gente fez a opção pela luta armada e eu sempre achei que esse caminho não colaborava com a redemocratização do país. Desde muito jovem, eu sou muito realista, em certas coisas, felizmente. Reconheço que a luta armada era uma forma de luta, mas não a única. Não concordava

com aquilo porque eu queria a democracia e acreditava que o único instrumento legal que existia, partidariamente falando, era o MDB e os movimentos populares. O partido agregava todo mundo: comunistas, socialistas, democratas e democratas liberais. Todos que eram contra ao regime militar se reuniam no MDB e eu estava ali consciente disso. Naquela época, algumas pautas sugeridas por nós eram comuns ao MDB e ao PCB, como a ideia de Anistia e da Constituinte; tudo isso nasceu naquele tempo. Os comunistas deram importante colaboração à formulação das políticas, e reivindicações que o MDB assumiu. O MDB foi um grande movimento por meio do qual conquistamos a redemocratização do nosso país. Somente quando o Partido Comunista foi legalizado é que tivemos que fazer uma opção.

Quem eram as lideranças no PCB no Recife?

O Partido Comunista Brasileiro, desde os anos de 1940, foi muito forte no Recife. Para se ter uma ideia, depois da redemocratização de 1945, a Câmara Municipal do Recife teve uma maioria de vereadores comunistas. A eleição de Júlia Santiago, a primeira mulher vereadora na Câmara Municipal do Recife e de Adalgisa Cavalcanti, a primeira deputada eleita pelo PCB de Pernambuco, foram vitórias significativas.

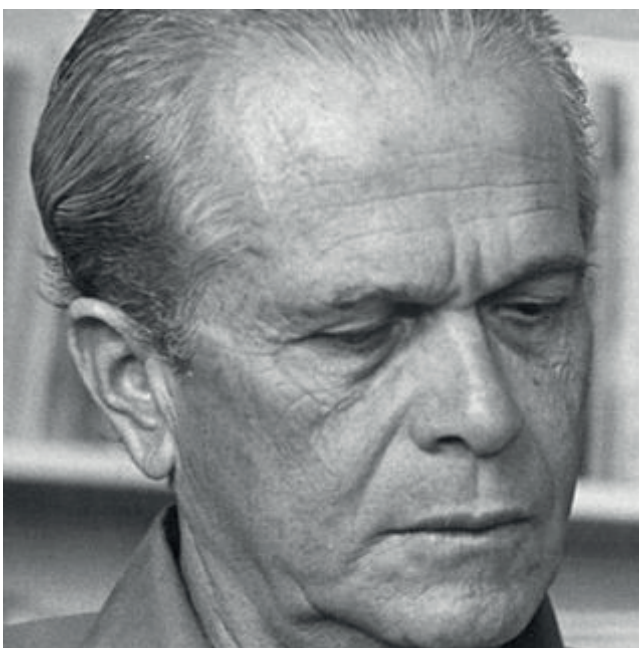
Adalgisa Cavalcanti foi deputada de 1946 a 1948. Sua militância começou em 1930. Ela apoiava o movimento da Aliança Liberal que defendia as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa – presidente e vice-presidente –, em oposição à candidatura de Júlio Prestes, por São Paulo, e ao então presidente, Washington Luís. Ela participou da comissão de solidariedade aos presos políticos da Intentona Comunista e foi presa por isso.

Adalgisa Cavalcanti. Foto: Wikipédia.



Já na minha época, um escritor muito importante localmente, Paulo Cavalcanti, foi cassado durante a ditadura e preso 11 vezes. Nós o chamávamos de “Mestre de Beberibe”, uma figura que nos influenciou muito. Já era bem mais velho do que nós, muito participativo, e nos reuníamos na casa dele quinzenalmente. Era uma figura excepcional, muito considerado por todo o mundo político e intelectual de Pernambuco. Escrevia muito bem. Escreveu um livro chamado “Eça de Queirós: Agitador no Brasil” e outras obras de memória sobre a política pernambucana. Eram obras que nos influenciavam muito. Um livro dele muito interessante é sobre o período de Miguel Arraes: “Da Coluna Prestes à queda de Arraes”.

Escritor comunista, Paulo Cavalcante. Foto: Cepe Editora.



Tinha também o Roberto Freire, para quem dei meu primeiro voto para deputado. Depois, votei nele muitas vezes. Foi deputado por muitos mandatos e senador por Pernambuco. Um homem muito honrado, em quem nunca me arrependi de ter votado. Havia também o deputado estadual Hugo Martins, conhecido como Guri. Além deles, lembro-me de Byron Sarinho, e do meu amigo Francisco Almeida, que acompanhava e orientava a nossa base no movimento estudantil.



Cristiano Cordeiro (ao centro), fundador do PCB / 1922; escritor Paulo Cavalcanti; Carlos Siqueira e outros membro da Direção do PCB-PE. 1986.

Como o senhor tomou conhecimento da Operação Condor?

Eu já tinha notícias da Operação Condor, mas entendi melhor porque o Dr. Arraes me contou que, quando ele estava no exílio, na Argélia, apareceu uma pessoa, enviada pelo presidente argelino, para alertá-lo de que vários assassinatos de altas lideranças comprometidas com a democracia, na América do Sul, haviam sido praticados pela Operação Condor, que era uma aliança das ditaduras militares sul-americanas para eliminar, principalmente, os líderes que, num possível retorno da democracia, voltariam ao Brasil e aos seus países de origem.

Dr. Miguel Arraes morou na Argélia e mantinha relação excelente com o governo daquele país. Era um governo de amplas relações internacionais. Entre as pessoas que corriam riscos, estavam Leonel Brizola e Dr. Miguel Arraes. Na verdade, pessoas de vários outros países estavam em perigo e algumas já haviam sido assassinadas. Com essa informação fidedigna, ele mandou avisar Brizola, que estava exilado no Uruguai, sobre aquela situação de perigo. Ele pediu para o Dr. Arraes consultar o governo da Argélia sobre a possibilidade de ele ser exilado lá, porque teria que sair da América do Sul. O Dr. Arraes fez a consulta e obteve resposta positiva do governo argelino, entretanto, nesse ínterim, Brizola foi para os EUA e foi acolhido pelo governo de Jimmy Carter e, somente depois, foi para a Europa. Daí veio a relação dele, acredito eu, com a social-democracia europeia. O que se sabe da Operação Condor é que foram cometidos muitos crimes, mas, felizmente, nos casos do Dr. Miguel Arraes e Leonel Brizola, os dois voltaram do exílio e desempenharam ainda papéis políticos relevantes.

A Operação Condor foi uma aliança feita entre as ditaduras sul-americanas e ocorrida em meados da década de 1970, que contou com o apoio dos Estados Unidos. Tinha como objetivo reprimir as ações de opositores no cenário político. Na essência, permitiam a troca de informações entre os integrantes da operação para perseguir as pessoas que eram contrárias às ações desses governos ou teriam alguma ligação com o comunismo.

Como o senhor conseguiu ampliar seu espaço de atuação política?

Éramos poucos advogados recém-formados, mas estávamos colaborando. Passamos a participar da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Foi uma ótima experiência e muito relevante. Eram novos advogados, cheios de energia. O presidente da OAB resistiu um pouco em nomear esse grupo novo, porque era certo que íamos entrar em conflito com os chamados cardeais, que compunham a Comissão de Direitos Humanos, mas acabou nomeando e tivemos uma ótima atuação. Foi uma experiência muito positiva, também, para conhecer todo o sistema carcerário e as áreas de luta dos Direitos Humanos no Brasil.

Gostava da atuação no Gajop. Era uma instituição que também estava inserida no Movimento Nacional de Direitos Humanos e, na época, muito ativa, com participantes importantes, como o frei Leonardo Boff. Era um movimento nacional e os jovens estavam engajados. O período era de muita efervescência, muita luta e extremamente importante para aquela geração, porque mantinha viva a luta não só pela liberdade democrática, mas pela libertação, mudança social, justiça social. Eu estava empenhado, como muitos outros, em cumprir esse papel. Era a luta de muita gente e a minha também. O Brasil era – e ainda é – um país profundamente desigual, que estava enriquecendo e as pessoas continuavam na miséria, como, aliás, ainda tem milhões hoje, infelizmente.

Quais eram suas referências de intelectuais de esquerda?

Comecei lendo a literatura marxista. O “Manifesto Comunista” e vários outros livros da produção de Marx e Lenin. Depois, um pouquinho mais à frente, eu li Antônio Gramsci e Palmiro Togliatti, que são italianos e me impressionaram bastante, em especial, pela possibilidade de se construir algo que não fosse meramente a reprodução do chamado socialismo real. Gramsci influenciou-me porque eu tinha uma visão positiva do Partido Comunista Italiano, que era um partido que tinha padres e freiras na sua militância. Era um

partido de massa, que quase ganhou as eleições da Democracia Cristã. Faltou meio ponto para que o partido ganhasse uma das eleições, ou seja, era um grande partido e não mantinha vinculação direta com a União Soviética. O PCI era um partido independente.

Em que Marx mais o influenciou?

Marx faz uma crítica profunda do capitalismo, no que tem muita razão. Foi quase profético em algumas coisas. Por exemplo, ele dizia: “A lógica do capital leva-o a destruir as duas pilastras sobre as quais ele se constrói, que é a força de trabalho, dispensando-a pela automação e a natureza, com seus recursos se exaurindo”. Estamos desafiados a encontrar uma nova economia, com capacidade de salvar o planeta, ou, se mantivermos esse estado de obtenção do lucro de qualquer maneira, o lucro em detrimento da destruição da natureza, e não encontrarmos soluções para a mão de obra que é dispensada pelo desenvolvimento tecnológico, o caos só será acentuado. Marx nunca defendeu implantar um regime socialista antes do desenvolvimento das forças produtivas. As forças produtivas precisam ser desenvolvidas. Criar riqueza. Ele dizia: “Não se pode distribuir riqueza que

“ A lógica do capital leva-o a destruir as duas pilastras sobre as quais ele se constrói, que é a força de trabalho, dispensando-a pela automação e a natureza, com seus recursos se exaurindo. ”

não foi criada”. E isso me parece extremamente óbvio. Penso que ele continua sendo uma forte referência. Foi um reconhecido pensador e continuará influenciando, porque o pensamento dele continua contemporâneo.

Quais outras referências foram significativas para a construção de seu referencial filosófico e político?

Mahatma Gandhi foi uma importante figura, não apenas em seu país, a Índia, mas internacionalmente. E continua sendo, porque ele é daquelas figuras tão importantes que, mesmo tendo partido para outra dimensão, continua entre nós. Ele tem uma característica interessantíssima, que também foi inspiração para Dom Helder Câmara, que é a questão da Não-Violência Ativa, que orientou a trajetória dele contra o Império Britânico, que dominava a Índia na época em que o país lutava por independência. Ele viu um jeito de enfrentar o colonizador sem violência, mas com a arma do conhecimento e da resistência por meios pacíficos. Isso, em grande medida, deve ser a inspiração de todos os povos, porque a guerra, que é outro meio, também, que, até hoje, tem prevalecido; a violência armada não deixa de ser um atraso da humanidade. Não faz qualquer sentido resolver seus problemas com violência, mas é o que ainda está em vigor.

Ghandi apresentou outra forma e teve sucesso quando chamou a todos para se vestirem com as roupas do país dele – “vamos vestir os panos do nosso país e não as roupas fabricadas pela Inglaterra”. Ele foi definitivo. Ou seja, há várias formas pacíficas de resistir. E ele nos ensinou isso, o que foi muito inspirador e ainda vai inspirar várias gerações, no futuro, que poderão lutar através desse método da Não-Violência Ativa. Incluímos no novo programa do PSB, por meio da Autorreforma, na Tese 515, a defesa da Não-Violência Ativa como método de luta por transformações sociais. Ghandi é uma figura que sempre admirei, a ponto de tê-lo sempre ao meu lado, seja em casa ou no trabalho, isso porque você tem que se inspirar em pessoas que representam o

ideário de humanismo, de luta por transformações sociais. E essas pessoas estão por todo lado na minha vida, em casa e no trabalho.

Alguém mais?

Nelson Mandela, sem dúvida nenhuma, foi forte liderança do século XX, a liderança mais emblemática, mais exemplar, porque ele enfrentou o apartheid, no seu país. Ele ficou 27 anos preso e foi capaz de sair desse sofrimento sem uma pequena mágoa contra seus opressores. Isso é quase um Cristo. É maravilhoso esse exemplo dele. E se transformou no primeiro presidente negro do seu país. Era muito autêntico em defender suas causas. Entre seus seguranças, havia pessoas brancas. Os negros não compreendiam porque ele colocava uma pessoa branca para ser seu segurança, mas isso era porque ele não queria agir como seus opressores, dividindo a sociedade entre brancos e pretos. Queria uma sociedade unida em torno de objetivos maiores e não da divisão entre pessoas de cores diferentes. Ele teve essa capacidade de dar um exemplo monumental.

Outro aspecto que me chamou muito a atenção é que ele não foi um homem apegado ao poder, e mostrou a sua elevada espiritualidade. Podia ter ficado durante vários mandatos como presidente da África do Sul, que é um país importante e em desenvolvimento. Mas só quis um mandato, e depois foi cuidar da vida. Teve até um segundo casamento. Mandela teve um só mandato e depois foi cuidar de outros assuntos, tendo vivido uma longuíssima vida. Deixou que outras lideranças governassem. Mesmo à distância, nunca deixou de ser uma inspiração e de ser a pessoa mais querida pelo seu povo, um dos líderes mais emblemáticos que a humanidade teve no século XX.



Nelson Mandela. Foto: Divulgação.

O apartheid, que, na tradução, significa “separação”, foi um regime político de segregação racial mantido na África do Sul por 46 anos (1948 a 1994). Criado pela elite branca, sob a liderança do Partido Nacional, defendia o mito da superioridade e cultivava ideais supremacistas. Nelson Mandela foi um dos líderes dos movimentos de resistência. O sistema começou a ruir durante a presidência de Frederik de Klerk.

Tem outros líderes que admiro muito, como o David Ben-Gurion, que foi o primeiro-ministro do moderno Estado de Israel. Shimon Peres e Golda Meir. Essas são três figuras do mesmo país que desempenharam papéis fundamentais na história de Israel e do mundo, por que não? Embora com perfis diferentes, tiveram papéis fundamentais, durante o desenvolvimento do Estado de Israel, nesses últimos 75 anos. Sempre me serviram de inspiração, mas, principalmente, a Golda, cuja vida conheço desde muito jovem. Considero que ela foi uma líder maravilhosa, estadista, mulher que exerceu muitos cargos importantes, desde chanceler, embaixadora, ministra do Trabalho e Ação Social, primeira-ministra, e enfrentou a Guerra do Yom Kippur, em 1973.

A Guerra do Yom Kippur começou em 6 de outubro de 1973, quando tropas egípcias e sírias fizeram ataques militares contra bases israelenses. A guerra tem esse nome porque se iniciou no feriado em que os judeus comemoram o Yom Kippur, que significa o “dia do perdão”.

Golda Meir. Foto: divulgação.



Já sofrendo de um câncer que, secretamente, tratava enquanto acontecia a guerra, foi uma mulher, entre todas as mulheres na política, que mais admiro. E, por isso, sempre mantive a foto dela como se fosse uma pessoa da família, de tanto que eu a admiro. Golda Meir é uma pessoa altamente inspiradora. O Shimon Peres foi um lutador permanente pela paz e tinha uma visão

regional, não apenas sobre Israel, pois defendia que, se os países árabes e seus vizinhos não se desenvolvessem, oferecendo um futuro para a sua juventude, haveria guerra. Mas, se houvesse desenvolvimento e prosperidade e, segundo ele, Israel devia cooperar para isso, os jovens desistiriam da guerra para aproveitar as suas vidas. Sem motivação para viver, eles seriam presas do terror. Uma figura que lutou permanentemente pela paz entre árabes e judeus.

Por falar em liderança, um bom líder tem perfil específico?

Sím. Tem vários. Um perfil específico para épocas distintas. Mandela e Gandhi, por exemplo, lutaram em períodos diferentes pela libertação dos seus países. Mas eu penso que a primeira coisa que um líder precisa ter é largueza e espírito público, além de visão estratégica, visão de unidade e não de separação entre pessoas e classes sociais. Desejo de melhorar sinceramente, de melhorar as condições de vida da população, dos seus países. Essas são qualidades indispensáveis. Se não tiver grandeza e humanismo, dificilmente será um bom líder.

Entre as lideranças que conduziram politicamente o Brasil, Getúlio Vargas se apresenta como uma figura emblemática sobre a qual o senhor sabe muito. Pode falar desse período?

O problema do Brasil é que, quando terminou a monarquia, os presidentes que se alternaram não conseguiram promover o desenvolvimento do nosso país. O Brasil continuou sendo uma nação agrária, muito atrasada, com 80% da população vivendo no campo. Era uma democracia precária, em que

as mulheres não votavam, os analfabetos não votavam, enfim, era precária sob vários ângulos. Era um país muito atrasado.

Os acontecimentos que precederam a Revolução de 30, como o Tenentismo, a criação do Partido Comunista Brasileiro, a Coluna Prestes, a Revolta do Forte de Copacabana, a Semana de Arte Moderna e outros fatos políticos importantes, interferiram diretamente no cotidiano do Brasil. Os mineiros enxergaram em Getúlio Vargas a figura que poderia isolar São Paulo e unificar Minas Gerais, o Nordeste e o Rio Grande do Sul. E assim aconteceu. Não organizaram eleições porque a situação eleitoral também era muito complicada, assim, defenderam a ideia de governo provisório.

O sistema eleitoral era completamente inconfiável, chamado de “eleição a bico de pena”. Eles se propuseram a organizar o país primeiro e fazer a eleição depois. E foi isso que fizeram. Foi uma tremenda virada de página. Não dá para falar aqui porque seriam horas de conversa sobre os acontecimentos que Getúlio Vargas provocou no Brasil; positivos, do ponto de vista do desenvolvimento estratégico do país, mas com muitas repercussões. Tanto que, a partir daí, entre os anos de 1930 e 1980, o Brasil foi o país que mais cresceu em todo o planeta e os resultados ainda estão muito presentes na vida do brasileiro, até hoje.

O Tenentismo foi um movimento político-militar iniciado na década de 1920 e conduzido por oficiais do exército brasileiro, revolucionários da época. Nem todos com patente de tenente, tinham em comum a insatisfação com a política da Primeira República. Esses homens defendiam um projeto para o Brasil baseado no liberalismo e queriam a formação de um governo autoritário.

A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana aconteceu em julho de 1922, na época da Velha República (1889-1930), na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil e recebeu esse nome em decorrência ao número dos envolvidos – 17 militares e um civil. O levante foi uma das primeiras ações do Tenentismo e demonstrava a insatisfação militar com o predomínio das oligarquias. Epitácio Pessoa, presidente à época, havia proposto o fechamento do Clube Militar do Rio de Janeiro e a prisão do gaúcho Hermes da Fonseca, ex-presidente do país (1910-1914).

A Semana de Arte Moderna foi uma manifestação artístico-cultural contrária a arte acadêmica, ocorrida na cidade de São Paulo, entre 13 e 17 de fevereiro de 1922, também conhecida como Semana de 22. Com apresentações musicais, recitais de poesias, espetáculos de dança, exposição de pinturas e esculturas, e palestras, os artistas participantes ofereciam uma visão estética diferenciada e renovada da arte, a partir de inspirações vanguardistas europeias.

Praticada na República Velha, a eleição a bico de pena referia-se ao voto não secreto do cidadão brasileiro. Controladas pelos líderes políticos, as eleições realizadas entre 1890, até 1930, eram vulneráveis à fraude, porque os resultados eram lavrados pelos mesários indicados pelos representantes locais. A Justiça Eleitoral foi criada em outubro de 1930, quando o voto passou a ser secreto.

Embora alguns não saibam, o presidente Vargas conseguiu reorganizar o nosso país; organizou o serviço público, criou os Ministérios do Trabalho e da Saúde; instituiu o salário mínimo; criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral, a Vale do Rio Doce, a Hidrelétrica do Vale do São Francisco; garantiu o direito de voto à mulher. E, muito importante, iniciou a industrialização do país, entre outras decisões que impactam a nação ainda na atualidade. Foi, até hoje, o maior e mais importante presidente que o Brasil já teve.

Entre tantas injustiças que se comete contra ele, uma delas é acusá-lo de ter sido simpático ao nazifascismo. Mas, o que de fato ocorreu foi que, na hora de tomar decisão de que lado o Brasil ficaria na 2ª Guerra Mundial, ele não teve dúvida e ficou do lado dos Aliados, mandando tropas brasileiras para a Itália, a fim de lutar contra o fascismo. Mesmo de forma autoritária, preparou o país para a democracia e foi o que se seguiu, após ao seu governo. É bom lembrar que, em 1950, ele retornou à presidência pelo voto popular, e governou com a mesma determinação, coragem e perspicácia, enfrentando altos interesses, até que as forças reacionárias civis e militares o levaram ao suicídio.

*No campo da literatura, quais as escritoras
e os escritores preferidos?*

Entre os latino-americanos, gosto de Jorge Luis Borges, por exemplo, que é o meu preferido. Gosto muito do conjunto da obra de Gabriel Garcia Márquez; da literatura de Mario Vargas Llosa; de Octavio Paz. Admiro muito os franceses, Jean Paul Sartre; Simone de Beauvoir; André Gide; Marguerite Yourcenar; Michel Foucault; e Jean Genet. Entre os brasileiros, adoro Machado de Assis; Graciliano Ramos; Guimarães Rosa e Clarice Lispector, entre outros.

Dom Helder seguiu influenciando o senhor depois daquele primeiro encontro na greve?

Dom Helder foi sempre uma forte referência para mim. Digo que eu tive a sorte de conhecer um santo em vida, quando, ainda presidente do Diretório Acadêmico, na organização da chamada ‘calourada’, eu o convidei para falar aos estudantes. Convidei duas pessoas distintas, naquele ano. Uma foi Dom Helder Câmara e a outra foi Fernando Gabeira. Digo muito distintas, porque os dois lutavam por democracia, mas eram personalidades diametralmente opostas. Gabeira tinha participado da luta armada, de sequestros, tinha sido exilado e estava voltando para o Brasil naquele ano. Estava fazendo grande sucesso, nas praias de Copacabana, inclusive, com suas sungas de crochê. Gabeira era um sucesso entre a juventude. O pessoal perguntava: “Mas como é que você vai trazer o Fernando Gabeira?” Simples, dizia eu: Vou descobrir o telefone dele e convidá-lo”. E foi o que eu fiz. Liguei para ele e me disseram que ele estava na Paraíba. Coincidentemente, estava mais perto. Como não tinha celular, consegui o telefone de onde ele estava, aí liguei e ele aceitou.

Em relação ao Dom Helder, fui lá no Palácio dos Manguinhos e o convidei e ele também aceitou, e os dois compareceram ao evento. Foram em dias distintos, uma mobilização completa, sucesso absoluto, porque eram duas personalidades interessantes. Dom Helder sempre lotou auditório, todo lugar por onde ele passava, era sucesso, porque era, ao mesmo tempo, padre, político e grande ator.

Ator?

É, ele se expressava com gestos amplos, e muito carisma, encantando seus ouvintes.



Como o senhor convenceu Dom Helder a participar da campanha contra a fome, no governo de Itamar Franco?

Eu já estava em Brasília e era chefe de gabinete do então ministro da Saúde do governo Itamar Franco, o Dr. Jamil Haddad. A pedido dele, eu participava de uma comissão para organizar o lançamento do programa contra a fome e a miséria. Na organização do lançamento desse programa do governo federal, do grande presidente Itamar Franco – um dos melhores presidentes desse período democrático que nós vivemos – sugeri que seria muito importante a presença do Dom Helder. Ficou a sugestão. Ninguém disse mais nada, depois. Todo mundo acolheu, mas ninguém tomou providências para viabilizar a presença de Dom Helder.

Faltando dois dias apenas para o evento, me ligou a Denise Paiva, que era uma mineira, assessora do presidente Itamar, e disse: “Carlos, falei com o presidente da sua sugestão e ele disse que você é o encarregado por trazer

Carlos Siqueira e o ministro Jamil Haddad, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.



Dom Helder”. Olhei para o calendário e falei: Faltam só dois dias para o evento, você acredita que a agenda de Dom Helder é assim? Ela disse saber que seria difícil, mas eu era o único que poderia fazer acontecer. Eu, claro, fui tratar de promover o convite. Liguei para dona Zezita, secretária do Dom Helder, por muitos anos, e ela disse que não ia poder, porque tinha uma equipe de jornalistas Italianos no país passando uma semana no Recife para fazer uma série de entrevistas com Dom Helder, e que ele não poderia se ausentar. Eu disse que tudo bem, mas não desisti e pedi que passasse o telefone para dom Helder. Ela passou e eu fiz o convite.

Dom Helder perguntou se eu sabia que quem mandava na agenda dele era a Zezita. Eu respondi que sim, mas que eu tinha a missão de transmitir o convite do presidente da República e enfatizei que o assunto não podia ser tratado sem a presença dele. Fiz a minha parte. Ele pediu meia hora para avaliar e meia hora depois, contada no relógio, ele mesmo ligou aceitando o convite. Fui buscá-lo no aeroporto, levei-o para a sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e, depois, para se encontrar com o presidente Itamar. Houve uma solenidade no Palácio do Planalto. Sei que, no dia seguinte, a principal manchete da Folha de S. Paulo tinha a foto de Dom Helder com os braços abertos. Ele fez um discurso muito bonito. E foi um dia de alegria. Isso para mim, porque eu o adorava. Ele era um santo, ainda hoje, quando vejo o filme sobre a vida dele, feito pela minha amiga Érika Bauer, ainda me emociono. Esse filme muda o meu humor. Para mim, a presença dele me ilumina.

Filme de Érika Bauer: Dom Helder Câmara – O Santo Rebelde, lançado em 2004, um documentário com depoimentos exclusivos do arcebispo de Olinda e Recife e indicado quatro vezes ao prêmio Nobel da Paz.



Presidente Itamar Franco e o ministro da Saúde Jamil Haddad observam movimentos expansivos de Dom Helder em cerimônia de lançamento da campanha contra a fome.

Tem uma história do seu aniversário com dom Helder, o senhor pode contar como foi?

Nunca comemoro aniversário com festa, mas quando completei 30 anos, que é uma data muito redonda, uma amiga de Dom Helder, que trabalhava comigo na Secretaria de Justiça, disse assim: “Eu vou promover seu encontro com Dom Helder Câmara no dia do seu aniversário, como um presente”. Eu disse que seria o melhor presente que ela poderia me dar. Aí ela marcou um horário, à noite, na casa de Dom Helder, atrás da Igreja das Fronteiras. Eu fui lá por volta de 19 horas e ele estava sozinho em casa. Fiquei feliz da vida, porque ia ter um encontro para conversar, na casa dele. As vezes que eu havia me encontrado com ele, antes, tinha sido no Palácio dos Mangui-

nhos, que é o palácio do bispo, lá no Recife. Ele foi, como sempre, muito afável e passamos 2 horas e 40 minutos conversando. Foi uma maravilha, aquela conversa, que eu nunca esquecerei. Entre tantas coisas que conversamos, falamos sobre as mudanças que vinham acontecendo na igreja; que os papas vão e vêm, mas que a Igreja era santa, secular e contínua. Quando aconteceu a eleição do papa Francisco, eu me lembrei muito desse encontro na casa de Dom Helder. Era uma casinha modesta, de três cômodos apenas. Sei que esse dia foi de muita alegria para mim, porque ele me falou muitas coisas importantes. Foi um momento muito significativo e o maior presente que eu já ganhei na minha vida, no meu aniversário.

Vocês falaram sobre o Brasil, naquele dia?

Falamos. Ele foi enfático ao afirmar que tinha muita esperança no Brasil e a esperança que mantinha na possibilidade de acabar com a miséria no país. Que o Brasil era um país muito rico, um país de gente muito generosa, que ele tinha certeza de que um dia íamos ser um país mais justo, mais igualitário, mais feliz e mais cristão.

Em relação ao Dr. Miguel Arraes, quais eram suas referências?

Quando criança, ainda, meu pai e minha mãe eram seus eleitores e me falavam sobre ele. Depois que cresci, procurei mais informações de sua trajetória. Um dia, eu li uma grande entrevista dele, publicada no jornal Movimento. Depois de ler as ideias dele naquela entrevista, recortei e coloquei nos quadros da universidade. Muita gente criticou porque existiam muitos reacionários ali, mas ficou lá afixada no mural por um tempo. Eu gostei muito e quis divulgar para o público da universidade. A partir daquele momento, comecei a ler mais sobre ele e me aprofundar sobre as suas ideias. E quando ele voltou do exílio, eu já nutria muita admiração, mesmo sem conhecê-lo.

Quando da volta dele, foi realizado um grande ato político, que aconteceu em Santo Amaro. Mas ele chegou no Rio e foi para o Ceará. A mãe dele morava no Crato e ele foi visitá-la, como bom filho que era; só depois foi para o Recife. Chegou em um avião que pousou no aeroclube, no Bairro do Pina. Não tinha muita gente esperando. Mas eu fui nesse local. Quando ele desceu, eu estava ali e o cumprimentei. Então, daquele dia em diante, nos aproximamos. Teve uma empatia pessoal, além da questão política. Ele parecia representar tudo o que eu pensava, mesmo eu ainda estando no Partido Comunista, naquela época. Foram anos, seguindo sua história. Comecei a votar nele também. Ele foi candidato a deputado federal, o mais votado do estado, o mais votado do nosso país, na eleição de 1982. Era um líder muito preparado; um homem intelectualmente muito acima da média. Não era um político qualquer. Era um político que lia, pensava, tinha suas próprias ideias. E tinha uma coisa que eu gostava muito, porque isso estava na origem do PCB – depois descobri que estaria na origem do PSB também – que é pensar o Brasil a partir da sua realidade, ou seja, não ter a cabeça colonizada por americanos, por europeus, por soviéticos, nem por potência nenhuma. O Brasil é aqui. E é este país, com esta gente, com esta cultura e com estas possibilidades que devemos lidar. Isso aqui é a realidade. Ele tinha isso muito presente. Não conheci ninguém tão comprometido com o povo como o Dr. Miguel Arraes. Ele gostava do povo. Fazia o que podia pelo povo e o povo compreendia muito bem isso.

Quando o Dr. Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco, o senhor participou do governo?

Quando o Dr. Arraes foi eleito governador, eu estava morando em Brasília, voltei para Pernambuco e fiquei ali até 1990. Atuei na Secretaria do Trabalho e depois na Secretaria de Justiça. Foi muito importante, porque o Dr. Arraes tinha um governo muito voltado para os interesses populares e os

programas e as secretarias estavam todas comprometidas com isso. Claro, era um estado com muitas limitações de recursos. Na época, os estados não estavam muito bem, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista fiscal. Era muito difícil governar, naquele período, mas todo esforço foi feito. Considero que foi um governo muito bom, um governo, realmente, que atendeu a muitos interesses populares, na época, e de muita confiança. Gostei muito de ter participado.

Alguma história interessante de ser contada?

No início do segundo governo dele, eu me lembro de uma história muito interessante. O Partido Comunista Brasileiro tinha uma base no município de Carpina e, nessas bases, sempre tinha um dirigente que acompanhava tudo. Aquele dirigente, em especial, era muito crítico ao governo. Certa ocasião, eu estava em uma dessas reuniões e, depois da crítica ácida desse líder local, um camponês levantou-se e disse: “Se Dr. Arraes não fez ainda, é porque não pôde, mas nem que seja no último dia do seu mandato, ele vai fazer por nós, porque ele gosta de nós, gosta da gente”. Aí os outros aplaudiram. Veja a confiança, a legitimidade, como é bonita, como é séria com a população que mais precisava.

O senhor, em algum momento, foi afetado por ser do Nordeste, nesse Brasil que sempre foi tão Sudeste?

Para ser sincero, nunca tive um sentimento muito regionalista. Sempre vejo o Brasil como um todo, mas com suas diferenças. Nossa região é muito rica, embora tenha muitos problemas sociais. Mas é muito rica culturalmente. Dali saíram grandes escritores, grandes poetas. Dali saíram grandes cantores, grandes trovadores, e sai, ainda. Ou seja, é uma região que influencia

culturalmente de maneira profunda o Brasil. Eu vi o Brasil e, para mim, o Brasil era aquilo, eu não tinha esse sentido regionalista. Eu digo sempre: Eu sou um brasileiro de Pernambuco. Qualquer lugar do Brasil é meu lugar também. Mas é claro que nós, que nascemos num lugar tão rico culturalmente, quando ouvimos um frevo, ou quando ouvimos um baião, ou mesmo o hino de Pernambuco, isso ferve no sangue. Somos profundamente pernambucanos. Pernambuco confunde-se com o Brasil, então, ali é Brasil. Mas sim, é muito bom ser pernambucano.

Foto: Miguel Arraes. Acervo do PSB.



Capítulo 4 – A luta pelas liberdades democrática

Diretas Já e o parlamentarismo

De Tancredo Neves a José Sarney

A refundação do PSB

Os constituintes e a Constituição

Um sistema para unificar a saúde

Lula e Collor, um embate sem vitoriosos

Em 1983/84, o Brasil estava mobilizado na discussão das Diretas Já. Como foi sua militância nessa fase?

Em 1984, eu ainda estava no Recife e participei do movimento das Diretas Já. Não era tão otimista, mas, quando começaram as grandes manifestações no Recife, o movimento não foi dos maiores. Mas, depois, soubemos de uma grande manifestação em Goiânia, em Curitiba; uma manifestação imensa de mais de 1 milhão de pessoas, em São Paulo, no Rio de Janeiro, e aquilo foi criando um entusiasmo incrível que começamos a acreditar que o Congresso não seria capaz de derrotar a Emenda Dante de Oliveira, das Diretas Já. Aquilo assanhou o nosso país. Foi como uma faísca, que todo mundo que lutava pela democracia se entusiasmou. Aí veio o dia da votação. Tinham milhares de pessoas, em Brasília, no país inteiro, acompanhando. Nós todos estávamos acompanhando, quando veio a frustração. O Congresso não foi capaz de aprovar a emenda Dante Oliveira em face daquelas imensas manifestações e o apoio dos governadores eleitos já diretamente, em 1982. Em 1984, já tinha Franco Montoro, em São Paulo; Brizola, no Rio; Richa, no Paraná; Iris Rezende, em Goiás. Enfim, havia muita esperança na democracia. Estávamos realmente em uma fase de transição já bem próxima de um estado democrático quando veio aquela derrota. Foi uma ducha fria. Mas não esfriou a luta.

E como foi o período seguinte?

A Campanha das Diretas serviu para, em seguida, em 1985, o Colégio Eleitoral eleger Tancredo Neves. Se houvesse ‘Diretas’, o candidato seria Ulisses Guimarães, o timoneiro da luta da oposição, o presidente nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). E se houvesse indireta, seria Tancredo Neves. Embora eu tivesse grande respeito pelo Dr. Ulysses Guimarães, uma figura que já representava a luta pela democracia durante muitos anos, eu mantinha uma simpatia maior por Tancredo Neves. Aliás, eu sempre me afinei muito com Minas Gerais, com os políticos mineiros. E eu torcia por Tancredo.

Tudo, no Brasil, é um pouco diferente, até as ditaduras. Nos outros países, a ditadura tinha apenas um ditador, aqui no Brasil foram vários. Enfim, naquele momento, já havia a divisão do Partido Democrático Social (PDS), que era originário da Arena e uma parte da Arena aderiu à candidatura de Tancredo. Inicialmente, o candidato seria Marco Maciel. Era o nome ideal para Tancredo, mas se descobriu, por uma razão jurídica, que ele não poderia ser o vice. Aí, se fez candidato a vice-presidente, o José Sarney. Chegou o dia do Colégio Eleitoral e Tancredo foi consagrado presidente do Brasil e Sarney o seu vice-presidente. Foi uma grande alegria que tivemos.

A eleição de Tancredo representava o fim do regime militar. De alguma forma, representava concretamente, porque ele mantinha o compromisso com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas a principal frustração, a minha, pelo menos, e acredito que de muitos brasileiros, foi que, na véspera da posse de Tancredo, a notícia de que o presidente havia sido internado em um hospital de Brasília em uma situação grave. Eu disse: “Mataram Tancredo. Não vai ser Tancredo, vai ser Sarney”. E era muito triste ver Sarney, que tinha sido um prócer da ditadura, que tinha sido, inclusive, presidente do partido de sustentação do regime militar, se tornar, no primeiro dia da democracia, o presidente do Brasil. De qualquer maneira, Sarney cumpriu a transição e muitos compromissos de Tancredo Neves.

As manifestações pelas Diretas foi um movimento de base?

O regime militar já tinha ficado na liderança do país muito tempo. Tiveram dez anos de sucesso, porque, de fato, foi um período de crescimento econômico muito forte. Nesses primeiros dez anos do regime, foi um crescimento como o da China de hoje. Na época, a indústria desenvolveu-se e surgiram grandes obras de infraestrutura. Paralelamente, havia falta de liberdade; perseguição política, prisões, torturas, desaparecimentos; estava em curso um projeto autoritário de país. O regime tinha um projeto para o país e o executou. Durante o período, foi mantida certa hegemonia na opinião pública. Tanto é que eles ganhavam as eleições. Foi quando vieram os resultados das eleições de 1974, e o Dr. Tancredo Neves, pensando que perderia, para senador, desistiu de última hora. Foi para a Câmara como candidato a deputado e sugeriu o nome de Itamar Franco para o Senado. Naquela eleição, o MDB fez 22 senadores. Foi um recado das urnas, do grau de insatisfação que a população havia manifestado contra o regime militar. E coincidiu, também, com o início do governo Geisel, que tinha uma visão muito clara de que devia fazer uma transição política.

E como foi essa transição?

Geisel denominou como uma transição lenta, gradual e segura. Entretanto, os grupos de extrema-direita, incluindo o general Sylvio Frota, o acusavam de querer entregar o país aos comunistas, pelo simples fato de ele querer fazer uma transição para a democracia. Houve embates internos, no regime. E o problema da bomba que foi mandada para a OAB e matou Dona Lúcia Monteiro, secretária do presidente da OAB, no Rio de Janeiro. Houve a bomba do Riocentro, também no Rio de Janeiro, que foi colocada por militares de extrema-direita. Quem eles queriam culpar? Diziam depois que os comunistas soltaram aquelas bombas. Houve a demissão do ministro do Exército,

General Sylvio Frota, que também tentou derrubar Geisel e este o enfrentou, demitindo-o. Ou seja, houve um enfrentamento dentro do regime, porque havia uma grande pressão da sociedade pela democracia e Geisel entendeu que devia levar a cabo e seguir adiante. E, de fato, ele o fez. Mas os acontecimentos ocorrem sempre um pouco pela metade. Foram muitos embates e, dentro do PMDB, as suas diferenças eram enormes. Ali havia os comunistas e socialistas; os democratas, os liberais clássicos, e até os conservadores. Naquela época, conservadores também se tornaram membros da oposição. Era muito heterogêneo.

A explosão da bomba ocorreu acidentalmente, no estacionamento do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981. O explosivo estava dentro de um carro conduzido por dois militares agentes do Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do 1o Exército. Eles planejavam detonar o artefato no auditório do pavilhão, onde 20 mil pessoas assistiam ao show comemorativo do 1o de Maio, Dia do Trabalhador. O objetivo era responsabilizar a esquerda pelo atentado. A iniciativa foi frustrada e fortaleceu a crise política do governo do general presidente João Baptista Figueiredo.

Tancredo e o Dr. Miguel Arraes rivalizavam no PMDB?

Havia, no PMDB, um grupo “autêntico”, do qual participava o Dr. Arraes; Jarbas Vasconcelos; Pedro Simon; Marcos Freire; Domingos Leonelli; e muitos que eram considerados autênticos. Havia os liberais e havia Tancredo Neves, que chegou a dizer uma vez: “O meu PMDB não é o PMDB de Miguel Arraes”. E de fato, não era. Eram completamente diferentes. Havia aqueles que jogavam no time da eleição indireta e aqueles que jogavam a favor da eleição direta. O Doutor Thales Ramalho, que era secretário do PMDB, teve importante papel como negociador com os militares para uma transição

mais pacífica, sem ruptura. O Brasil, lamentavelmente, é o país que não tem rupturas políticas e a transição foi sem ruptura. Tanto que a anistia foi recíproca. Foi para as vítimas do regime autoritário, assim como foi também para os algozes, militares torturadores. Todos ficaram igualmente anistiados dos seus crimes; alguns contra a humanidade, inclusive. Havia essas diferenças. Aqueles que queriam uma transformação, a democracia com conteúdo social de mais densidade, e havia aqueles que lutavam por uma democracia com conteúdo social. Essa era uma das discussões do momento. Havia setores de esquerda que acreditavam que iam fazer uma revolução. Nós acreditávamos que estávamos lutando para alcançar a democracia.

Foi nesse momento, pós Diretas Já, em 1985, que o PSB ressurgiu, apoiado em quais ideais?

Foto: Antônio Houaiss, ex-presidente do PSB.



O PSB ressurgiu com os mesmos ideais que iluminaram os seus fundadores, defendendo o socialismo, mas defendendo a democracia, a liberdade; as pluralidades política, ideológica, cultural, religiosa; a liberdade de imprensa. Todos esses pressupostos, proclamados pelos fundadores de 1947, foram “reproclamados” em sua refundação, inclusive com o mesmo manifesto de 47 e o mesmo programa. Depois, mais à frente, vai propor algumas mudanças no programa,

mas, em 1985, houve uma retomada às origens. Antônio Houaiss foi o presidente, durante um ano, da Comissão Provisória Nacional. Era uma grande figura também, com quem tive o prazer de conviver. Na verdade, convivi com todos os presidentes do PSB, depois de sua refundação.

Como explicar o ressurgimento do PSB?

O ano de 1985 foi de efervescência política, no Brasil, e da redemocratização do nosso país. Ressurgiram os movimentos populares, o sindical, dos partidos políticos e a legalização dos partidos. O surgimento do PT era o fator mais debatido dentre aqueles mais à esquerda. Mas, alguns que tinham sido do PSB, não olhavam para o PT como um partido que os representasse. Alguns fundadores do PSB, de 1947; outros, que tinham sido do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e também não estavam satisfeitos, como o Dr. Jamil, por exemplo, que chegou a ser prefeito do Rio de Janeiro pelo PDT, reuniram-se e concluíram que o país merecia um partido socialista. E resolveram recuperar as ideias de 1947, quando o PSB, oriundo da Esquerda Democrática, foi fundado. O PSB nasceu um partido pequeno, é certo, mas vem crescendo cada vez mais. Conquistou e vai conquistar muito mais, com suas ideias e experiências administrativas e políticas por todo o país.

A Esquerda Democrática deu origem ao PSB, que nasceu sob o lema “Socialismo e Liberdade”. Em 6 de agosto de 1947, o primeiro congresso afirmou a sua ideologia socialista, ao proclamar a função social da propriedade e o papel do Estado na economia; defender reformas estruturais; a nacionalização de áreas estratégicas; a ampliação dos direitos dos trabalhadores; e a garantia da saúde e educação. João Mangabeira foi escolhido presidente do PSB.

Era claro o papel do socialismo que o PSB ressurgia para defender?

Era claro, para o mundo político, a necessidade de ter um pensamento de centro-esquerda que não fosse o mesmo do PT, por exemplo, e tampouco do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que também ressurgiu nesse mesmo período. Esse pensamento democrático, que confronta a visão autoritária de parte da esquerda, era necessário. Muitos consideravam necessário. Intelectuais, trabalhadores, pessoas da classe média, que precisavam ter esse partido, e foi por isso que ressurgiu e está aqui há 40 anos. É por isso que os fundadores do PSB tinham razão em fazer ressurgir esse partido da Esquerda Democrática.

Eu, particularmente, sempre pensei que o Brasil merecia um Partido Socialista com as características do PSB. Com esse caráter ideológico e programático que tem o PSB.

Como o Brasil reverberou essa retomada do Partido Socialista Brasileiro?

O PSB ressurgiu um pouco depois, na redemocratização, quando já haviam surgido, no novo cenário democrático, o PT e o PDT. O Partido dos Trabalhadores era a novidade da esquerda, naquela época. Mas havia sempre uma parte da população de esquerda que não se identificava, como eu, com o PT, a ponto de se filiar. Tínhamos o nosso próprio espaço; era espremido ao lado do PT, depois do PDT, com Brizola retornando do exílio, mas seguíamos ganhando atenção. Com o ingresso do Dr. Arraes, entretanto, o partido tomou novo impulso e foi ampliado ainda mais, com o Eduardo Campos. Tenho certeza de que o partido tem um futuro belíssimo, mais à frente e espaço garantido, no cenário político brasileiro. Penso que vai continuar influenciando a vida política republicana ainda por muito tempo.

Sarney, como representante da Nova República, foi uma frustração?

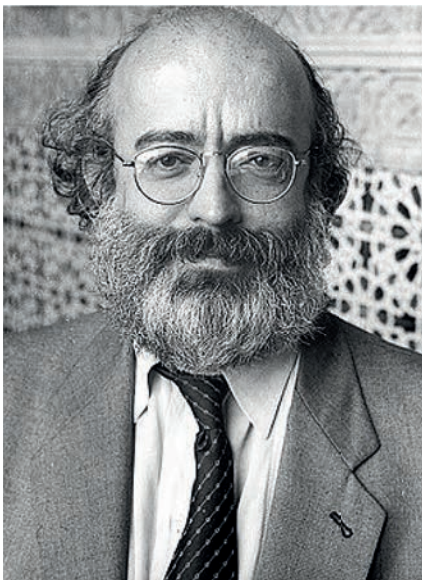
A Nova República não deixou de ser uma grande frustração, porque havia muita esperança de que a democracia trouxesse dias melhores. Mas a inflação não deixava de subir, prejudicando a todos e, mais pesadamente, os pobres. Era uma lástima, porque o salário mínimo miserável da época era corroído todo pela inflação. A classe média também ficou muito sacrificada. Ou seja, o início da democracia brasileira, até a edição da Constituinte, foi muito difícil. O país só veio a dar um salto de qualidade no governo de Itamar Franco, quando foi implantado o Plano Real. O presidente tinha determinação em superar a inflação, que era um horror, na vida de toda a população. A estabilidade econômica do país veio a partir daí. E vieram as conquistas, também, da democracia, que, às vezes, as pessoas não se lembram, mas é bom lembrar. O Sistema Único de Saúde (SUS), que é público e universal gratuito, embora tenha seus problemas de funcionamento, é um sistema importantíssimo para aquelas pessoas que antes não tinham direito a tratamentos de saúde. Quem não contribuísse, morria à míngua, não tinha direito a um tratamento público, a não ser por caridade.

O SUS é uma política pública muito avançada, a população brasileira consegue valorar essa iniciativa?

Uma política tipicamente de esquerda. A esquerda, sim, teve forte influência na formulação do SUS a partir do Rio de Janeiro, principalmente com a atuação do deputado Sérgio Arouca e uma quantidade, pelo país afora, de sanitaristas.

O sanitarista Sérgio Arouca foi deputado federal - 1991-95 (PCB) e 1995-99 (PPS) - é reconhecido por sua produção científica e a liderança conquistada na construção do SUS. Foi um dos principais líderes do chamado "movimento sanitarista", que mudou o tratamento da saúde pública no Brasil. A consagração do movimento veio com a Constituição de 1988, quando a saúde se tornou um direito inalienável.

Foto: Antônio Sérgio Arouca. Fonte: Fio Cruz.



Teve muita resistência de pessoas e políticos distantes da esquerda, mas o SUS foi aprovado. A pandemia do coronavírus de 2020/2021 mostrou que o SUS é absolutamente fundamental para todos, mas, principalmente, para os pobres. Teve o seguro-desemprego, outro grande programa social, também, que não havia antes. O Sistema Único de Assistência Social (Suas), que não havia antes. A aposentadoria social rural, elevada de meio salário para um salário mínimo. Doze milhões de pessoas recebem um salário mínimo, depois de completar seu tempo de trabalho – as mulheres de 55 e os homens de 60 anos. Foram alguns avanços fundamentais. As políticas sociais abrangentes aconteceram na constituinte e nos governos pós constituinte. Todas as políticas sociais estruturantes ocorreram pelo esforço das lutas defendidas pela esquerda durante a constituinte e implementadas antes do ano 2000.

*Enquanto jurista, como o senhor
avalia a Constituição de 1988?*

A Constituição foi extremamente importante, porque nos legou instrumentos para preservar a democracia. Assegurou-nos direitos sociais importantes, mas é também uma Constituição contraditória, porque foi feita para ser parlamentarista e deveria ter sido parlamentarista. Acabaram, no final, fazendo a opção pelo presidencialismo, lamentavelmente, porque o presidencialismo no Brasil é um sistema de crises. Nesses 40 anos de democracia, tivemos *impeachment* de dois presidentes, tivemos mortes de presidentes, substituição, vários vices que assumiram, muitas crises. Obrigou-se a um tal presidencialismo de coalizão, que acaba levando e incentivando os fisiológicos que estão em todos os governos. Desde que se instalou a democracia, alguns nunca saíram do governo, ficam contra o governo na eleição, mas o governo ganha, aí aderem e cobram uma fatura muito alta. Quem paga é o contribuinte. Então, qual seria a diferença do parlamentarismo? É que, para ser

Fonte: Arquivo Câmara dos Deputados.



Ulysses Guimarães acena Constituição Brasileira, no Congresso Nacional, em 1988.

governo, você precisa ter maioria na eleição. Quem não tiver maioria, não pode ser governo. O presidencialismo brasileiro cobra esse preço tão alto, do contribuinte, para fazer uma maioria que, geralmente, não concorda com as teses do presidente que foi eleito. Temos exemplos fartos para observar. Todo mundo está vendo o que acontece no país.

Ainda sobre a Constituição, falei dessa contradição entre parlamentarismo e presidencialismo, mas também representou um avanço em conquistas sociais, como as que eu já disse. Quero frisar os benefícios do SUS, do seguro-desemprego, da assistência social, da aposentadoria social rural, políticas sociais que eu chamo de estruturantes, que mudou muito a vida de milhões de brasileiros. Isso hoje está tão naturalizado que ninguém nem olha mais como uma conquista, de tão naturalizado que está. Também não foi e não é patrimônio de um partido só. Foi um movimento da sociedade e, ao mesmo tempo, do Congresso, dos partidos então existentes. Foi um momento riquíssimo da constituinte, de produção conjunta. Mas, do ponto de vista econômico, os liberais ganharam a parada. A esquerda ganhou o social e os liberais ganharam o econômico. Desde a promulgação, a Constituição vem sendo mudada, sempre no sentido de torná-la mais liberal do que social.

Esse tema de presidencialismo e parlamentarismo passou, ou ainda é pauta aberta para debate?

Penso que sempre foi, sempre deverá ser, porque o sistema presidencialista não é um bom sistema. As democracias sólidas do Ocidente, com raras exceções, todas se consolidaram como democracias parlamentaristas, algumas, inclusive, parlamentarismo monárquico, mas sempre parlamentarismo. Portugal, Espanha, Inglaterra, França, países escandinavos, todos são parlamentaristas. E aí tem o presidencialismo americano, que é bipartidário, e tem a América do Sul praticamente toda presidencialista. Aí se vê a quantidade de crises que acontece em nosso continente. O parlamentarismo faz parte do

programa do PSB originalmente e foi reintroduzido no novo programa, nas Teses 51 e 52 decorrentes da Autorreforma. Penso que deve ser uma discussão sempre permanente. Mas, o que se fala, no momento, é um tal de semipresidencialismo, que eu não aprecio muito. Poderia ser chamado também de semiparlamentarismo. É algo, assim, um pouco semelhante ao que há na França, por exemplo. Fala-se muito nisso, mais do que o puro parlamentarismo.

Acredita em um movimento no Brasil a favor do parlamentarismo?

Considero longínqua essa hipótese, porque, em geral, as discussões têm sido outras. Aliás, as discussões têm sido muito pobres, as questões fundamentais não têm sido discutidas atualmente, infelizmente.

O que deveríamos estar discutindo?

Um amplo debate sobre como melhorar a democracia, porque a democracia perdeu qualidade e densidade, exatamente porque parou de se renovar. E a democracia é um sistema de mudança sem fim. Se não estiver mudando permanentemente, se aperfeiçoando, tende a perder densidade e pode perder até a razão de ser. Porque as democracias morrem assim, perdendo densidade. Devíamos discutir os grandes problemas nacionais e os problemas da população. Devíamos estar debatendo alternativas para fazer o nosso país se desenvolver. O Brasil foi um país que cresceu durante cinquenta anos, foi o país do mundo que mais cresceu, entre 1930 e 1980, eu já disse isso. De 1980 aos dias atuais, cresce modestamente, cresce aos trancos e barrancos, modo que os economistas chamam de “voo de galinha”. Um país com potencialidades fantásticas, como o Brasil, cresce, em média, apenas 2,5% ao ano. Deveríamos estar discutindo um Projeto Nacional de Desenvolvimento.



“As democracias
morrem assim,
perdendo
densidade.”

Como o PSB acompanhou a primeira candidatura de Lula?

A primeira candidatura à presidência, de Lula, foi em 1989 e nós ainda não estávamos no PSB, mas a direção, sob a condução do Dr. Jamil Haddad, participou ativamente na articulação e integrou a Frente Brasil Popular pela qual Lula disputou sua primeira eleição. Nesse ano, o Dr. Arraes ainda não estava no PSB. Ele era governador de Pernambuco e, formalmente, apoiou Ulysses Guimarães. No segundo turno, apoiou Lula e mobilizou muita gente. O encerramento da campanha de Lula, em 89, foi no Recife. Dr. Arraes estava muito empenhado na campanha de Lula. Eu me lembro muito bem da mobilização que ele fez lá em Pernambuco. Eu, pessoalmente, não votei em Dr. Ulysses. Eu já era muito crítico ao PMDB, naquela época. No primeiro turno, votei em Leonel Brizola. Eu acreditava que Brizola era a única pessoa que poderia enfrentar o Collor no segundo turno e ganhar a eleição. Eu não via na figura de Lula a possibilidade de, no segundo turno, ganhar a eleição, como de fato não ganhou.



Lançamento da Frente Brasil Popular. Da esquerda para direita João Hermann, Maurílio Ferreira Lima, Jamil Haddad, João Amazonas, Luiz Ignácio Lula da Silva, Fernando Gabeira, 1989.

Foi um voto reflexivo, mais do que partidário?

Um voto absolutamente reflexivo. Eu tinha também concordância com muitas teses de Brizola. Gostava muito da coragem dele. Era um homem muito corajoso, votei nele com convicção, no primeiro turno. No segundo turno, não tinha escolha, tinha que ser Lula e votei.

Até quando o senhor permaneceu no Partido Comunista Brasileiro?

Eu fiquei até 1990. Ainda participei da campanha de Roberto Freire, à Prefeitura do Recife. No início de 1990, numa reunião, na casa do escritor Paulo Cavalcanti, anunciei que ia sair do partido. Mas o ambiente era tão bom, nós éramos tão amigos, tão fraternos uns com os outros, que mesmo eu discordando completamente de algumas teses, ainda assim havia espaço para os debates. A essa altura, já tinha estudado e conhecia mais sobre política internacional, e as discussões eram cada vez mais intensas. Foi quando anunciei que ia sair do partido. Foi nesse dia, na casa de Paulo, eu até chorei. E Paulo disse: “Não, você não vai sair, isso é um problema emocional”. Mas não era. Mesmo ele acreditando que eu não ia sair, eu saí.

Por que o senhor saiu do PCB?

É preciso reconhecer que o comunismo produziu profundas transformações na vida de milhões de pessoas, no mundo todo, porque apresentou uma nova forma de organização social, nas relações de propriedade, na estruturação do mundo do trabalho. Estes fatos motivaram o surgimento de partidos de esquerda, nos países capitalistas. Além disso, o surgimento e o

fortalecimento dos movimentos sociais que, inspirados nessas ideias, exigiram e conquistaram muitos direitos sociais, impensáveis antes do comunismo.

Nada obstante a essas conquistas, eu nutria divergências profundas com o rumo do Socialismo Real. O que sempre me sustentou no partido era o espírito fraterno e os grandes objetivos com os quais eu concordava. Mas existiam muitas coisas que, pelo amor de Deus, não podia defender. Não tinha como dar certo, aquela ditadura do proletariado. Como aceitar não ter partido de oposição, não defender a imprensa livre, aquilo não fazia qualquer sentido para mim. Que regime é esse, pautado na ausência de democracia? Isso não pode ser bom. E, aí, eu saí.

Parte 2

Dedicação exclusiva ao PSB:

Um casamento sólido

Capítulo 5- Primeiros tempos no PSB

O adeus ao PCB e a filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Dr. Arraes deixa o MDB

De Recife a Brasília

Racionalidade versus emoção

O mineiro Itamar Franco

O grande homem Jamil Haddad e o Ministério da Saúde





“ O ideal de
justiça social
nunca vai
morrer. ”

O senhor era jovem quando iniciou sua história no PSB, um partido de lideranças mais velhas, algum conflito geracional?

Não. Eu era relativamente jovem, ainda, tinha apenas 35 anos, estava com toda energia e na melhor fase da minha vida. Os 35 anos, são os que eu mais tenho boas recordações. Foi uma época de mudança. Estava muito feliz da vida, muito realizado e tinha encontrado politicamente meu novo partido, que coincidia muito com as minhas próprias ideias, com o que eu pensava também. Foi um momento muito rico. Todas as adversidades que ocorreram nesse período, ao invés de nos enfraquecer, nos fortaleceram. Eu sempre tive a consciência de que a história não é uma linha reta, que tem suas idas e vindas e nós devemos admiti-las como algo que infelizmente acontece. A única coisa que não podemos é deixar morrer a esperança e a nossa capacidade de lutar e acreditar na luta. Temos uma luta que não é de curto prazo. A luta pela justiça social estará sempre presente nos seres humanos sensíveis ao humanismo, à capacidade de servir ao próximo. Eu, inclusive, me identifico muito com os ideais do Cristianismo, com todas as suas contradições, que nós todos erramos e temos erros e temos contradições, que é da natureza humana, mas o ideal de justiça social nunca vai morrer.

A saída do Dr. Arraes do PMDB foi ruidosa, teve conflito?

No final dos anos 1980, ele começou a perceber que não tinha mais referência no PMDB e entregou uma carta de desligamento ao Dr. Ulysses Guimarães. As pessoas questionavam: saindo do PMDB, para onde vai? Ninguém sabia para onde Arraes pensava em ir. E ele acabou se filiando ao Partido Socialista Brasileiro. Foi uma decisão que me influenciou a ir para o PSB também.

E a filiação dele, ao PSB, foi um processo tranquilo? Afinal, todos os políticos disputam espaços.

O ingresso do Dr. Arraes provocou, internamente, algumas discussões. Ele chegou com seu grupo e algumas divergências. Veio de uma formação muito nacionalista. Participou do movimento terceiro-mundista e, portanto,



A direção nacional do PSB, representada por seu presidente Jamil Haddad e pelo secretário Roberto Amaral, formula convite ao governador Miguel Arraes para ingressar no PSB. Palácio Campo das Princesas, 1990.

tinha suas diferenças, tanto no método de condução quanto nas próprias ideias. Era um homem inquieto também. Não tinha medo de enfrentar as divergências e tampouco tinha medo de enfrentar seus adversários políticos. Mas eram todos embates significativos para a consolidação do PSB. Dr. Arraes ampliou ainda mais a densidade política do partido. Era uma liderança conhecida nacionalmente, uma liderança muito respeitada. Governador de Pernambuco por três vezes, com uma história muito bonita, ligada aos movimentos sociais, movimentos populares, uma vivência muito intensa com os partidos de esquerda. Ele foi um homem de uma firmeza político-ideológica impressionante.

Nesse momento é que o senhor deixou Recife?

Minha filiação ao PSB coincide com a minha vinda para Brasília. Eu já havia morado no Distrito Federal, no começo da chamada Nova República. Passei praticamente 2 anos, mas eu não conto esse tempo, porque não vim para ficar em Brasília. Nesse período, fui procurador-geral de uma autarquia federal, no Governo Sarney, e retornei para o Recife exatamente quando o Dr. Arraes tomou posse, em 1987. Em 1990, vim para ficar; foi quando o Dr. Arraes se elegeu deputado federal. Quando cheguei em Brasília, escrevi uma carta para ele para dizer: Eu estou aqui. Ali a nossa relação só se aprofundou. A partir daí, seguimos juntos, tendo o PSB como nosso ponto principal de convergência..

O senhor era militante, já tinha concluído o curso de direito, gozava de bons relacionamentos, por que nunca colocou seu nome à disposição em uma eleição?

Quando saí da universidade – onde tinha disputado várias eleições, ganhei todas – eu já estava decidido a não ser candidato. Fui procurado por um deputado que disse: “Eu apoio sua campanha para vereador, aqui no Recife, e depois você me apoia para deputado estadual”. Eu agradei muito, mas estava decidido a não ser candidato. E, aliás, nada das coisas que aconteceram na minha vida foram escolhas racionais. As coisas, para mim, precisam surgir de uma necessidade e essa necessidade de ser candidato nunca me apareceu. As coisas precisam ter objetivos e nunca senti vontade de ser candidato de fato. Sou uma pessoa que incentiva candidaturas, mas eu mesmo não quis e nem quero ser candidato.

O senhor já disse que a racionalidade não era seu guia, que a intuição o pautava, o que a emoção recomendava naquele momento da sua filiação no PSB?

É verdade que entrei numa situação meio privilegiada, porque eu já era um militante. Convivi com os presidentes Antônio Houaiss, o Jamil Haddad e o Miguel Arraes. Sei que eu queria fazer muita coisa, tinha muita vivacidade, a mesma, ainda, do jovem estudante de direito coordenador de greves, mas não tinha pretensões eleitorais; isso eu nunca tive, só queria mesmo um lugar para atuar em defesa dos meus ideais, que, eu tinha certeza, eram os mesmos do PSB.

Para alguém que veio do MDB, tinha passado pelo Partido Comunista Brasileiro, o senhor chegava ao PSB pensando que ali encontraria respostas para suas perguntas?

Sím, sem dúvida nenhuma. Acredito que a minha identidade com o PSB é completa. É como se estivesse procurando uma noiva. Encontrei o que estava procurando, a paixão. Eu me apaixonei pelos ideais do partido e sou apaixonado e os defendo com vigor. Para mim, foi um encontro. Encontrei um partido do qual eu me aproximava demais das suas ideias democráticas e sociais. Estava procurando uma casa e encontrei. Aqui é a minha casa, aqui é meu lugar e é aqui que eu vou procurar ser útil, porque nunca tive maiores pretensões, dentro do Partido Socialista Brasileiro se não a de ser uma pessoa útil, de alguma maneira. Só queria fazer parte da luta socialista e democrática, nada mais. Sobre os ideais do PSB, toda vez que alguém vem com histórias diferentes, eu proclamo aquilo que os fundadores disseram e aquilo que os refundadores reproclamaram, como os ideais do PSB, ideais de liberdade, democracia, justiça social; de pluralidade política, ideológica, social, religiosa; liberdade de imprensa.

O Brasil é um país que ora avança, nesse sentido, e ora retrocede, como tem acontecido de uns anos para cá. Mas são ideais pelos quais vale a pena lutar. Sempre acreditei nisso. Continuo acreditando e penso que o PSB ainda terá uma grande tarefa pela frente, para cumprir o seu programa e defender uma democracia no sentido não apenas econômico, não apenas político, mas no sentido social de operar grandes e profundas mudanças no país, que é um país rico e com tantas e imensas potencialidades que não podemos abrir mão. Desenvolver essas potencialidades não apenas para enriquecer uns poucos, mas para enriquecer muita gente, milhares de pessoas. Mas não podemos deixar que as pessoas mais pobres não tenham as mesmas oportunidades daqueles das classes mais abastadas. Não precisamos pegar em armas. Não

precisamos negar a democracia; não precisamos de governos autoritários. É na democracia que queremos conquistar essas teses. Precisamos emancipar a população brasileira e desenvolver estrategicamente o nosso país....

“Os ideais do PSB, de liberdade, democracia, justiça social; de pluralidade política, ideológica, social, religiosa; liberdade de imprensa; são ideais pelos quais vale a pena lutar.”

Renato Casagrande, Dr. Miguel Arraes, Serafim Corrêa e Carlos Siqueira, durante Congresso Nacional do PSB.



O que o PSB significava para o país, naquele momento?

Significava a melhor alternativa. O fato de lutar pela liberdade, compreender que as mudanças em direção à igualdade de oportunidade para todas as pessoas, poderiam ocorrer dentro do sistema democrático que vivemos, foi a minha maior motivação.

O que aconteceu com o Brasil para fazer de Collor de Mello o presidente da República?

Era um Brasil frustrante, porque, depois de tantos anos sem poder votar para presidente, a primeira eleição presidencial foi uma grande frustração para aqueles que lutaram pela democracia. Foi decepcionante ter uma figura tão despreparada eleita para presidente. Tinha sido um péssimo governador do seu estado de Alagoas. Chegou com toda a arrogância da juventude à presidência da República e começou a fazer mudanças rumo ao chamado neoliberalismo, que não deram certo, pela sua incapacidade, também, de governar. E criou uma crise imensa no país. Teve a sorte de ter um vice-presidente como Itamar Franco, que, após o *impeachment*, assumiu a presidência do país e salvou a pátria.

Penso que foi a frustração das pessoas com o governo Sarney, com o aumento da inflação, o desemprego, a precarização da situação dos estados e municípios, sem recursos, sem crescimento econômico. Tudo isso impactou muito a vida da população. Essa frustração foi transformada em algo que prometia combater privilégios. Aí veio o *marketing* político do Collor, colocando toda a culpa no funcionalismo público. A população acreditou que poderia ser diferente, com um presidente jovem e que estava anunciando o combate

aos privilégios, principalmente dos funcionários públicos. Ou seja, ele tinha um discurso que foi bem arquitetado para enganar a população e as pessoas caíram nessa.

Itamar Franco estava pronto para a presidência do Brasil?

O Itamar foi uma grande figura, que assumiu a presidência do Brasil. Como eu disse, numa crise político-econômica, com uma inflação sem controle. Mas era um homem muito correto, sério, comprometido com o Brasil e fez um excelente governo. Primeiro, começou um governo que eu chamo de unidade nacional. Praticamente, ficou fora do governo, o PT, porque não aceitou participar, mesmo com Luiza Erundina, que era do PT, tendo ocupado o cargo de ministra da Administração. Antônio Carlos Maga-



Dr. Jamil Haddad, ministro da Saúde e Itamar Franco, presidente da República.
Fonte: Acervo do PSB.

Ilhães também ficou fora do governo. Itamar era o governo praticamente de união nacional; que escolheu bons quadros; fez um bom governo; superou a inflação; fez políticas sociais importantes. Teve apenas cerca de 2 anos e meio, mas foi um governo de absoluto sucesso, para aquela circunstância. O país ficou sereno novamente. Bom relacionamento com o Congresso, um governo – do ponto de vista ético – impecável.

A título de exemplo, veja um caso emblemático. Itamar teve o seu ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, que era amigo pessoal dele, de Juiz de Fora, acusado de corrupção. Ele o afastou e só pôde retornar ao cargo quando ficou comprovado que a denúncia era falsa. Ou seja, teve qualidades fantásticas.



Henrique Hargreaves foi afastado do cargo de ministro-chefe da Casa Civil devido a denúncias de envolvimento no esquema de corrupção do Orçamento. Entretanto, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento considerou-as improcedentes. O ministro voltou ao cargo 101 dias depois de sua demissão.

Itamar Franco incentivou muito a área da Saúde, por exemplo. O PSB teve participação muito importante nesse governo. Teve o ministro da Saúde, Dr. Jamil Haddad; o ministro da Cultura, Antônio Houaiss. E, nessa área de saúde, também aprofundou e apoiou inteiramente a implantação do SUS, a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps); incentivou a oferta dos medicamentos genéricos, que, diferentemente do que se diz, não foi o José Serra, porque o medicamento genérico já existia. Foi implantado com o Decreto 793, de 5 de abril de 1993, assinado por Itamar Franco e Jamil Haddad.

Os medicamentos já estavam nas prateleiras, quando o projeto de lei proposto pelo deputado Eduardo Jorge foi aprovado. Serra, que também foi um grande ministro da Saúde, no governo de Fernando Henrique Cardoso, apoiou, mudando de decreto para lei, mas não foi ele quem criou. Itamar sabia a influência da indústria farmacêutica, receava que não deixassem aprovar a lei dos genéricos. Por isso, resolveu fazer por decreto, o que foi efetivado.

Como foi a relação do senhor com o Dr. Jamil Haddad?

Quando fui convidado para trabalhar com ele, como chefe de gabinete do Ministério da Saúde, só o conhecera pessoalmente dois anos antes. Eu tinha entrado em 1990, no PSB, e ele era o presidente, na época. Assumi o ministério em 1992. Mas fiquei feliz quando ele disse: “Quero você o mais próximo de mim possível”. Houve empatia e afinidade muito grandes. Ele era, antes de qualquer coisa, um ser humano absolutamente excepcional. Talvez o melhor ser humano que eu tenha convivido, neste planeta. Um homem humanista, de uma sensibilidade social muito forte; uma figura excepcional mesmo.

Lembro-me do Dr. Jamil sempre com grande satisfação. Como chefe, foi maravilhoso, sempre teve absoluta confiança em mim. E era recíproca, obviamente. Foi uma convivência com um ser humano ímpar. É impossível, quase, descrever o tanto que ele era bom. E tínhamos até uma diferença, porque, como todos sabem, eu sempre fui pró israelense e ele era de origem árabe. Convivemos muito bem, apesar dessa diferença que, às vezes, separa as pessoas. A nós, ao contrário, nos uniu muito. Como seria bom se árabes e judeus se confraternizassem. Enfim, foi um período muito bom, muito rico para mim. Ele era um homem de uma ética impecável, como foi todo o governo Itamar.

Tenho sempre uma lembrança positiva da convivência com ele. Dos compromissos que mantinha, da firmeza política, programática, ideológica; os

compromissos com as classes populares. Foi um grande ministro da Saúde e tive muita alegria de trabalhar com ele. Tanto com ele, como no governo de Itamar Franco. Foi um, dentre tantos governos de que eu participei. Senti a maior alegria, porque vi o que foi feito; coisas muito sérias, em favor da população e do Brasil.



Carlos Siqueira com Dr. Jamil Haddad. Primeira à esquerda com Beto Albuquerque. À direita com Tarso Genro, então prefeito de Porto Alegre. Abaixo com o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Colares, no Palácio Piratini, 1993.

Capítulo 6 – O PSB do período de Arraes

Dr. Arraes chega à presidência do PSB

De militante a secretário nacional do Partido Socialista Brasileiro

FHC e a reeleição

Uma bancada desafiadora

Garotinho para presidente

Sobre o socialismo democrático

A polarização entre a direita e a esquerda

O papel dos partidos socialistas nos vários países

Morre Dr. Miguel Arraes

Dr. Jamil Haddad teve que fazer uma escolha e, naquele momento, a opção foi pelo Ministério da Saúde, como ficou o PSB?

Quando o Dr. Jamil Haddad assumiu o Ministério da Saúde, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, ele não podia acumular os cargos de ministro e presidente. Era incompatível, legalmente. O indicado, naquele momento, era o Dr. Miguel Arraes, que era vice, assumir. Um dia, ele me procurou, lá no gabinete do Ministério da Saúde, e ficamos a tarde, quase inteira, conversando. Eu dizia que ele sempre tinha sido um homem de frente, por isso, devia ocupar a presidência do PSB; que tinha sido eleito, pela frente do Recife, governador, prefeito; depois, eleito governador pela Frente Popular com diversos partidos; assim, tinha a trajetória indicada. E a conversa se estendeu. A

questão era que Dr. Arraes tinha um pouco de resistência em se tornar o presidente para substituir Dr. Jamil, mesmo que provisoriamente, enquanto exercia o cargo de ministro. Tive a oportunidade de dizer a ele: O senhor vai ter que assumir, o senhor não aceitou ser vice? Se aceitou ser vice, agora tem que aceitar ser presidente, porque o presidente está impossibilitado de exercer seu cargo. E essa conversa rendeu. Desci com ele no elevador e fui levá-lo até o carro. Eu disse: “Vai ter que aceitar”. E ele saiu negando, mas, ao final, acabou aceitando. Tornou-se presidente na condição de ser provisório. Isso foi em 1992 e, um ano depois, ele quis ser o presidente definitivo e ficou no cargo por 12 anos. Considero sempre que foi o primeiro partido, de fato, que ele assumiu como seu.

Inicialmente, ele nem queria ser presidente do partido e depois seguiu para a reeleição, o que aconteceu?

Penso que, quando assumiu interinamente, ele percebeu a importância de se tornar presidente e, mais do que isso, percebeu a importância de o Brasil ter um instrumento político de transformação social, que era o que sonhava fazer no PSB. Isso se deu nesse período e, quando decidiu, ele assumiu de vez a presidência e ficou até a sua morte. Acredito que ele assumiu de forma muito determinada. Resistiu, mas, na hora que assumiu, foi para valer. Sonhava fazer do PSB um partido de transformações sociais, que continua a ser nosso sonho também, o que não é tão simples, mas não é impossível. É perfeitamente possível.

Em relação ao PSB, com a mudança do presidente, alterou a rotina do senhor?

Não muito. Dr. Arraes tinha confiança em mim. Dava-me algumas missões antes mesmo de eu ser da direção do partido. Missões, essas, até difíceis, para resolver alguns conflitos. Em vez de designar a um membro da direção, ele me demandava para resolver e acredito que resolvia como ele queria. A confiança foi aumentando, ou seja, eu me fiz útil. Meu único propósito de vida é esse: ser útil, servir a uma causa. Se alguém me perguntar: O que você quer ser? Minha resposta sempre será: “Ser útil”. Não importa o cargo. Eu estava apenas na liderança do partido, nem era dirigente ainda, era um mero filiado militante e aí comecei a servir.

Quando assumi o cargo de secretário nacional, já conhecia bem o jeito de trabalhar do presidente, e fiquei mais dez anos com o Dr. Arraes, até sua morte. A atividade foi muito conjunta; eu mantinha uma relação muito próxima. Claro que tínhamos, aqui, ali, alguma divergência, mas eu o respeitava muito, foi uma convivência muito boa.

Dr. Miguel Arraes, para além da influência política que teve sobre mim, penso que ele me tornou um pouco mais à esquerda. Ele exercia uma influência positiva. Era uma pessoa muito sábia, um homem muito vivido, de experiências profundas na vida em âmbitos pessoal, familiar, profissional e político. Tive muitas oportunidades de viajar com ele, por vários lugares do país, e gostava muito, quando viajava, porque tínhamos momentos de conversar, falávamos sobre coisas que não eram do partido, sobre a vida. E ele me contava muito das suas experiências. Era um homem muito preparado para a vida, que enfrentou todos os seus embates de cabeça erguida. A convivência com ele foi muito rica para mim. Não apenas politicamente. Politicamente foi ótima, também, mas como pessoa, ele sempre foi muito influente sobre mim e continua sendo. Aliás, de vez em quando, eu digo e repito, diante de vários

temas abordados: Doutor Miguel Arraes já previu há 30 anos. Ele conseguia ver muito mais longe do que os políticos comuns.



À esquerda acima, com Dr. Arraes, visita à CNBB. Abaixo, Congresso Extraordinário do PSB. À direita, visita ao Amapá. Carlos Siqueira, Deputada Janete Capiberibe e James Lewis.

Como foi a indicação do senhor para a direção do partido?

Em 1995, ele me pediu ajuda para organizar o congresso do partido que aconteceu no Recife. Era o quinto congresso. Essa aproximação me levou para a primeira secretaria do Partido, por iniciativa de vários companheiros, que disseram ao Dr. Arraes: “Acho que o Carlos Siqueira precisa assumir um cargo no partido”. Eu não me apresentei para esse cargo, nem passava pela minha cabeça. Eu não estava querendo conquistar um cargo na direção

do partido. Cheguei porque acharam que eu devia estar lá. Vários companheiros consideraram que eu devia estar lá. E eu fui. E o Dr. Arraes aceitou de pronto, as indicações, porque também havia confiança entre nós. Então, foi assim que eu cheguei na direção do PSB. Não planejei ser dirigente do Partido Socialista Brasileiro.

Qual era a realidade do PSB quando o senhor assumiu como primeiro secretário nacional?

Dr. Arraes sonhava em transformar o PSB em partido de massas. Foi quando ele escreveu um documento muito importante, tratando desse tema, o que até hoje não se concretizou. O PSB é um partido mais de quadros do que de massa, embora tenha alguma presença nos movimentos sociais. Ele alimentou isso e se esforçou por muito tempo, mas o PSB tem a característica de partido de quadros, de formulação de pensamento, de um Projeto Nacional de Desenvolvimento mais estratégico para o nosso país. E ele era muito bom nisso, porque compreendia a questão nacional como ninguém, era um político formulador, de pensamento estratégico.

Outro propósito dele era a ampliação do partido. Isso aconteceu durante as suas gestões. Os 12 anos em que ele foi presidente, o partido expandiu-se tanto em número de prefeitos e vereadores como das bancadas de deputados estaduais e federais, embora nunca tenha crescido substancialmente. Era um crescimento razoável, que mostrava um pouco a ascensão do partido. Ele dava uma segurança àquelas pessoas que entravam no PSB como num partido de centro-esquerda, num partido que tinha um viés também nacionalista e tinha preocupações sociais com a população brasileira. Ele sustentou isso por muito tempo, na oposição, sem poder, na verdade, colocar em prática. A não ser quando chegou o primeiro governo de Lula, na área de Ciência e Tecnologia. Mas foi muito importante para dar substância política programática ao PSB e para fazer a expansão do partido. Embora não tenha conseguido alcançar o sonho dele, que era transformá-lo num partido de massas.

Dr. Arraes ocupou vários cargos eletivos enquanto presidente do PSB, isso dificultou o trabalho do senhor?

Fui o primeiro secretário nacional do partido de um presidente que também era governador. Dr. Arraes tinha que governar, ou seja, sua falta de tempo era o maior problema. Ele era dedicado a governar Pernambuco, por isso não era disponível no dia a dia do partido. Eu fazia um trabalho interno político administrativo e ainda circulava pelo país; trazia as informações; articulava o crescimento do partido. Eu estava no dia a dia do partido, era difícil passar mais de dois dias sem nos falarmos, porque estava interessado. Ele era muito interessado na vida do partido e queria estar informado. Ele tinha em mim, essa pessoa que ficava tanto na sede para o atendimento às pessoas que chegavam do partido.

Eu viajei muito, o país inteiro, várias vezes, durante a gestão dele. Todos os estados, sem exceção. Ele também viajou, mas não para todos os estados porque tinha essa dupla função de governador e presidente da legenda. Depois, perdeu a eleição e foi muito ruim a derrota. Ninguém gostou da derrota dele, mas, para o partido, foi bom, porque ele passava a semana inteira em Brasília. O partido alugou uma sede que tinha a casa dele no andar de cima. E ele teve mais tempo para se dedicar ao partido. Viajou mais, recebia mais as pessoas, discutia mais com a direção do partido. E foi uma fase muito boa, para o PSB, a presença dele sem ser governador. Gostei muito.

Quais eram os desafios de ocupar um cargo de liderança?

Nesse momento, o partido colocava-se na oposição completa ao governo Fernando Henrique Cardoso. O PSB foi contra a reeleição. O Diretório Nacional tomou a decisão unânime contra a reeleição, mas o partido teve uns problemas nesse momento. Apesar dessa decisão do Diretório Nacional e

da posição pessoal do presidente, que era o Dr. Miguel Arraes, contra a reeleição, a bancada quase que inteira votou a favor. Apenas um ou dois votos foram contra. A ponto de termos que destituir o líder da bancada, o deputado Fernando Lira, porque foi ele quem liderou os demais naquela rebelião contra a direção do partido.



Carlos Siqueira na sala da primeira Secretaria Nacional do PSB, que funcionava no Anexo II da Câmara dos Deputados.

Quanto nervosas eram essas reuniões de tomada de decisões?

Muito tensas. Essa discussão mesmo, sobre a reeleição, foi uma discussão muito tensa, que colocou em confronto a bancada e a direção partidária e o seu presidente, que era um homem muito respeitado. E a liderança foi no sentido inverso daquilo que indicava o partido.

Por que o PSB era contra a tese da reeleição?

O Dr. Arraes e o partido entendiam que a reeleição se prestava – e foi o que vimos, depois, a que se prestou –, para negociações e acertos. Você é eleito e para ser reeleito, vai fazer todas as concessões que são feitas regularmente, que a gente está vendo serem feitas e que isso seria prejudicial ao país, como de fato foi e tem sido. Era essa a tese que sustentava a posição do partido; posição unânime do Diretório Nacional contra a reeleição. E o tempo mostrou que essa tese estava correta, era melhor que não houvesse reeleição e, sim, um mandato de cinco anos, que era a proposta do PSB, sem reeleição.

MARCHA DOS 100 MIL – 26 de agosto de 1999, em Brasília.

A marcha foi realizada por partidos políticos de esquerda, entidades da sociedade e sindicatos, que se manifestaram contra as políticas neoliberais do governo FHC, como o Programa de Venda de Empresas Estatais e contra a corrupção, da qual a oposição acusava o governo federal. A marcha contou com a intensa participação de militantes socialistas e membros do PSB.







O PSB tinha representação em todo o Brasil ou estava concentrado em alguma região?

Não, estava espalhado por vários lugares do Brasil. Era um partido pequeno, mas organizado em todos os estados da Federação. Tinha o senador Bisol; o deputado Beto Albuquerque, do Rio Grande do Sul; o Dr. Jamil, que era senador pelo Rio; o Dr. Arraes, que era de Pernambuco. Quando foi candidato, o Dr. Arraes teve expressiva votação e trouxe uma bancada de cinco deputados lá de Pernambuco. Mas tinha o Ademir Andrade, que foi senador pelo Pará, tinha gente espalhada por várias regiões do país.

Como se dava a formulação das teses a serem defendidas pelo PSB?

Através das bancadas na Câmara e no Senado, e através da sua direção partidária. Havia uma discussão política sobre teses e temas de interesse nacional na Executiva, no diretório, nas duas bancadas, na Câmara e no Senado. Os canais eram esses em que circulavam as discussões e a elaboração de documentos sobre elas e nos congressos também. Os congressos do partido eram um ponto de discussão política e de decisões para orientar o partido durante os dois anos de mandato de direção partidária que se seguiam.

Quem eram os pares partidários com quem o PSB fazia esse movimento de oposição?

O PT e o PC do B harmonizavam com o PSB em muitos pontos. A oposição foi praticamente unânime entre os partidos progressistas na época.

Fernando Henrique Cardoso entregou o que prometeu?

Sobre Fernando Henrique, gosto de lembrar um episódio que pouca gente lembra. FHC tinha sido convidado pelo Collor para participar do governo e Collor, por sua vez, que estava nos estertores, considerava que a participação de FHC levaria o PSDB para o governo. Fernando Henrique, como todos sabem, sempre foi uma personalidade muito respeitada no país e foi convidado para ser o chanceler, o ministro das Relações Exteriores e tinha uma tendência, pelo que se diz, pelo que se publicava na época, em aceitar. O senador Mário Covas rebelou-se contra essa possibilidade, porque não via, no governo Collor, uma chance de salvação. E tinha toda a razão. Houve uma reunião na executiva do PSDB e, por uma diferença de dois votos contrários à participação no governo, Fernando Henrique não assumiu como chanceler. Para sorte dele, porque, não sendo chanceler, acabou depois se transformando em presidente. Foi um período de governo de mudança. Não podemos dizer que foram só coisas negativas, mas foi muito liberal, no plano econômico. Fez a aliança, ao estilo brasileiro de presidencialismo de coalização, que era necessária.

Na verdade, Fernando Henrique foi eleito pelo Plano Real. Quando o plano econômico se consolidou, ele estava ali, à frente do ministério, e foi isso que deu popularidade a Itamar, que saiu do governo com 89% de aprovação e assegurou a primeira eleição de FHC. O governo dele teve uma fase de privatizações, que foram, a meu ver, muito prejudiciais ao Brasil. Veja, mesmo que concordasse que essas empresas fossem privatizadas, os valores pelos quais foram vendidas foram muito abaixo do que devia ser cobrado. E eu penso que foi um momento difícil aceitar a privatização da então Vale do Rio Doce e de tantas outras empresas estatais. E se falou até na Petrobras, na época, mas não se conseguiu, felizmente. As comunicações foram privatizadas também e vendidas por preço ínfimo. É o que se diz e o que se analisa. Essa condução de FHC recebeu até o nome de “Privataria”. Foi um governo muito polêmico, do ponto de vista político-ideológico, que confrontava um pouco as reformas feitas na Constituição. Um governo que foi democrático; respeitava a oposição;

não havia perseguição a ninguém; havia uma convivência democrática. Fernando Henrique, sem dúvida nenhuma, é um democrata comprovado, um homem muito respeitado, mas com posições político-ideológicas diferentes das nossas – minhas e do PSB.

E como os partidos progressistas seguiram, depois daquela eleição?

Na sequência – 89, 90 –, a relação com o PT continuou. Continuou tanto no Congresso quanto na sociedade, como nas lutas. Houve um período em que a chamada Frente Brasil Popular seguiu muito unida. Isso durou até 2002, quando o PSB teve uma candidatura própria à Presidência da República.

Essa candidatura própria foi pautada na necessidade de fazer o partido crescer? Vocês acreditavam, mesmo, na vitória?

Essa candidatura própria, de 2002, eu nunca concordei, porque não admirava, em absoluto, e nem concordava com a figura que representava essa candidatura, que era o então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Ele não me causava qualquer impacto positivo. Mas o presidente, Dr. Arraes, e Roberto Amaral, que ainda era uma pessoa muito forte no partido, defendiam essa ideia e conseguiram convencer de que deveria ter uma candidatura para ajudar a fazer a Cláusula de Desempenho, que era de 5%. Além deles, era entusiasta da candidatura de Garotinho o prefeito reeleito de São Vicente, em São Paulo, com 93% dos votos, Márcio França, que tirou licença para coordenar a campanha. Eu pensava que não precisava ter essa candidatura, mas sou do coletivo, não sou de decisão individual. Se o partido

decidiu, está decidido e vou acompanhar. Nada obstante não concordar com essa tese. E acompanhei, claro, mas não me entusiasmei. Ninguém é obrigado a se entusiasmar com o que não concorda. Tanto que fugi muito da campanha de Garotinho e, no final, quando viram que eu não queria participar mesmo, acabei sendo advogado dele no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Eu tinha experiência. Nos anos 1990, fui advogado de vários políticos, no TSE, inclusive, coordenei a parte jurídica da candidatura presidencial de Garotinho, que era uma forma de fugir da campanha e ir para minha atividade no direito eleitoral, de forma estritamente profissional. Não fui como militante, nesse caso, mas, enfim, houve essa candidatura, tivemos um bom resultado. Foi a primeira vez também que superamos os 5% da Cláusula. A rigor e de verdade, essa Cláusula de Desempenho, nunca deveria ter caído. Depois, Garotinho mostrou a que veio e teve que ser retirado do PSB, felizmente.

Roberto Amaral, Carlos Siqueira,
Dr. Miguel Arraes, Garotinho e Rosinha.



O senhor costuma dizer sempre Socialismo Democrático, essa palavra de apoio: democrático, traz uma perspectiva complementar ao socialismo?

Sem dúvida alguma, a experiência do socialismo real foi muito dramática, do ponto de vista do autoritarismo. Veja, não se falava em democracia, apenas em ditadura do proletariado. Não se podia ter imprensa livre, era proibido ter religião. Então, imagine uma sociedade que proíbe, entre outras coisas, a religião. Não se permitia ter oposição, no Socialismo Real. Então, era mais do que necessário que surgisse uma ideia em que a esquerda não pudesse representar esse absurdo de um autoritarismo quase absoluto. E, na verdade, se você olhar para a União Soviética da época de Stálin, ele era um novo czar. Ele derrubou um czar e assumiu o czarismo.

Era necessário que esse novo conceito refletisse uma ideia de socialismo democrático, pautado em conquistas sociais, econômicas, desenvolvimentistas, realizadas progressivamente. E essa ideia tem avançado no mundo, nos setores de esquerda, admitindo que o Socialismo Real não era uma opção enquanto preservava ranços autoritários identificados como de esquerda. Mas penso que tem evoluído muito, foi uma ideia semente; na época, era quase uma aberração para os comunistas. Essas novas ideias foram apresentadas por João Mangabeira e os intelectuais e trabalhadores que fundaram o PSB, em 1947. Foram os precursores e lançaram a ideia semente e ela está frutificando, e não apenas no PSB; há outros setores, de outros partidos de esquerda, mundo afora, inclusive no Brasil, que admitem esse discurso de socialismo democrático.

“Era necessário que esse novo conceito refletisse uma ideia de socialismo democrático, pautado em conquistas sociais, econômicas, desenvolvimentistas, realizadas progressivamente.”

O PSB tinha essa preocupação de se colocar como uma opção à polarização direita esquerda?

Penso que, na vida, o equilíbrio é o ideal. Nem um extremo nem outro. Mas, ao mesmo tempo, não pode ser neutro, porque, na política, não há neutralidade. O equilíbrio não pode ser apolítico. Somos políticos, fazemos política, temos ideias; temos uma concepção de vida, uma concepção de mundo; cada opção que se faz, é a partir de uma concepção de mundo. Se você é liberal, tem a concepção de que quem resolve seu problema é você, é o individualismo, o lucro, a ausência quase absoluta do Estado, na interferência da vida social. Se é socialista ou social-democrata, você acha o contrário, que as decisões e as soluções essenciais de uma sociedade se dão no âmbito do coletivo. Se é no âmbito da liberdade, da democracia, a visão de vida é mais libertária, mais democrática, livre, de menos competição e mais cooperação entre as pessoas e entre os segmentos sociais. Então, são claras as opções, ou seja, não há neutralidade. Você pode ser um pouco mais radical, um pouco mais moderado ou extremista, mas cada opção dessas revela um modelo de vida, uma opção de mundo, uma visão de como a vida e o mundo devem se desenvolver no planeta. Isso ninguém pode negar. A neutralidade é uma mentira e, felizmente, a neutralidade não funciona. Quem for neutro, não deve entrar na política. A vida política requer opções, determinação, coragem para



João Mangabeira, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

assumir as suas ideias, sejam elas quais forem. Na verdade, é uma reflexão sobre o desafio da marca socialista. Quando se organiza, a esquerda democrática se organiza exatamente nesse sentido, propondo a saída desse epicentro de duas forças antagônicas, mas mantendo-se socialista.

Qual a realidade de partidos socialistas de outros países?

Temos, hoje, vários países, em muitas partes do mundo, nos quais partidos levam o nome de Socialista, e esses partidos ganham eleições. Vamos citar Portugal, desde a redemocratização, há 50 anos, o Partido Socialista já governou por 26 anos o país. O Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), que ainda tem esse nome, já governou por 24 anos a Espanha. O Partido Socialista Francês já governou por 19 anos, desde a Segunda Guerra Mundial, a França. O Partido Socialista governou a Grécia. Ou seja, na verdade, o que se quer dos partidos socialistas é que sejam democráticos, contemporâneos, e estejam antenados com as aspirações da sociedade que representam; que tenham uma visão de desenvolvimento; saibam as necessidades da sua população; conheçam as coisas que importam para o homem comum e os setores sociais que compõem cada uma das sociedades nas quais os partidos socialistas democráticos atuam.

E esses partidos, por exemplo, na Europa, conquistaram governos; conquistaram o estado de bem-estar social. Esses partidos têm histórias belíssimas. Digo sempre: o mundo capitalista foi muito mais beneficiado pelas lutas populares e com a existência dos partidos socialistas, na Europa, por exemplo, do que com a Revolução Russa, que representava uma ameaça ao capitalismo com suas práticas autoritárias revestidas de Socialismo Real. Esses países europeus viveram e ainda vivem bem melhor, em melhores condições de vida do que aqueles que fizeram a Revolução Russa, porém, sem a Revolução Russa, creio que não teria havido tanto progresso social e político no ocidente.

O Brasil tem espaço para esse debate sobre o socialismo democrático?

O Brasil tem um campo extraordinário para expandir essa ideia de socialismo democrático/criativo, com uma prática política mais equilibrada. Por um lado, é necessário desenvolver economicamente o país, a partir de suas grandes potencialidades, que são imensas, em todas as áreas, construindo uma indústria moderna, uma indústria competitiva. Nosso país é uma potência sustentável e pode gerar imensa riqueza, com a criação de milhões de empregos, não apenas na Amazônia, mas no país inteiro. É preciso entender que o Brasil pode prosperar e, para isso, necessita sustentar políticas sociais já existentes e outras que possam melhorar ainda mais a vida da população. Não vejo o termo socialismo como um impeditivo, absolutamente, mas alguns têm medo desse conceito e o aplicam com timidez desnecessária, a meu ver.

Esse comportamento de polarizar os extremos fragiliza a identidade de um partido mais à esquerda?

Trata-se de uma luta política ideológica. Se você tem timidez e quer negar sua identidade, isso não vai resolver absolutamente nada. No caso do Brasil, isso aconteceu inversamente com a Aliança Renovadora Nacional (Arena). A Arena era o partido que sustentava o regime militar. Depois, para tentar esconder sua identidade, virou PDS. Quando veio a redemocratização, para esquecer o nome PDS, que ainda era a sustentação da ditadura, virou Partido da Frente Liberal (PFL) e, depois, virou, como é hoje, o União Brasil, e está espalhado pelo nosso país. Ou seja, isso não resolveu nada para eles e para ninguém. Ninguém deve querer esconder a sua identidade. Não se trata somente de explicar teoricamente, mas, sobretudo, mostrar vivências práticas.

Se é socialista democrático, você vai dizer o que significa, mostrando, na prática, através dos governos que conquista. Tenho a impressão de que, no Brasil, ninguém tem dúvida do que é o PSB. Você olha para um estado, como o do governador Renato Casagrande, no Espírito Santo; ou o que foi o governo do Eduardo Campos, em Pernambuco; o governo de João Capiberibe, no Amapá; o que foi o governo de Ronaldo Lessa, em Alagoas; a gestão de João Azevedo, na Paraíba. Governaram tantas vezes e ainda governam com responsabilidade fiscal, sensibilidade social e fizeram e estão fazendo bons governos. Essa ofensiva da extrema-direita ideológica precisa ser enfrentada de cabeça erguida, com coragem, e não negando a sua identidade. Isso é um absurdo. É um retrocesso, porque existimos há quase 80 anos e agora, de repente, não somos mais socialistas. Quem é que vai acreditar nisso?

*Essa confusão de identidade exige que o PSB
seja um partido educador?*

Todo partido, de alguma maneira, é educador, ou, pelo menos, deveria ser, porque o partido tem a obrigação de se explicar, de explicar o que significa teoricamente, quais são suas matrizes ideológica, programática, política. O PSB faz isso teoricamente, mas também, e sobretudo, educa na prática, implantando políticas públicas para que a população entenda o significado teórico do partido. São dois aspectos importantes, que precisam ser ditos com todas as letras e bem feitos, através de uma comunicação eficiente.

*Como foi a relação entre o PSB e o governo Lula,
no primeiro mandato?*

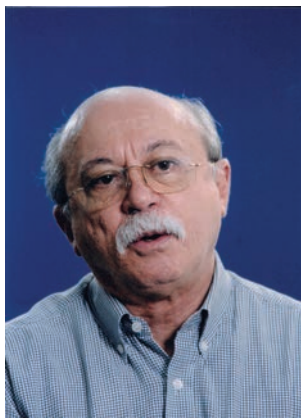
Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, nós tivemos, conforme relatado antes, uma candidatura contra ele, que era a de

Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, e que estava no PSB. Havia Lula e Serra, e aderimos à candidatura do PT. Lula ganhou a eleição e convidou o PSB a participar do ministério. Ficamos com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no qual o PSB teve três ministros na sequência do governo Lula até Dilma.

O primeiro foi Roberto Amaral; depois Eduardo Campos; e, depois, Sérgio Rezende. Foi uma participação muito positiva, no MCT. Dr. Arraes foi quem escolheu a pasta. Ele entendia a pauta da Ciência e da Tecnologia como estratégica. Havia quem dissesse que não era o melhor, que o ministério não tinha estrutura, no interior do país, que seria melhor o Ministério do Interior. Mas ele foi definitivo na afirmação de que o MCT era importante e compreendia muito bem isso. Foi quando surgiu o nome do Amaral.

O PSB tinha o governador do Rio de Janeiro, Garotinho; o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, que apoiava o nome de Amaral. Dr. Arraes afirmava que tinha que ser o Sérgio Rezende, mas aceitou a indicação de Amaral, que acabou ocupando o ministério. Ele ficou ali mais ou menos um ano e, na sequência, entrou Eduardo Campos que fez uma excelente administração, e se destacou muito, porque era habilidoso. Depois, Eduardo foi substituído pelo professor Sérgio Rezende, cientista conhecido de todos, que ficou um período mais longo. Foi assim que aconteceu a participação no governo Lula e, depois, no governo Dilma.

Roberto Amaral



Eduardo Campos



Sérgio Rezende



A partir de uma perspectiva histórica, como avaliar os dois primeiros governos de Lula?

O primeiro não foi tão bom quanto o segundo, eu penso, porque estava ali um partido que foi oposição durante muitos anos, que estava assumindo o governo. E o presidente Lula teve o bom senso de não mexer substantivamente na política econômica que vinha dando certo. O governo Lula, inclusive, colocou no Banco Central um membro do PSDB que tinha sido eleito deputado por Goiás e que renunciou para assumir o cargo, que foi o Henrique Meirelles. Ele deu uma demonstração de que não mudaria essencialmente a política econômica. Teve mudança, claro, mas, na essência, o Plano Real foi mantido e acredito que foi de bom senso. Isso porque havia desconfiança, com relação à esquerda e ao PT, de ter uma mudança mais estrutural. O que não ocorreu. Foi um ponto positivo, porque a política econômica foi melhorando as suas nuances. No segundo mandato, com o governo mais em ascensão, pleno emprego, crescimento econômico, obras importantes de infraestrutura, iniciativas muito importantes, como os programas sociais, vieram também já no primeiro e foram continuados no segundo governo de Lula.

Como se encerrou o ciclo do Dr. Miguel Arraes à frente do PSB?

Depois de sua derrota em Pernambuco, ele ficou quatro anos sem mandato, permanecendo em Brasília, geralmente de segunda a quinta-feira. Em 1994, foi candidato novamente a governador e ganhou as eleições. Então, foi, por mais quatro anos, governador e presidente do partido. Cada vez que ele ficava lá, como governador, minha tarefa, minhas missões, aumentavam, porque eu tinha que dar conta e não havia nenhum membro do partido que ficasse permanentemente em Brasília. Eu ficava, mesmo tendo que fazer as viagens. Cuidava das partes administrativa e política e fazia as articulações para que ele pudesse tomar as decisões. Eu o mantinha bem-informado sobre



Carlos Siqueira na
Catedral de Brasília,
durante missa de
sétimo dia da morte
de Dr. Miguel Arraes.

o que se passava em cada estado, durante o período em que ele estava no governo. Em 1998, Dr. Arraes foi à reeleição, uma candidatura que eu sempre ponderei que era desnecessária, mas não tinha coragem de dizer, já que ele estava com mais de 80 anos. E ele perdeu. Inicialmente, ficou um pouco abalado com essa derrota, mas era um homem de se refazer e se refez de cabeça erguida. Aí ele se dedicou por mais 4 anos, ao partido, frequentando mais a sede, viajando um pouco. A idade estava avançada, mas ele foi, 4 anos depois, eleito deputado federal, em uma eleição da qual ele se orgulhava muito, porque praticamente não fez campanha e teve excelente votação. Foi no decorrer desse mandato que ele faleceu, em 2005.

O que o PSB tem de Miguel Arraes?

Penso que ainda há muita coisa. A presença dele nunca foi completamente afastada. Ninguém esquece o período do Dr. Miguel Arraes à frente do PSB, porque foi muito rico. Ele deixou um legado, que era o neto, Eduardo Campos. Ele não gostava da ideia de família participando da política. Tanto é que, antes de morrer, apenas Eduardo, e ninguém mais, havia disputado eleição, pelo PSB, ou por qualquer outro partido. E ele me dizia: “Quantos filhos eu tenho?”. “Dez filhos”, eu respondia. “E quantos estão na política? Nenhum”. E eu dizia: “Mas tem o neto”. Então ele explicava: “Você sabe que, quando voltei do exílio, eu já encontrei Eduardo fazendo política estudantil. Eu não podia impedi-lo. Mas eu não sou coronel e não tenho herdeiros na política”. Ele pedia para eu dizer isso para todo mundo e eu, obviamente, nunca disse, afinal, mesmo não querendo, ele tinha, sim, um herdeiro, e foi muito bom que tivesse.

Dr. Arraes tinha certa rejeição à ideia de dizer que incentivava familiares na política como herdeiro. Isso só aconteceu após a morte dele. Eduardo já participava da Executiva Nacional; já exercia influência no partido conquistada por ele mesmo. Eu digo sempre: Eduardo nunca deixou de ser herdeiro,

mas seu sucesso político foi conquistado pelos méritos próprios. Se não os tivesse, se não fosse uma pessoa vocacionada, a liderança política não teria permanecido. Aliás, penso até que, em algum momento, o Dr. Arraes criou dificuldades para Eduardo e os dois, às vezes, até se estranhavam um pouco. Mas o talento e a vocação para a política, de Eduardo Campos, eram próprios. Ele cresceu à sombra do avô. Dr. Arraes era uma figura lendária, no cenário político de Pernambuco e do Brasil, e uma das principais lideranças da esquerda. Mas Eduardo tinha suas características próprias, sua visão própria e seu jeito de fazer política e o Dr. Arraes observava aquilo. No fundo, penso que ele cultivava certo orgulho, mas eu só o vi tratar Eduardo como neto, na política, quando se tornou ministro da Ciência e Tecnologia. Até então, nunca. Quando Eduardo começou a fazer sucesso e a imprensa destacou muito a presença dele no Ministério, é que ele pareceu se render a ponto de ir visitá-lo no MCT. Quando voltava ao partido, e eu perguntava onde estava, ele dizia que tinha “ido visitar o ministro”. Os olhos dele brilhavam e eu via que estava dizendo aquilo com orgulho. Era o avô falando do neto!

Dr. Miguel Arraes em um dos congressos nacionais do PSB.



Capítulo 7 – O PSB do período de Eduardo Campos

A sucessão com Eduardo Campos

Tirando o projeto da Fundação João Mangabeira do papel

Lula na presidência

Eduardo Campos no Ministério da Ciência e Tecnologia

A trágica morte de Eduardo Campos

Marina Silva para presidente

*Como o PSB administrou o crescimento
de Eduardo Campos?*

Ele começou trabalhando com o avô como chefe de Gabinete, no início do segundo governo, quando Dr. Arraes voltou do exílio, e era muito habilidoso no cargo que ocupava. Depois, foi eleito deputado estadual e se destacou também porque Eduardo tinha uma característica: era um político inteligentíssimo, astuto e muito vivo. Via as coisas à sua frente com imensa facilidade. Era um homem também ambicioso, como devem ser os bons políticos. Isso é bom. E foi crescendo pelos seus méritos, por sua visão, capacidade, habilidade e foi conquistando os lugares. Já deputado federal, foi nomeado secretário da Fazenda, em Pernambuco e se destacou rapidamente no Congresso Nacional pela sua capacidade, obviamente. Por exemplo, foi de grande valor na articulação e no apoio à base do presidente Lula. Quando tentaram, inclusive, o *impeachment* de Lula, ele e Aldo Rebelo fizeram as articulações ativamente. Ele cresceu muito como deputado federal, no âmbito do Congresso, e com rapidez. Era um quadro bem formado, na época. Depois, foi

ampliando os seus espaços. Quando quis ser candidato a governador, em 2006, foi falar com o presidente Lula porque ele era ministro e teria que deixar o Ministério. Outro candidato, que era ministro da Saúde, o senador Humberto Costa, concorreria com ele pelo PT.

Quais foram as dificuldades de Eduardo Campos em se confirmar candidato ao governo do estado de Pernambuco?

Naquele momento, o PSB estava muito reduzido. Em Pernambuco, em quase 200 prefeituras, o Partido tinha apenas 12 prefeitos. Com a derrota do Dr. Arraes, aqueles prefeitos que aderiram aos partidos em função do governo estadual, haviam saído. Ele partiu para a campanha com 3,5% de intenção de votos. Ou seja, teve muita coragem, muita determinação, para se lançar naquele momento. E havia um candidato forte da oposição, que era Humberto Costa, do PT. Eduardo só ultrapassou o Humberto, lembro-me bem, uma semana antes da eleição. E foi crescendo, com uma campanha linda. Eduardo saiu da terceira posição e foi ao segundo turno, derrotando Mendonça Filho (PFL), candidato que estava buscando a reeleição. Derrotou o governador por mais de 1 milhão de votos e obteve grande vitória no segundo turno. Aí veio o governo e foi uma página extraordinária na vida política de Pernambuco.

O senhor se envolveu nessa campanha, mesmo que como direção do PSB?

Não podia sair de Brasília, porque estava envolvido no dia a dia do partido. Eu precisava ficar. Ele tirou licença e, à época, Amaral assumiu, por um curto período, a presidência do PSB. E eu não podia me ausentar. Não tive participação ativa na campanha, em Pernambuco. Minha tarefa era cuidar do partido nacionalmente e tinha que ficar. Veja só como são as coisas do

destino. Quando o Dr. Arraes morreu, já estava marcado um congresso, e resolvemos mantê-lo. O congresso ocorreria no dia 20 de agosto de 2005 e o Dr. Arraes morreu no dia 13. Após a missa de sétimo dia, na Catedral de Brasília, saímos sob uma chuva torrencial e nos dirigimos para a Câmara dos Deputados, onde foi realizado o congresso que elegeu Eduardo Campos, em 2005, presidente do partido.



Eleição de Eduardo Campos como presidente do PSB.

Essa eleição foi uma escolha lógica, tinha que ser Eduardo Campos?

Eduardo já era uma pessoa muito destacada, então, para o partido, era necessário ter uma personalidade como ele, naquele momento. Houve uma transição geracional, também, o que foi muito importante para a instituição. As pessoas, por mais necessárias que sejam, chegam no seu limite.

Eduardo foi uma espécie de sucessor natural do avô, na presidência do partido, que veio com naturalidade, tanta que não houve nem quem se animasse a apresentar uma candidatura contra ele.

O período de sua direção foi menos tenso, porque Eduardo era mais conciliador. Dr. Arraes, que era um homem de briga e gostava um pouco de tensão, parece que lhe dava mais vida. Já o Eduardo era pragmático e tinha essa habilidade de pacificar. Na função de primeiro secretário, e ele como governador, pude confirmar essas suas habilidades. Eu ia muito a Pernambuco, nessa época, quando precisava conversar com ele. Eduardo vinha menos a Brasília, porque estava muito dedicado a fazer um governo de sucesso. E eu, como pernambucano, ficava muito orgulhoso. Eduardo foi avassalador, em matéria tanto política quanto administrativa. Foi o melhor governador que Pernambuco teve, em toda a história, sem nenhum demérito para os demais, inclusive para o avô, porque foi um grande governador também. Houve outros, mas ele foi, de longe, o melhor.

O PT insistiu em lançar Dilma Rousseff como candidata à presidência da República e Ciro Gomes pleiteava a legenda pelo PSB para também representar a esquerda, foi traumática essa negociação?

Círo Gomes era filiado ao PSB e reivindicou a condição de ser candidato do partido à presidência da República, em 2010, e era uma reivindicação legítima. Uma figura inteligente e respeitável, da vida pública, Ciro Gomes levou isso à Executiva Nacional. Eduardo estava hospedado em Brasília e chamou, em um domingo, Ciro, Roberto Amaral e eu para uma reunião a fim de discutirmos a possibilidade de candidatura própria. Eduardo dizia que era importante que isso fosse combinado com Lula, afinal, seriam duas candidaturas de esquerda.

Eduardo autorizou Ciro Gomes a sair pelo país para construir a sua

candidatura. Paralelamente, o PSB ia discutir internamente sobre a possibilidade de apresentar duas candidaturas no campo da esquerda. Ainda naquela reunião, Eduardo indicou que a Fundação João Mangabeira (FJM) deveria organizar uma sugestão de programa de governo. De concreto mesmo, somente o fato de Ciro ter saído pelo país, inclusive apoiado pela estrutura do PSB, para divulgar a possibilidade da sua disputa eleitoral para a presidência.

Ocorre que Eduardo não conseguiu convencer o presidente Lula de que teriam que ser duas candidaturas. Lula insistiu que o melhor era uma só e que deveria ser Dilma Rousseff. Eduardo acabou se convencendo e não quis contrariar a posição de Lula. Quando ele trouxe para o partido essa decisão, que acabou por impedir a possível candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República, gerou uma crise com o PSB do Ceará, já que Ciro é de lá. Isso provocou, mais à frente, durante a gestão de Eduardo à frente da presidência do PSB, a saída do Ciro e de vários deputados que eram ligados a ele no Ceará, e o seguiram, assim como prefeitos e vereadores do PSB. Foi um movimento tenso, internamente, aquele apoio à candidatura de Dilma Rousseff.

Ciro Gomes em encontro na sede do PSB.



*Chegou a ter algum tipo de ruptura do partido,
com a saída de Ciro Gomes?*

Não chegou a haver uma ruptura. A direção do partido, à época, continuou considerando correto o apoio à candidatura de Dilma, embora fosse muito legítimo o pleito do Ciro Gomes. Penso que Ciro poderia ter sido candidato mesmo, mas a decisão não foi essa.

*E o primeiro mandato da presidente Dilma,
como o senhor avalia?*

Eu nunca fui muito simpático ao governo dela, porque entendo que sempre faltou diálogo, sempre faltou uma conexão com o Congresso, o que seria essencial. Eu ficava olhando e não conseguia entender o que estava acontecendo. Bom, eu, pessoalmente, e o PSB, também nunca aprovamos plenamente, sempre tivemos restrições. Para o partido, desde o início, ela não foi muito bem. Tanto que, no final do primeiro mandato, já havia uma crise estabelecida em função das ações erráticas na condução político-econômica do nosso país, o que gerou falta de sustentação. E isso foi escondido, durante a campanha. Mas se lembrarmos bem, Dilma assumiu o segundo mandato desgastada.

*Qual foi a maior dificuldade para o PSB em validar
o nome de Eduardo Campos como candidato à
presidência da República, em 2014?*

Havia, claramente, por parte de membros do governo, uma disposição interna, uma articulação com gente do próprio PSB tentando implodir essa possível candidatura. Pessoas no partido

prestaram-se a esse papel. Essa foi a dificuldade e está registrada. Para você ter uma ideia, vou contar apenas um fato, que é simbólico, dessa dificuldade. Havia um membro importante da Executiva Nacional que se tornou prefeito de Duque de Caxias, o Alexandre Cardoso. Um dia, ele deu uma declaração muito inapropriada. Eu recebi um telefonema de Eduardo Campos, às 6 horas da manhã, quando estava saindo para caminhar. Ele estava furioso, porque já tinha lido o Jornal O Globo e visto uma declaração desse membro da Executiva Nacional dizendo que Eduardo Campos era inexperiente e, se fosse eleito, seria pior do que Fernando Collor. Essa declaração o deixou muito irritado. Tratamos depois, não vou contar os detalhes, mas esse membro do partido acabou saindo, afinal, aquilo foi uma atitude bem irresponsável.

Podemos chamar isso de uma coisa normal, no cenário político?

Não penso que seja normal. Pode-se dizer que até seja comum esse jogo de interesses, mas não é normal, porque o normal era, tendo uma candidatura como a do Eduardo Campos, que o partido tivesse se empolgado em uníssono, e se unido para lançar uma alternativa para o nosso país e não ficar criando dificuldades ao lançamento da candidatura dele. Era um jogo que estava dentro do PSB, mas que vinha de fora.

Eduardo Campos estava totalmente certo de que aquele era o momento?

Acredito que, em algum momento, ele também teve um pouco de dúvida, porque não era fácil ir para uma candidatura

contra uma presidente que pleiteava a reeleição, que foi a presidente Dilma. Havia, sim, uma insatisfação – essa parte é importante registrar – do PSB, com relação ao governo Dilma. Ela encontrava dificuldades em se relacionar e dialogar politicamente com a oposição e, inclusive, com a sua própria base, que incluía o PSB. Esse grau de insatisfação foi se acentuando. E, no final de 2013, havia uma análise no PSB, da direção e do próprio Eduardo Campos, de que Dilma estava levando o nosso país a uma situação econômica muito grave e que aquilo ia ter consequências desastrosas para o Brasil. Era preciso que o PSB dissesse isso.

E como foi a aceitação da presidente?

Houve uma reunião de Eduardo Campos com ela, próximo ao Natal de 2013, lá na Base de Aratu, na Bahia, quando ela estava descansando. Eduardo disse claramente o que o partido pensava do governo dela; os erros que estavam sendo cometidos; e como aquilo poderia afetar o nosso país. Ela, claro, não gostou nada da conversa. Além de discordar, não gostou e Eduardo voltou muito desapontado dessa reunião. Ele contou o ocorrido para o então governador, Jaques Wagner, que promoveu um novo encontro dele com ela, em janeiro de 2014. Eduardo teve esse novo encontro e ela foi menos ácida, mas continuou a discordar dele e do PSB. Foi quando começaram, depois dessa reunião, a sair notícias nos jornais de que o PSB, embora participando do governo, estava criticando a gestão. Várias vezes conversei com Eduardo sobre a possibilidade de devolver os dois ministérios e as dezenas de cargos federais ocupados pelo PSB.

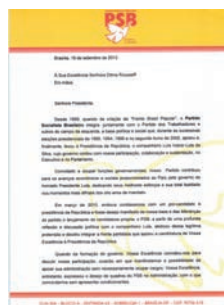
No começo, ele não aceitou, até que, numa ocasião, eu estava retornando do Rio de Janeiro, e quando desembarquei em Brasília, por volta das 20 horas, ele me ligou dizendo: “Sabe aquela carta em que você sugeriu para devolver os cargos? Pode prepará-la?”. Aí eu disse: “Amanhã eu lhe mandarei”. “Amanhã, não, é hoje”, disse ele, “Eu quero a carta hoje”.

Aí, eu saí do aeroporto para a sede da Fundação João Mangabeira, da qual eu era o presidente na época. Abri a Fundação, chamei um funcionário, redigi essa carta, e mandei para ele, mais ou menos, às 23h30.

No dia seguinte, ele convocou a Executiva Nacional. Fez algumas poucas alterações no documento, lembrando todo o histórico de relacionamento do PSB com o PT, desde 1989, quando da primeira candidatura de Lula, e dizendo que era de caráter irrevogável que entregávamos os dois ministérios e todos os cargos que o PSB tinha no governo federal. Depois da reunião, ele foi pessoalmente entregar a carta a Dilma. Foi uma surpresa para ela, que não esperava a renúncia aos cargos. Tenho certeza de que, ali, ele decidiu, definitivamente, que seria o candidato a presidente da República.



Executiva Nacional reunida na sede do PSB, no dia 18 de setembro de 2013, para deliberação sobre entrega de cargos ao governo de Dilma Rousseff.



O documento entregue à presidente Dilma, na íntegra, está como anexo no final do livro, na página 281.

As condições ideais para uma candidatura à presidência da República são difíceis de reunir, como é que vocês trabalharam esses desafios?

Com Eduardo Campos, foi o período em que o PSB mais cresceu. Ele sentia a necessidade de fazer esse alargamento, dentro do próprio partido, em função de saber que disputar uma eleição presidencial contra partidos muito estruturados, como era o PT e o PSDB, na época, seria muito difícil. Eram três candidaturas principais, Dilma à reeleição; Aécio Neves, pelo PSDB, e a dele. As estruturas que enfrentaria eram muito mais sólidas do que a do PSB, nada obstante ao crescimento do partido. Então, começou a atrair figuras que não eram muito afinadas com o PSB, mas que apresentavam empolgação com a candidatura de Eduardo. Isso, mais à frente, nos deu problemas, mas, naquele momento, foi útil, porque ele precisava de estrutura minimamente capaz de alavancar a candidatura presidencial. Houve quem fizesse um pouco de corpo mole, aqui e ali. Então, havia uma dificuldade interna e a disposição dele de enfrentar tudo isso. Ele teve que fazer um alargamento maior do partido para enfrentar essa candidatura à Presidência da República.

Embora, no futuro, isso não tenha sido bom, por causa desses perfis inadequados, naquele momento, foi o certo a fazer?

Naquele momento, tenho minhas dúvidas se o melhor foi trazer essas lideranças para o PSB, ou colocá-las em outra legenda auxiliar. Penso que teria sido mais interessante para o partido que essas figuras de diferentes perfis, do tipo de Heráclito Fortes, e outros similares, estivessem num partido menor, mas em coligação conosco, como era o Partido Socialista Liberal (PSL), na época, e que se mantivesse fora da estrutura do PSB. Teria sido melhor, mas ele entendeu que devia fazer e fez. E o partido também não criou grandes obstáculos a isso.

O PSL foi fundado em 30 de outubro de 1994 e só obteve registro definitivo 4 anos depois, em 1998. Em sua base programática, originalmente, defendia o social-liberalismo. Em seu estatuto de criação, o partido surgiu para defender menor participação do Estado na economia, priorizando a atuação do governo na gestão das áreas da Saúde, Educação e Segurança.

Quando ele realmente viabilizou a candidatura, o senhor se animou pela possibilidade de fazer o plano de um novo país?

Sím, mas é claro, eu era empolgadíssimo com a candidatura dele. Acreditava muito no potencial que Eduardo tinha para ser uma nova opção para o nosso país. E, de fato, ele era. Tinha capacidade, pragmatismo suficiente para fazer uma ampliação e conseguir realizar um bom governo. Penso que, se ele tivesse sido presidente, teria feito um governo quase de união nacional, pela capacidade que possuía de unir diferentes setores. Infelizmente, isso não foi possível, porque o acidente não permitiu. O destino não permitiu isso, ao Brasil. Foi um momento difícil, para o PSB, a perda dele. Considero que foi uma perda para o PSB, mas também para o nosso país. O Brasil perdeu uma nova liderança, inteligente, capaz e empolgado, com muita energia para pensar um destino diferente para a nação. Penso que ele ia fazer a população brasileira acreditar que era possível viver um novo momento e que ele ia, com o seu brilhantismo, criar esse novo momento, como fez em Pernambuco.

Carlos Siqueira, Eduardo Campos e Marina Silva.



Como o país estava dividido naquela fase da pré-campanha eleitoral?

Havia três opções principais, incluindo a de continuidade, que foi o que acabou por acontecer, quando Dilma se reelegeu. Havia o Aécio Neves, cujo partido já tinha governado o país e ele também era uma liderança relativamente jovem, bem prestigiado no Congresso e na sociedade, e havia o Eduardo Campos como uma alternativa diferenciada. Eram essas, as três alternativas. Ele representava uma alternativa de renovação, porque a Dilma não era renovação nenhuma. Ou era a continuidade, ou Aécio. Já conhecíamos os governos do PSDB, então, ele não seria muito diferente do que tinha sido Fernando Henrique. Não sei nem se seria um Fernando Henrique. E tenho certeza de que Eduardo seria muito diferente de ambos, e iria empolgar o país. Ele tinha essa capacidade de unir os contrários. Isso demonstrou na reeleição dele para o governo de Pernambuco, quando obteve mais de 80% de aprovação. Uniu todos os contrários, até o PSDB, lá no estado, o apoiou na reeleição.

PSB em campanha pela presidência da República, com Eduardo Campos e Marina Silva.



De onde vem essas habilidades de líder político e quanto o PSB contribuiu para que Eduardo Campos tivesse espaço e apoio para apresentar um projeto de país?

Acredito que, na vida, os líderes se formam nos embates políticos. E só crescem nas dificuldades que enfrentam; nos pleitos que disputam; nos embates internos, inclusive partidários; nos embates com a sociedade, e os setores organizados. Penso que Eduardo se formou assim, aprendendo enquanto enfrentava as dificuldades, desde o início da sua carreira. Ele nunca desanimou, isso é importante de dizer. Disputou a prefeitura do Recife, quando tinha 27 anos, e ficou em quinto lugar. Mas aquilo não o abateu. Continuou a ser o que ele sempre foi, uma pessoa muito viva, dinâmica e capaz de superar as dificuldades. Então, é assim, nesses embates, que se formam os grandes líderes.

“Os líderes se formam nos embates políticos.”



Vocês chegaram a fazer um plano de governo?

Sím, claro. Quando ele decidiu ser candidato, a Fundação João Mangabeira (FJM) foi o laboratório que cuidou de fazer o programa de governo. Fizemos inúmeras oficinas. A primeira foi na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro sobre políticas sociais; as demais, em São Paulo e Brasília, sobre os temas educação, saúde, segurança pública, ciência e tecnologia e política econômica. Reunimos muita inteligência, através da FJM. São Paulo foi a cidade com maior número de oficinas, porque a pré-campanha foi para lá. O programa de governo foi construído coletivamente. Primeiro, construímos um documento de diretrizes de governo e teve um ato de lançamento no âmbito da Câmara dos Deputados, em Brasília. Fui o coordenador pelo PSB; e, pela Rede, foi o Bazileu Margarido. A partir das diretrizes do plano de governo, depois que a candidatura foi lançada, ele já escolhido em convenção, fui guindado para a coordenação da campanha. Depois de lançadas as diretrizes, deixei a coordenação do programa e assumiu, então, a professora Neca Setúbal.

A FJM foi criada em 1990, vinculada ao PSB, com o objetivo de consolidar, aprofundar, difundir e construir o socialismo democrático. A instituição propõe-se a dialogar com todos os militantes do socialismo para debater a construção política que se opõe ao modelo capitalista, individualista, consumista e excludente.

Congresso Nacional Eleitoral do PSB, que escolheu Eduardo Campos como candidato à presidência da República.



Vocês restringiram a produção desse documento aos integrantes do PSB?

Não. Foi um momento muito rico, a construção do programa de governo, porque já representava um método de elaboração que não estava restrito ao PSB. Na verdade, ouvimos muita gente, sobre política econômica, por exemplo, e vários pensamentos eram colocados em debate para depois fazer as escolhas. Mas se ouviu gente de diferentes segmentos das áreas econômica e social. Até gente do PT participou. Quer dizer, especialistas que fazem o programa do PT também foram convidados para refletirem sobre a área econômica, igualmente sobre os temas que envolviam as áreas sociais, ou seja, já na construção do programa de governo, a capacidade de ouvir, do candidato, se fazia muito presente. E, aí, se ouvia tudo aquilo, tudo era gravado e depois trabalhado, refinando, selecionando, fazendo cruzamentos. Escolhíamos o que realmente iria para o programa. Por último, vinha o candidato e dava, é claro, a sua contribuição. E assim se construiu o programa de governo. Esse momento foi muito rico para o PSB, para a FJM, na época, e eu estava lá na presidência. Foi um trabalho extremamente proveitoso, rico e empolgante, porque estava sendo pensado um programa novo, um programa para o Brasil.

O que o senhor destacaria desse plano?

O plano de governo era praticamente um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pois incluía todas as áreas fundamentais para o Brasil desenvolver as suas grandes potencialidades. Poderia destacar, nesse plano, a preocupação com o desenvolvimento econômico, portanto, com a indústria e sua modernização; com a ideia de prosperidade. Outra preocupação era com a implantação de novas políticas sociais e o desenvolvimento sustentável.

Qual era o desafio em conciliar a direção do PSB, a presidência da FJM e os preparativos para a campanha presidencial?

Eu era o presidente da Fundação desde 2005, bem antes da candidatura de Eduardo. Acumulava o cargo de primeiro-secretário nacional do partido e presidente da FJM. Estabelecemos claramente, quando eu assumi, dois objetivos para a FJM: formação política e formulação de políticas públicas. A construção desse programa de governo, através da Fundação, envolvia um grande objetivo: o de formulação de políticas públicas. E o outro era a formação política, que já vinha sendo feita ao longo de todos esses mandatos em que eu estive à frente da Fundação.

Quando ele me indicou para ser o presidente da FJM eu só fiz uma exigência para aceitar: ter uma renovação completa, sem membros da diretoria anterior. E ele disse sim, deu-me a liberdade de compor a diretoria e tudo funcionou muito bem. Os presidentes anteriores nunca deixaram a Fundação funcionar plenamente. Para bem da verdade, não sei o porquê, mas Eduardo foi um grande incentivador, sempre me deu todo o apoio e, modéstia à parte, foi o momento em que a Fundação, de fato, se revigorou. Saiu do papel e passou a ser ativa na vida do Partido.

Reunião dos presidentes estaduais da PSB, na sede da Fundação.



Como o senhor conseguiu expandir a formação e a formulação de políticas?

Na parte de formação política, fizemos uma coisa interessante. Nós descentralizamos as ações. Na FJM fazíamos, a cada dois anos, um planejamento para os dois anos seguintes. Reuníamos os coordenadores da Fundação de todos os estados, durante três dias, em sistema de internato, em Brasília. Era de manhã, tarde e noite. Dormíamos no mesmo local e planejavamos a ação para os próximos dois anos. Cada coordenação, na sequência desse grande evento, nos mandava o próprio projeto estadual, que era financiado pela Fundação. Principalmente na parte de formação política. Na formulação de políticas públicas, também tivemos uma atuação muito boa, em todas as eleições municipais que ocorreram durante esse período, que eu estava à frente da FJM. Depois, com Renato Casagrande, também isso aconteceu. Fazíamos uma reunião com os candidatos às prefeituras, um seminário de dois, três dias e, posteriormente, fazíamos uma reunião com prefeitos e prefeitas eleitos.

Da esquerda para direita: Acilino Ribeiro, Dora Pires, Carlos Siqueira, Fábio Maia, Valneide Nascimento, Joílson Cardoso, Tathiane Araújo e Tony Sechi.



Outra coisa, organizávamos sugestões de políticas públicas; ensinávamos a fazer o planejamento da administração; a identificar a vocação do município, dentre outras abordagens temáticas. Enaltecíamos as experiências de municípios pequenos, médios e grandes. O PSB sempre teve e tem boas experiências nas áreas de governo. Trata-se de um partido com boas políticas públicas e várias experiências, tanto de prefeituras como de governos estaduais, bem executadas. Tivemos várias oportunidades de discutir muitos temas. A questão da reforma urbana, por exemplo, foi amplamente discutida; as questões culturais, sociais, e tantas outras

Atividades da FJM.





O Senhor fala com empolgação sobre esse trabalho, qual era a satisfação de estar à frente da Fundação?

Sempre gostei muito. A FJM é uma instituição pela qual tenho um grande apreço, porque consegui tirá-la do papel. Era um projeto, digamos assim, que tinha um estatuto e um programa. Alguns intelectuais do partido sempre traziam sugestões, mas nunca colocavam em prática. E quando fui presidente, decidi escolher quatro ou cinco temas e esses dois objetivos - formação política e formulação de políticas públicas. Felizmente, estruturamos, compramos a sede, equipamos e editamos publicações, que ainda hoje são muito úteis, feitas por especialistas de São Paulo, da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp), da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Tem uma coleção de livros de formação política e uma coleção de livros de formulação de políticas públicas muito interessantes. Criamos a TV João Mangabeira, que deu vários cursos à distância de formação política e políticas públicas. Ou seja, foi um momento muito dinâmico e muito satisfatório que eu articulava com as ações do partido.

Carlos Siqueira na presidência da FJM.



Como é que o PSB recebeu Marina Silva depois da frustração na criação da Rede Sustentabilidade?

A Rede Sustentabilidade tinha tentado se transformar num partido, mas não conseguiu as assinaturas suficientes para registrar o partido no TSE. Portanto, não foi legalizada. Isso aconteceu e não havia muito tempo para uma nova filiação. Eduardo Campos ligou e disse-me que estava indo para Brasília, achei estranho pois era uma sexta-feira, detalhes ele só me daria na chegada dele. Eu fui esperá-lo no aeroporto, e ele me contou que a Marina Silva tinha telefonado e que queria filiar-se ao PSB: “Vamos ter uma reunião para tratar da filiação dela”, disse ele. Foi uma alegria porque ela tinha sido uma candidata muito bem votada à presidência da República na eleição anterior e não poderia ser candidata a nada porque não tinha partido. Ela escolheu o PSB para ingressar sem nenhuma decisão de ser a vice. Na verdade, eu penso que ela sonhou, por algum momento, de ser a própria candidata, essa era a minha impressão, posso até estar errado, mas foi o que acabou acontecendo com a morte de Eduardo. A notícia daquela semana foi a filiação de Marina ao PSB. Todos nós sabíamos que era uma filiação de oportunidade, que não era para ficar. Quer dizer, na verdade, nós hospedamos a Rede dentro do PSB com todas as diferenças que nos unia e que nos separava. E ela se tornou a candidata a “vice-presidência”.

Evento de filiação de Marina Silva, no Hotel Nacional.





Foram muitos encontros entre Carlos Siqueira e Eduardo Campos, em vários projetos políticos.



O fato de Eduardo e Marina serem do mesmo partido não era limitador?

Naquele contexto a candidatura de Eduardo Campos já estava posta. Não havia muitas alianças com partidos importantes, porque tanto o PT, como o PSDB já tinham carregado os grandes partidos. Então, o que havia eram pequenos partidos, sem grandes lideranças. Aquilo caiu muito bem naquele instante. A vinda dela, que se especulava que seria para ser vice, outras horas se especulava que ela queria ser a candidata, de qualquer maneira, aquilo foi uma grande novidade dentro do projeto do PSB. Naquele momento foi a novidade positiva, a candidatura dela a vice-presidência.

Com o trágico acidente aéreo que provocou a morte de Eduardo Campos como vocês resistiram?

O acidente foi um acontecimento terrível para todos nós, que éramos amigos dele, os familiares e todo o PSB. Foi um choque muito grande, porque nós estávamos naquela maior expectativa de uma grande candidatura presidencial que acabava ali. No dia anterior ao acidente, ele tinha dado uma entrevista com grande repercussão positiva na Rede Globo, e ele achava que a partir dali a candidatura dele começaria a deslanchar. Quando haveria, depois disso, o acompanhamento das principais candidaturas no dia a dia pela imprensa, televisão, rádio, jornais. E foi exatamente no dia seguinte, a três dias do aniversário dele, que aconteceu o acidente. Foi terrível.

Eu estava em São Paulo na ocasião, recebendo o deputado Roberto Freire e um empresário de Fortaleza que queria abrir um comitê quando soubemos da notícia. Inicialmente eram boatos de que havia caído um avião, só depois veio a confirmação. O Roberto Freire fez a gentileza de me levar até Santos, onde aconteceu o acidente. Lá tivemos a triste missão de ler a nota que confirmava a

morte de Eduardo Campos, ao lado de Marina Silva, que era a candidata à vice dele até então.

Foi um acontecimento impactante para o PSB, na verdade, como disse antes, não foi uma perda apenas para o partido, foi uma perda para o nosso país. Aquele acidente impactou o país inteiro. Foi realmente um choque para o Brasil. Tivemos que tratar de dar continuidade, de acompanhar toda a situação, até acontecer o funeral. Um dia muito triste. Foram decisões difíceis depois daquele dia. Estávamos todos muito pressionados e acabamos decidindo pela candidatura de Marina Silva à presidência pelo PSB, que de certa maneira, era uma expectativa da sociedade e era um desejo da maioria do partido.

Nos dias que sucederam a morte de Eduardo Campos, muitas homenagens foram realizadas. Na foto abaixo, Carlos Siqueira participa de ato de celebração à data em que completaria 50 anos.



Capítulo 8 – De Secretário Nacional à Presidente do PSB

A bancada do partido e a Reforma Trabalhista
Três anos depois a recondução à presidência do Partido
Joaquim Barbosa e a candidatura que não se confirmou
Da reeleição ao impeachment
A chance que Michel Temer não aproveitou
Jair Bolsonaro e a ameaça à democracia
A pandemia da Covid-19 e o negacionismo irresponsável

*Após a morte de Eduardo Campos quais foram os
desdobramentos para a formação da nova direção
partidária?*

Quando aconteceu a morte de Eduardo, nós já tínhamos antecipado o congresso do partido e já tínhamos elegido o Diretório Nacional. E esse Diretório elegeria, além de uma nova executiva, o novo presidente, que seria ele próprio. Todo mundo sabia, mas nós tínhamos que respeitar o mandato em curso, que iria até dezembro de 2014, finalizando o prazo de três anos e, portanto, ele continuava sendo o presidente quando de sua morte. Roberto Amaral, que era o vice-presidente de então, assumiu a presidência imediatamente e era candidato a permanecer na liderança nacional do partido. É natural o vice assumir, penso que ele tinha o sonho de ser presidente e foi candidato. Eu o apoiei claramente. Márcio França, em São Paulo, também apoiou, ou seja, ele era um candidato natural que estava sendo aceito por muita gente.

Pernambuco, por sua vez, tinha uma certa resistência. Eu fui chamado lá para ser o candidato lançado por eles e não aceitei. Disse que já estava comprometido com a candidatura de Amaral e iria apoiá-lo. E, aí, foi convocado o Diretório Nacional para elegê-lo. Isso aconteceria numa segunda-feira, em São Paulo, e fomos para lá, eu e Amaral, na sexta-feira. Ficamos articulando essa reunião, que aconteceria com pauta exclusiva para eleger o presidente.

A essa altura, as lideranças de Pernambuco já tinham se convencido?

Na verdade, Pernambuco ainda estava sob o impacto da morte de Eduardo. Tinha um candidato a governador na disputa eleitoral e um candidato ao senado. As coisas ainda estavam muito tensas por lá. Foi quando recebi um novo apelo, quase que dramático, para que não houvesse a reunião do diretório. Eu disse que eu só poderia fazer aquilo se o candidato à presidência do partido concordasse. Informei que relataria esses fatos para ele. Já era sábado e a reunião seria na segunda-feira. Eu já estava em São Paulo, para a reunião, quando Renata Campos, a viúva de Eduardo, me telefonou e, em nome do partido, em Pernambuco, fez o apelo para que a reunião fosse adiada para depois do primeiro turno das eleições gerais. Ela propôs que eu falasse com Amaral sobre isso e indicou como alternativa a data de 13 de outubro de 2014, para realizar a reunião que trataria da eleição da nova presidência do PSB. Concordei em falar com Amaral e expliquei que a decisão seria dele e assim o fiz.

Ele resistiu à ideia de adiamento e perguntou-me se o PSB de Pernambuco o apoiaria. Respondi que sim, que apoiaria. Ele, então, concordou com o adiamento da reunião, entretanto, condicionou a assinatura de um documento pelos integrantes do Diretório do PSB de Pernambuco, expressando apoio à candidatura dele. Liguei de volta para Renata e falei que Amaral estava dizendo que tinha que colocar no papel. Ela, então, disse que ele podia mandar o

documento que eles assinariam. O próprio Amaral redigiu, deixando claro que Pernambuco propunha apoiá-lo naquele dia 13 de outubro, dois meses, portanto, após a morte de Eduardo.

Houve a eleição, e a sessão pernambucana elegeu o seu candidato a governador no primeiro turno; foi eleito o candidato ao Senado, que era aliado; e foram eleitos cinco deputados federais e mais de uma dezena de deputados estaduais. Ou seja, o resultado foi extraordinário, provavelmente sob o impacto emocional do acidente e da partida de Eduardo.

E a eleição para a presidência do partido, como ficou?

Houve uma reunião da executiva conduzida por Roberto Amaral e, depois, todos saíram e foram para um restaurante. Eu não sabia onde estavam e fui embora. Eu estava tomando uma sopa no restaurante natural Flor de Lotus, em que vou com frequência, quando me ligou Márcio França me convidando para se juntar a eles onde estavam. E eu fui. Quando cheguei lá, estavam todos. Só aí descobri o que eles estavam discutindo. Informaram, logo de imediato à minha chegada, que tinham uma conclusão: não apoiariam mais a candidatura de Amaral à presidência do Partido. Disseram que o único nome de consenso para ser o presidente do PSB, era o meu. Perguntaram se eu aceitava. Eu falei: “Se não houver concorrente, aceito”. Mas foi uma surpresa para mim, porque nunca tinha cogitado. Havia um candidato posto, que, a princípio, todos apoiavam e aí, dois dias depois, fui eleito na reunião do Diretório Nacional. Foi o meu primeiro mandato em 2014. A partir de 13 de outubro de 2014 começou meu primeiro mandato.

*Qual foi o seu sentimento quando apontado
como nome de consenso?*

Fiquei alegre, porque, quando se obtém a confiança dos seus pares, é sempre uma coisa boa, que me deu satisfação. Ao mesmo tempo, tem o peso da responsabilidade, porque eu não seria apenas o presidente, mas estava substituindo uma grande liderança, que era Eduardo Campos e, portanto, não era fácil conduzir o partido depois do sucesso que ele teve. Era, ao mesmo tempo, uma alegria, por essa confiança que tinha sido depositada em mim, mas era e continua sendo um enorme desafio.

*O senhor sabe qual foi a pauta de consenso
em torno de seu nome?*

Até hoje não sei. Sinceramente, não sei. O que sei é que isso não era cogitado, de minha parte. Nunca cogitei essa possibilidade de ser presidente do partido. Surgiu essa alternativa depois da inviabilidade do nome de Roberto Amaral. Isso é a única coisa que sei. Nunca procurei saber detalhes. Não perguntei nada e nem sei se vou saber um dia de quem partiu a ideia.

Aconteceu que foi celebrado por muita gente da militância, que dizia assim: “Um simples militante chegou à presidência do partido”. Embora eu fosse da direção, para mim, a minha condição essencial era ser militante da causa da democracia, da justiça social, do que chamamos de socialismo democrático. Nesse sentido, foi muito satisfatório para mim. Primeiro, porque eu não reivindicava, nunca reivindiquei e nem sequer pensei nessa condição, nessa possibilidade. E, segundo, é uma satisfação, por recair sobre mim uma confiança em um momento difícil que o partido precisava estar unido. Exatamente por esse sentimento, de entender que o partido precisava se manter

unido, que eu não tinha aceitado ser candidato, no primeiro convite, em Pernambuco. Acreditava que não podia ter briga, depois de tudo aquilo. Tinha que ser um presidente que unisse. Mas não imaginava que eu criaria essa possibilidade, de ser a pessoa em torno da qual se faria a unidade. Isso não estava em meus planos, nunca esteve nem em pensamento.

Então, não deixou de ser uma satisfação contar com essa possibilidade, porque, de certa maneira, eu entendi como reconhecimento de longos anos de trabalho a uma espécie de operário do socialismo democrático, digamos assim, que nunca teve a pretensão nem de ser candidato a cargo algum. Nunca reivindiquei sequer mudar o meu cargo, nos diferentes congressos que ajudei a organizar e dos quais participei. Sempre ficava satisfeito com o trabalho que eu estava fazendo, com muita dedicação, durante longos anos. Nada mais do que isso.

Os três presidentes que antecederam o senhor ocupavam cargos eletivos, o senhor não, isso foi, em algum momento, um problema?

Nosso primeiro presidente, João Mangabeira, que era senador, também foi ministro, e foi o presidente pelo mais longo período. Presidiu o PSB de 1947 até 1966, quando os partidos foram extintos pela Ditadura Militar. Depois da reformulação, tivemos um presidente que também não tinha mandato, o Antônio Houaiss. Ele foi o presidente da Comissão Provisória, mas somente por 1 ano. Depois tivemos o Dr. Jamil Haddad, que foi presidente por 7 anos. Tivemos o Dr. Miguel Arraes, por 12 anos e, na sequência, Eduardo Campos, por 9 anos. Agora, eu, que exerço a presidência por 10 anos.

*Efetivada a condição de presidente nacional do PSB,
quais foram as suas primeiras iniciativas?*

Tenho um discurso escrito, que fiz questão de distribuir, na época, sobre o compromisso que eu imaginava que fosse apenas por 3 anos como presidente. Tinha consciência plena do desafio que estava assumindo sem pedir e sabia que não seria fácil, porque eu era apenas um dirigente e um militante político que nunca tivera mandato. Havia senadores, uns cinco ou seis, naquela época; quatro governadores; muitos deputados estaduais; e uma bancada bem razoável de deputados federais. Poderia ter sido qualquer um deles e ter recaído sobre mim só me dava mais responsabilidade. Tinha consciência de que precisava superar aquilo. Precisava atender à expectativa daquele momento. E quero dizer a todos que contei, sempre, com sólida confiança dos meus pares. Tudo o que aconteceu no PSB, nesse primeiro mandato e nos outros, não foi da responsabilidade exclusivamente minha; foi uma gestão em que todos colaboraram; todos tiveram a consciência de que precisávamos de unidade e vencer aquele momento difícil que o partido vivia. Muitos falaram que o PSB ia desaparecer, depois de Eduardo Campos, que teria resultados declinantes, até sucumbir.

O que aconteceu, nesse primeiro mandato, foi que assumi o compromisso de reforçar o partido, prepará-lo para a eleição seguinte, porque havia uma bancada que não estava tão sintonizada com a legenda e nem eram muitos os motivos para que ficassem no partido. Eu sabia que eu poderia perdê-los e não achava ruim. E isso acabou por acontecer.



Carlos Siqueira no momento de sua eleição como presidente nacional do PSB.

O discurso de posse do presidente do PSB, Carlos Siqueira, pode ser lido na íntegra, nos anexos, na página 284.

Antes do impeachment, como era o relacionamento com Dilma Rousseff, reeleita presidente?

Depois da reeleição da presidente Dilma, não adotamos uma posição frontal de oposição a ela. Embora não tivéssemos votado nela, porque tínhamos uma candidata contra ela, aprovamos o documento de dez pontos de independência do governo. Não queríamos cargos e nem fazer oposição ferrenha, queríamos independência para fazer aquilo que fosse interessante para o nosso país. Na diplomação, eu me lembro, recebemos o convite e fomos, os governadores do PSB e eu. Fomos juntos. Terminada a cerimônia, nos postamos ali para os cumprimentos e quando eu a cumprimentei, ela disse: “Siqueira, precisamos conversar. Eu quero conversar muito com o PSB”. Eu disse: Presidente, estamos às ordens. Ela falou aquilo, mas jamais chamou o PSB para conversar, ao longo do seu segundo mandato. Depois, já no final, mandou o ministro da Justiça conversar comigo, o das Relações Institucionais e o próprio chefe de Gabinete dela, já para falar sobre a posição do PSB sobre o *impeachment*. Mas, aí, já era tarde. Foi uma opção dela, não manter relações políticas. Ela disse que queria conversar, nós nos pusemos à disposição, mas essa conversa com ela nunca aconteceu.

O PSB aderiu ao pedido de Aécio Neves para a recontagem dos votos?

O Aécio Neves nos procurou e queria que eu assinasse com ele uma ação do PSDB questionando o resultado da eleição. Eu falei: “A eleição acabou, o PSB não vai questionar o resultado das urnas, vamos em frente”. E aí encerramos essa relação com o PSDB.

Como o PSB se posicionou no governo do presidente Michel Temer?

A posição do PSB foi de compreensão do que tinha acontecido e uma torcida para que aquele governo desse certo, porque o país tinha entrado numa grande enrascada. O que ficou do segundo governo Dilma, foi uma recessão profunda, que durou 4 ou 5 anos. Foram 11 milhões de desempregados, uma cifra recorde de desassistidos, no país, ou seja, foi um legado bastante negativo para o Brasil, que precisava ser reconstruído. Eu, pessoalmente, para ser sincero, acreditava que o Temer, aos 78 anos de idade, de uma longa carreira política, pudesse aproveitar esse momento para fazer aquilo que o presidente Itamar Franco havia feito. E cheguei a conversar isso com ele, lá no Palácio Jaburu, ao longo de alguns contatos anteriores, ainda quando era vice-presidente, e vimos que de fato o *impeachment* iria acontecer. Ele assumiu uma crise monumental, uma recessão que durou mais de 5 anos, nada trivial. Foi uma crise para valer, das maiores.

Reunião da cúpula do PSB com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.



Documento entregue ao presidente Michel Temer pode ser lido na íntegra nos anexos deste livro, na página 290.



Ocorre que, quando ele, conduzido pelo *impeachment*, formou o seu governo, para mim, foi uma grande decepção, mesmo tendo um ministro do PSB. Ele nos chamou e fomos até lá, entregamos um documento com as posições programáticas do PSB. Ele disse: “Quero um membro do PSB no governo”. Então, respondi: “O senhor pode escolher, mas a escolha deve ser pessoal, o partido não indicará ninguém”. E aí ele escolheu o deputado Fernando Bezerra Filho, para ministro das Minas e Energia,

Quando a conjuntura política e as graves denúncias foram piorando, gravemente, convoquei para um sábado uma reunião de emergência da Executiva Nacional e decidimos, por unanimidade, que sairíamos do governo. Naquele instante, liguei para o ministro, dando a opção para ele ficar no partido, ou no governo, mantendo-se ministro. Ele pediu 48 horas para definir e, depois, fez a opção de permanecer no governo Temer. Foi um momento tenso, aquele final do governo. Do ponto de vista da perspectiva democrática, e, do ponto de vista da perspectiva do PSB, o governo Temer foi muito complexo.

Além da saída do ministro, alguns deputados da bancada negligenciaram as recomendações do PSB. Como foi que isso aconteceu?

Símultaneamente a esse episódio do Ministério de Minas e Energia, tivemos o caso dos 13 deputados que votaram a favor da Reforma Trabalhista do Governo Temer, a qual o PSB tinha se posicionado radicalmente contrário, inclusive, decidindo pelo fechamento de questão sobre o tema, ou seja, obrigando os parlamentares a seguirem a orientação do Partido. Devido a essa decisão de alguns deputados, que votaram a favor da reforma trabalhista, resolvemos convocar uma reunião do Diretório Nacional para expulsá-los. Concluímos que eles não tinham perfil, pois se comportavam como liberais. É uma posição política respeitável, mas não é a do PSB. O PSB é um partido de centro-esquerda que, portanto, tinha compromissos

maiores com os que estavam sendo desfavorecidos com a Reforma Trabalhista. Essa parte que seria expulsa não hesitou em entrar na Justiça para impedir a reunião.

Mas tem procedência judicializar uma expulsão partidária?

Eles conseguiram uma liminar, que saiu às 22 horas, impedindo que a reunião de expulsão acontecesse. De verdade, eles tiveram certa razão, porque houve um erro na contagem dos dias, eram oito dias de prazo e só tinham se passado sete dias da convocação. Então, eles conseguiram a liminar com certo fundamento jurídico e impediram a realização do encontro. No dia seguinte, convoquei a reunião dentro do prazo correto e foi quando eles perceberam que podiam ser expulsos, que nós estávamos determinados a uma renovação.

Eram figuras todas respeitáveis, entretanto, conservadoras, distantes do nosso programa. Quando fiz a nova convocação, eu fui procurado por eles para um acordo de liberação. Eles quiseram evitar a expulsão no ano eleitoral. Foi um momento muito difícil para mim, porque eu estava com minha cabeça a prêmio. Eu estava forçando a saída de 13 deputados numa bancada de 33, muito perto de uma agenda eleitoral. Nós íamos com muito menos deputados para a reeleição. Como é que iríamos recuperar? Perguntavam os que eram contra à minha medida. Como é que você vai recuperar? Eu dizia: “Só temos uma possibilidade de recuperar deputados e é na eleição, vai ter uma daqui a seis meses, vamos recuperar aí”.

A direção do PSB ficou do lado do senhor, nesse episódio?

Todos insistiam em perguntar se eu acreditava mesmo que conseguiríamos recuperar a bancada. Era o que eu podia responder, naquele momento. Realmente, eu pensava que aqueles que não tinham nada a ver

com o PSB, precisavam deixar o partido. Não era só a questão de votar contra a Reforma Trabalhista, era uma série de iniciativas que contaminavam a imagem do PSB gravemente. E se a gente não tivesse a coragem de se ver livre deles, teríamos realmente nos desfigurado como partido político de centro-esquerda. Essa decisão, portanto, foi muito pesada para mim; uma decisão difícilíssima; mas ainda insisto que foi o certo a fazer. E fiz com muita determinação. Senti a minha intuição me dizer que eu estava adotando, com o partido, a decisão correta. Eu não sabia, não tinha uma bola de cristal, se teríamos condições de recuperar essa bancada, mas não voltamos atrás. Fizemos.

E qual foi o resultado eleitoral?

Desses 13 que foram quase expulsos do partido, só dois se re-elegeram. A bancada do PSB, com o recurso que usamos para financiar novas candidaturas, elegeu 18 novos e com mais 14, que se reelegeram, totalizou 32 deputados. Esse foi, então, um dos inúmeros grandes desafios superados, graças a Deus. E graças os eleitores que nos ajudaram.

Como surgiu a pré-candidatura do ex-ministro Joaquim Barbosa à presidência da República pelo PSB?

Iniciamos uma articulação que redundou na escolha e no convite ao ministro, já aposentado à época, do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Essa filiação se deu exatamente no dia em que Márcio França assumiu o governo de São Paulo. Fui a São Paulo para a posse dele e saí correndo de lá para a filiação de Joaquim Barbosa, que se deu na véspera do último dia de filiação.

Fizemos breve comunicação à imprensa, rápida, sem foto, sem nada. Não existe sequer uma foto desse dia. A comunicação era inconclusiva, não deixava claro se ele seria candidato ou não à presidência da República. O PSB não confirmaria nem negaria a candidatura. Mas isso foi evoluindo. O Datafolha e O Globo mandaram fazer uma pesquisa de opinião, iniciativa com a qual não tínhamos nada a ver; foi independente, e ele apareceu na pesquisa com 11% e, em outra, com 12%, isso apenas há uma semana de sua filiação, sem dizer que era candidato e sem o PSB dizer que tinha candidato.

Veja bem, quando isso se deu, liguei para o ex-ministro e disse que estava na hora de ele conhecer melhor o partido, reunir-se com as principais lideranças do PSB e termos uma conversa sobre a eventual candidatura dele. A reunião foi na sede do partido, em Brasília. Liguei para os governadores, para os líderes na Câmara, no Senado, e para os mais influentes, as cabeças da Executiva Nacional e nos reunimos na sede do partido. Chegado o dia, Joaquim Barbosa foi para a reunião e, quando ele apareceu, havia um batalhão de fotógrafos. Tantos que ele quase não conseguia subir as escadarias para chegar na sala da presidência.

Ele foi entrando na minha sala, meio espantado com aqueles fotógrafos e disse: “Siqueira, você chamou esse batalhão de fotógrafos?”. Eu disse: “Não chamei ninguém. Eles vieram por sua causa. Eu estou aqui todos os dias e eles não aparecem”. Aí ele riu. Todo mundo riu.

Reunião com o ministro Joaquim Barbosa e a cúpula do PSB na sede Nacional do Partido, 2018.



Ele aceitou ser candidato depois de todos aqueles fotógrafos?

Tivemos uma conversa longa e ele admitiu ser candidato. Depois dessa reunião, combinou conosco um novo encontro, na casa do deputado federal Alessandro Molon, no Rio de Janeiro. Isso foi evoluindo, mas, ao mesmo tempo, dentro do PSB, havia lideranças importantes, dentre elas, o próprio Márcio França, que não jogava com essa hipótese porque defendia o apoio à candidatura do ex-governador Geraldo Alckmin. Por outro lado, o então governador de Pernambuco, Paulo Câmara, na época meu vice-presidente, era mais simpático à candidatura de Fernando Haddad. O ministro Joaquim, penso eu, ficou um pouco inseguro: “Será que esse Carlos Siqueira consegue bancar realmente a minha candidatura?” Neste intervalo, que não durou muito, ele resolveu desistir. Ele me ligou e disse: “Olha Siqueira, eu quero pedir desculpa, mas decidi que não serei candidato”. Não deu explicações muito detalhadas, mas a verdade é que desistiu. Aí, ficamos sem opção de candidatura própria.

Entrevista coletiva com o ministro Joaquim Barbosa e Carlos Siqueira, 2018.



Havia um vácuo a espera de uma candidatura alternativa?

Sím. Havia um desejo da população em votar em alguém que não fosse do *establishment* político. Com as desistências das pré-candidaturas de Joaquim Barbosa e Luciano Huck, que eram *outsiders*, o deputado Jair Bolsonaro, que tinha menos de 5% até então, começou a crescer nas pesquisas de intenção de voto. Ele tinha sido um deputado inexpressivo, e depois de 28 anos de mandatos surgiu como um voto de protesto e uma contestação a todo o sistema político. E ninguém acreditava na hipótese de ele ganhar as eleições. Mas eu disse: “Olha aí a desmoralização do sistema político”. Você tem lideranças, como Geraldo Alckmin, conhecidas e responsáveis; Ciro Gomes; o próprio Fernando Haddad, de um partido importante como o PT; e Bolsonaro, sem tempo de televisão, sem recursos financeiros, sem preparo, ganha as eleições. Aí foi a constatação de que o sistema político estava vivendo uma crise de rejeição por tantos acontecimentos que precederam esse momento político.

Bolsonaro era uma ameaça à democracia?

Esse foi um período muito difícil, porque, além desse governo tenebroso, antidemocrático, obscuro e negacionista, havia também a pandemia do coronavírus, o que provocou o não funcionamento do Congresso Nacional presencialmente. Mas, de qualquer maneira, o PSB, desde a primeira hora, até o último dia, fez um combate duro e cerrado ao governo Bolsonaro.

Tivemos outra frente de lutas, também, que foi a frente judicial. Entramos com dezenas de ações no STF contra as medidas do governo; várias delas bem-sucedidas. Algumas foram apresentadas isoladamente, só o PSB; e outras foram em conjunto com os partidos de esquerda, aqueles de oposição.

O STF recebeu com muita atenção e decidiu muitas medidas favoráveis

aos interesses da população do nosso país, a pedido dos partidos políticos. Muitos somente falam e escrevem, que o STF decidiu, mas decidiu a pedido de quem? Isso não costumam esclarecer. Se foi do PSB, do PT, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do conjunto de partidos. Muitas iniciativas foram dos partidos. É que a imprensa, quando divulga, só fala do STF, que, de acordo com a Constituição Federal, não deve iniciar processo algum, a não ser que seja provocado por alguém, ou por alguma instituição que tenha legitimidade para isso. E, no caso, provocamos muitas ações no STF contra o Governo Bolsonaro.

Todas as forças progressistas foram impactadas pela vitória de Bolsonaro, como foi o PSB?

Foi muito impactante, um resultado realmente jamais imaginado por ninguém do mundo político. Foi um cenário pavoroso, que enfrentamos naqueles 4 anos difíceis. Aí veio a pandemia, outro momento triste para o nosso país, com as posições retrógradas, anticientíficas e negacionistas de Bolsonaro e do seu governo. Foi um drama. O Governo de Bolsonaro foi um pesadelo para o Brasil, e espero que jamais possa voltar a viver situação semelhante.

A questão da pandemia foi um problema de saúde, obviamente, mas não deixou de ser uma crise política. Qual foi o papel do PSB nesse embate?

A direção do partido atuou para que os governos do PSB se pusessem corretamente, seguindo a linha científica, contra os negacionistas. Colocamo-nos na posição de aderir às melhores propostas, de proteger a

população, a favor da vacina para todos os brasileiros. Os governadores, parlamentares, prefeitos e secretários de Saúde filiados ao PSB, que estavam espalhados por vários lugares, também tiveram papel importante, nesse momento da pandemia, no sentido de romper profundamente com o negacionismo. Além da negação, havia a ameaça de golpe de Estado. Obviamente, ali estava se construindo um golpe que não conseguiu se concretizar e tínhamos muita clareza disso. O PSB e todos os partidos de oposição, naquele momento, especialmente os de esquerda, tiveram um papel bem decisivo, nessa luta. É preciso deixar claro para sempre, para que o povo brasileiro jamais esqueça: a omissão, o negacionismo e a indicação de terapias e medicamentos comprovadamente ineficazes, praticados pelas lideranças do governo e pelo próprio Jair Bolsonaro, foram os grandes responsáveis pela morte de milhares de pessoas. Foram quase 700 mil mortes, dentre as quais muitas poderiam ter sido evitadas.

Carlos Siqueira em manifestação política no período da pandemia, contra o governo de Bolsonaro, em São Paulo, 2021.



Parte 3

Uma presidência autorreformista:

Da fundação do PSB aos dias que ainda estão por vir

Capítulo 9 O processo da Autorreforma

Os segmentos e os congressos do PSB

30 anos de democracia

A recondução ao terceiro mandato na presidência do PSB

Autorreforma: um movimento de dentro para fora

Reforma política

A potência da Amazônia e suas fragilidades

Industrialização, educação e o Brasil competitivo

Socialismo Criativo

O próximo passo da Autorreforma

Um partido que tem em sua base a democracia, precisa ser estruturalmente democrático. Os congressos do PSB são espaços democráticos?

Sempre considerei os congressos do partido como momentos privilegiados de discussões política e programática. Então, procuramos dar ao congresso um viés político, mas, ao mesmo tempo, programático. O congresso não pode se reunir apenas para eleger uma direção, porque essa direção precisa discutir politicamente com a militância o que é que ela quer, quais são os temas, as abordagens e qual é a leitura da realidade que está sendo feita naquele instante e colocá-la em perspectiva para os três anos seguintes, que é o intervalo entre um congresso e outro. Sempre procurei organizar os congressos

de tal maneira que se tornassem muito participativos. Normalmente, temos, ali, de 1.000 a 1.300 pessoas, de todo o país. No dia anterior ao congresso, ou antes da abertura, as pessoas se reúnem, em atividades organizadas pelos Segmentos. Elegem seus representantes, já promovem a discussão política específica e abrem o debate para reflexões de contextos externos, com foco em Negritude, Mulheres, LGBTQIA+, Juventude, Sindicalismo, Movimentos Populares e Inclusão.

Um partido deve ter uma visão holística do conjunto dos problemas em que vive o país, e não pode deixar à margem dos debates as pautas específicas. O partido não é um fim em si mesmo. Deve ser uma organização que tenha objetivos direcionados a políticas públicas, ou seja, direcionado à população, aos desenvolvimentos político-econômico, cultural e social do nosso país. Então, todos esses temas acabam por valorizar também a trajetória do partido.

Momentos dos muitos congressos do PSB



Momentos dos muitos congressos do PSB



*A base do PSB valoriza os congressos
tanto quanto a direção?*

Penso que sim, se levarmos em conta o número de participantes em cada edição e as produções realizadas. Logo depois da abertura e das homenagens, começa a divisão por grupos temáticos. Esses grupos reúnem-se para formar um documento, que depois é levado para o memorial

do congresso e fica como referência para todos os militantes, com suas decisões e resoluções. O que venho fazendo, nesse período, é politizar os congressos do PSB, no melhor sentido da palavra. É onde se discute política amplamente e propostas programáticas para o nosso país.

As pessoas se conhecem porque o congresso, para além desses assuntos mais sérios, é um momento de conagração da militância com a direção partidária. É o momento de festa, encontros e reencontros, convivência, é o momento da troca de informações, de comunicação. Momento muito rico, e espero que continue sendo assim. Com os congressos e os segmentos, o PSB se faz um partido internamente democrático.

Momentos dos muitos congressos do PSB



Momentos dos muitos congressos do PSB





Momentos dos muitos congressos do PSB. Abaixo, Carlos Siqueira com Dr. Miguel Arraes.



Carlos Siqueira e Eduardo Campos ao lado de Ariano Suassuna, eleito presidente de honra do PSB no XII Congresso Nacional.



Abaixo, Carlos Siqueira com o pianista Arthur Moreira Lima, no ato político de celebração dos 70 anos do PSB.





Os segmentos foram pensados para fortalecer temas específicos e atingir as massas?

Sím, foram pensados para tratar temas específicos e fortalecer a representatividade, mas não fechados apenas para políticas internas do partido. Seus componentes precisam fazer política para fora do PSB. Estão ali para buscar, na sociedade, naquelas questões específicas, quais são as reivindicações. Isso está bem claro, nas Teses 470, 471 e 472 do novo programa do PSB. É sempre um risco – em que o PSB não entrou, felizmente –, de se tornar um partido identitário. Penso que o identitarismo é uma coisa negativa para a esquerda, porque, quando se olha para um partido e se vê apenas temas identitários, parece que o partido perde a noção dos problemas do país, dos problemas reais das pessoas.

Estamos num país onde, segundo um estudo recente, metade dos chefes de família são mulheres que, abandonadas por seus companheiros, têm que trabalhar, criar e educar seus filhos. Então, essas mulheres precisam se ver representadas dentro de um partido. A questão da mulher não pode apenas estar relacionada às questões de natureza libertária, que são relevantes e importantes, mas tem que estar conectada com a questão da vida real. Mas isso também diz respeito à negritude socialista, à juventude. Nesse caso, por exemplo, a juventude não pode pensar apenas em jovens de classe média, no movimento estudantil, mas nas juventudes das favelas do Brasil. Onde está a juventude camponesa do nosso país? Ou seja, tem que pensar mais amplo e para fora. Não é somente para dentro; assim não funciona. Se fizer isso, você não justifica o movimento que, em vez de ser positivo, se tornaria negativo.

Encontros e atividades com a participação dos segmentos do PSB.





Nos 30 anos da democracia o PSB conduziu várias celebrações, como foi esse momento?

Às vezes, temos que lembrar do significado da democracia. Fala-se muito mal dos políticos e da política brasileira, mas os próprios políticos se esquecem, por vezes, de relembrar a população do ponto de vista educativo; dos benefícios que a democracia trouxe e continua trazendo. Resolvemos celebrar esses 30 anos da democracia para relembrar o que foi o processo riquíssimo de mobilização popular das Diretas-Já e o que significou a Constituinte de 1988 para a população, em termos sociais. Resolvemos fazer isso e preparamos uma longa programação de debates, documentos, tudo sobre esse período, que é educativo não apenas para a militância do partido, mas também para os cidadãos em geral. É importante fazer com que todos possam valorizar mais a liberdade, a democracia, o crescimento. Mas lembrando que tipo de democracia temos e, especialmente, a que queremos.

A democracia tem pressupostos que são comuns a todas as matrizes políticas e ideológicas, mas tem limitações para uns e para outros não. Se observarmos a democracia e o direito de votar e ser votado, o direito de ir e vir, o direito de livre expressão, são pressupostos sem os quais não há democracia e independência entre os poderes. Trata-se de um processo que tem de avançar para além da liberdade, tem que ser uma questão de iguais oportunidades para todos os cidadãos. Por exemplo, tenho um sistema de saúde eficiente, é democracia; tenho emprego, é democracia; tenho escola de qualidade para os meus filhos, é democracia. Embora a liberdade seja condição indispensável para a democracia, não é só, existem os direitos sociais, as oportunidades para as classes menos favorecidas e muitos outros aspectos.

Nossa democracia é limitada, capenga, não satisfaz aquilo que prega o PSB, que é exatamente uma democracia permanentemente renovada, aperfeiçoada, que oferece novas conquistas, novas oportunidades, para que todos

tenham a possibilidade de avançar nas conquistas sociais. Precisamos de prosperidade, do desenvolvimento. Precisamos de uma boa indústria, de desenvolver as forças produtivas cada vez mais para que o Estado brasileiro possa arrecadar e ter recursos para bancar a evolução da democracia.

Manifesto pela Democracia Soberania Nacional e
Direitos do Povo Brasileiro no Congresso Nacional.





XV
CONGRESSO
CONSTITUINTE DA
AUTORREFORMA

“ A Autorreforma do PSB formolou e aprovou democraticamente o novo programa do partido que guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI rumo à construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que gere prosperidade, igualdade e sustentabilidade. Neste programa está contida a visão socialista sobre as reformas política, do Estado, tributária e fiscal, novo federalismo, renascimento criativo da indústria nacional, a economia criativa, economia verde, Amazônia 4.0, sociedade em rede, revolução criativa na educação, cidades criativas, entre outros importantes temas. ”

Como surgiu a proposta de fazer uma Autorreforma do PSB?

Ao ser reconduzido ao cargo de presidente, me senti ainda mais honrado do que quando da primeira vez. Entretanto, minha responsabilidade aumentou significativamente, porque nós tínhamos que enfrentar uma eleição logo na sequência de uma crise que levou à saída de 13 deputados do partido.

Entretanto, não me faltou coragem para, em 2019, propor que renovássemos o manifesto e o programa do partido. Em linhas gerais, a Autorreforma teve como missão atualizar o programa partidário do PSB, como uma ferramenta permanente para o partido a todo momento pensar soluções para os problemas sob a lógica e égide de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

O novo programa partidário do PSB oferece ferramentas para identificarmos os problemas, encontrar soluções sem que se percam a identidade nacional e sem que ninguém fique para trás, ou seja, sob a lógica da inclusão para o desenvolvimento.

Conferência Nacional da Autorreforma, no Rio de Janeiro, 2019.





*O programa anterior ao da Autorreforma
estava inadequado?*

Não na sua totalidade. Sempre foi um programa muito bom, mas existiam aspectos que eram constantemente questionados. Algumas dessas indagações, inclusive de fora do PSB, da imprensa, por exemplo, tinham razão, em especial quando falavam sobre a socialização dos meios de produção – nunca gostei dessa expressão. Penso que o desenvolvimento de um país requer, em uma relação intrínseca, o desenvolvimento econômico. O Estado tem um papel, a iniciativa privada tem outro, mas não é o de socializar os meios de produção. O Estado cumpre o seu papel, na medida da necessidade da população, que, por sua vez, também tem bem definido qual é o seu papel, e a iniciativa privada faz a parte dela. O papel do Estado e da iniciativa privada são diferentes, não são conflitantes, mas complementares.

*Foi uma proposta estendida a toda a base do partido,
ou uma pauta restrita à direção nacional?*

Foi uma ação ampla e aberta à participação de todos. Convoquei o Diretório Nacional para apresentar a ideia da Autorreforma, gravei um vídeo com mais de uma hora explicando o que seria e, na sequência, convocamos uma Conferência Nacional exclusivamente para discutir a Autorreforma. Marcamos, para novembro de 2019, uma conferência, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, momento em que apresentamos uma proposta para discussão do novo programa.

Passamos dois ou três dias reunidos em um hotel, lá no Rio de Janeiro, e dali começamos. Demos o primeiro passo para o processo de Autorreforma.

Nossa ideia era percorrer todos os estados da Federação, mas, com a pandemia, muita coisa acabou sendo virtual. Demoramos um ano a mais do que o planejado, por esse motivo.

Todos os estados fizeram debates sobre a proposta e tivemos centenas de emendas que acolhemos para o programa que hoje está estabelecido pelo PSB. Concretizamos o documento no congresso seguinte, quando fui reconduzido pela terceira vez à presidência. Foi um momento muito significativo, importante e mobilizador do partido.

Como vocês sistematizaram os temas a serem abordados pela Autorreforma?

O processo de Autorreforma, que foi muito longo, colocou, sem falsa modéstia, o programa do PSB como a melhor proposta partidária, mais moderno, atualizado, que existe em nosso país. Posso dizer isso. Além de mim, muitos especialistas e intelectuais que participaram dos debates promovidos durante a Autorreforma também disseram.

O programa parte de uma visão geral do nosso país, observando as suas diferentes potencialidades e se expressa com propostas. Depois dos primeiros debates, foram definidos cinco eixos temáticos: Reforma do Estado; Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e Cidades Criativas; Políticas Sociais; e o quinto eixo, Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos. Cada eixo foi expandido de acordo com as abordagens pertinentes.







Teve um fio condutor, uma metodologia de trabalho?

Sempre partíamos de uma reflexão sobre a realidade com foco nas potencialidades do nosso país. Penso ter sido esse, o método, um olhar criterioso para o potencial do Brasil. Por exemplo, na área energética, tem uma crise mundial no planeta, uma crise de energia, água, alimentos, e o Brasil tem tudo isso de sobra, ou seja, o Brasil pode ter a melhor, mais moderna e avançada matriz energética do planeta e, sobretudo, a mais diversificada, mas não tem uma política eficiente que garanta à nação ocupar esse lugar de potência energética.

O Brasil é um dos detentores de uma das maiores reservas de água doce do planeta. O país tem uma produção de alimentos invejável. É inacreditável que alguém possa passar fome, num país que produz tantos alimentos para o mundo, como o Brasil produz, e pode produzir muito mais ainda. É uma das agriculturas mais competitivas do planeta e mais produtiva, só perdendo para, talvez, a agricultura americana. Então, o programa do PSB, feito a partir da Autorreforma, tem muitas contribuições para solucionar os problemas do Brasil.

A partir dessa visão, de que o nosso país pode e deve se desenvolver com base em suas potencialidades concretas, que são imensas, que passamos a discutir e destrinchar os diferentes temas tratados na Autorreforma.

Por que, mesmo com toda essa potência, o Brasil patina tanto em seus planos de desenvolvimento?

Tudo isso, de alguma forma, vem se desenvolvendo, só que de uma maneira muito aquém das potencialidades que o nosso país tem, muito por falta de um plano de desenvolvimento. Destacamos a potência criativa e sustentável do Brasil em nossa Autorreforma. Certamente, o Brasil poderá ser

uma grande potência, mas, para isso, precisamos ter uma visão estratégica sobre essas potencialidades e compreender, com mais precisão, como desenvolvê-las.

Está claro, para todos do PSB, qual foi o papel da Autorreforma?

Pode ser que, aparentemente, não esteja tão claro, para todo mundo, mas isso dá uma base teórica e programática para que o PSB possa desenvolver, pelos próximos 50, 100 anos. Porque é, de fato, um programa que trata de questões centrais do nosso país. Ali tratamos desde infraestrutura, até a questão da estrutura do Estado, que é anacrônica. O Brasil é um país autárquico e precisa mudar a sua estrutura. A máquina brasileira foi feita não para servir ao conjunto da população, mas para proteger segmentos da população. Para isso, tem eficiência, mas quando se trata das políticas públicas dirigidas à população de baixa renda, essa estrutura tem uma capacidade muito reduzida e mostra sua ineficiência.

Quais foram as teses defendidas nesse processo de Autorreforma?

Posso afirmar que fomos muito abrangentes e o documento está aí, disponível para todos acessarem. Abordamos temas como planejamento estratégico; matriz energética com foco nas reservas hídricas, na biodiversidade, nas áreas agriculturáveis; destacamos a Amazônia e a Amazônia Azul; abordamos a mineração e o desenvolvimento sustentável; a força indutora do turismo, tão expressiva em nosso país; e, claro, tratamos de criatividade, inteligência nacional e inovação tecnológica.

A Reforma Política recebeu destaque no novo Programa do PSB?

Sím. Continuamos a dizer que precisamos fazer a reforma política. A verdadeira reforma política, que propiciaria um sistema político, em que as pessoas possam identificar, claramente, o que representam os partidos e fazer as suas opções. Hoje são tantos partidos que você não sabe o que, de fato, representam. E muitos deles não representam nada, a não ser seus próprios interesses e um grau de fisiologismo sem precedentes na história política brasileira

A extinção da cláusula de desempenho colaborou com essa proliferação de partidos?

Na verdade, o Congresso Nacional adotou as providências para que tivéssemos poucos partidos. Seriam, hoje, seis ou sete, mas, em 2002, o STF, não sei a título de que, julgou a ação de pequenos partidos e derrubou a Cláusula de Desempenho. Essa cláusula impunha 5%, de votos, no mínimo, de representação na Câmara dos Deputados. Era muito funcional para eliminar a proliferação de partidos, isto em 2002, ou seja, há mais de 20 anos. Se estivesse em vigor, teríamos hoje cinco ou seis partidos no país. Por isso defendemos uma reforma política que nos dê partidos mais sólidos, com posicionamentos de esquerda, direita, centro-direita e centro-esquerda mais claros. Que sejam representativos de concepções políticas, ideológicas, de vida e mundo, de cada espectro político que representa. Hoje, temos mais de 30 partidos legalizados, e isso criou um sistema profundamente pulverizado por uma decisão política e juridicamente errada do STF, pelo menos é o que penso.

Como a Amazônia foi tratada, na Autorreforma?

Tratamos de um programa que denominamos de “Amazônia 4.0”. Importantíssimo. A Amazônia brasileira é um tesouro, para o nosso país. Um tesouro que o Brasil não sabe o que fazer com ele, lamentavelmente. E ali nós propusemos a ideia, assim como foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de criar uma empresa pública para tratar exclusivamente da Amazônia, na dimensão tecnológica que temos hoje. A agricultura de escala é importante e, de igual modo, a agricultura familiar. Essa empresa poderia ser lá na Amazônia, assim como um centro especializado em biotecnologia e biodiversidade. Mas, para quê? Para que essa empresa tenha qualidade e mobilização de inteligência em níveis nacional e internacional sobre o estudo e o conhecimento da Amazônia. Para que esses estudos se transformem em atividade econômica, é necessário formar mão de obra altamente qualificada. É importante assegurar que muitos brasileiros façam cursos de mestrado e doutorado aqui e lá no exterior e, ao retornarem, se dediquem a estudar e desenvolver a Amazônia.

A prioridade teria que ser mandar jovens, às centenas, fazer especialização em biodiversidade e biotecnologia e, quando concluídos os cursos, direcioná-los para esse centro de pesquisa da Amazônia, com o olhar voltado para conexões e articulações com empresas privadas para o fortalecimento da economia brasileira.

Pode dar um exemplo de área que poderia ser desenvolvida?

Se o Brasil tivesse uma produção de fitoterápicos com a riqueza da biodiversidade da Amazônia, por exemplo, abasteceríamos o país inteiro e

exportaríamos imensamente para outros continentes. Esses medicamentos seriam uma indústria farmacêutica potente, mas podem ser criadas várias outras, a partir da Amazônia.

Sempre que tem oportunidade, o senhor fala sobre a necessidade de um plano para o setor industrial brasileiro, como foi esse debate?

O debate sobre a indústria nacional, que vem perdendo espaço na economia brasileira, sem competitividade no âmbito internacional, foi intenso. Concluiu-se que esse setor precisa ser modernizado, atualizado e incorporar novas tecnologias. Por outro lado, somos um país exportador de *commodities*. Viramos o país mais conveniente do planeta, uma vez que produzimos os produtos agrícolas e minerais que o mundo desenvolvido precisa e importamos praticamente todos os produtos e serviços tecnológicos com alto valor agregado, que os países desenvolvidos produzem. Não há país mais conveniente do que o Brasil, sob esse ponto de vista.

Uma das perguntas frequentes, nos debates da Autorreforma, era o motivo de o Brasil não industrializar boa parte dos produtos que apenas exporta, agregando valor. Se o Brasil fizer isso, criará milhões de empregos e passaremos a ser um país industrializado de fato. Por enquanto, temos muito minerais, mas eles vão para a China, para os Estados Unidos da América (EUA), para a Europa, ou para quem quiser comprar, por um preço relativamente baixo, porque lá eles industrializam. E a pergunta permanece, por que nós não começamos a industrializar os produtos aqui no Brasil? Tivemos várias fases de exportação, no Brasil, a do açúcar, exportação do ouro, a fase de exportação da borracha, do café; agora é a hora da soja, dos grãos e minerais, ferro e bauxita.

O sistema de governo foi pauta da Autorreforma?

Sím. Lá constam teses muito relevantes para o aperfeiçoamento da democracia no ambiente do Partido. São vários os temas inseridos no capítulo “Reforma do Estado”, em que tratamos a questão do sistema político, por exemplo. Adotamos o parlamentarismo como sistema de governo, do qual já falamos. Adotamos também a defesa do voto distrital misto, nas eleições, e propusemos um calendário eleitoral unificando todas as eleições, no mesmo ano. Nesse âmbito, discutimos a possibilidade de consulta à população sobre temas estratégicos. Por exemplo, quer privatizar a Petrobras? Vamos fazer um debate político amplo, profundo, com toda a sociedade, e, depois, consultamos fazendo um plebiscito para saber se a população aprova ou não. São formas de manter vivas as discussões com a sociedade, através do debate de temas de alto interesse nacional ou de interesse específico da própria população. Uma democracia de alta intensidade continua a mobilizar o cidadão a se manifestar sobre temas específicos, entre uma eleição e outra e, claro, essa prática também fortalecerá o papel do Congresso Nacional.

Ainda falamos sobre mecanismos de participação no Congresso. Chamamos de democracia de alta intensidade, ou seja, aquela democracia em que as pessoas não são chamadas apenas para votar, mas para debater questões de alto interesse da sociedade brasileira e decidir sobre esses temas.

A revolução da educação está prevista na Autorreforma, da básica à universitária. Qual é o papel dessa política?

O Estado deve se encarregar da educação básica, garantir sua alta qualidade e a universalização do atendimento. Quem não tem acesso à educação de qualidade fica impossibilitado de disputar as ofertas do mundo do trabalho e é reduzido, no âmbito intelectual, a escassas experiências,

quando não, a nenhuma. Se a escola básica for pública e de qualidade, elevará a aprendizagem, diminuindo as desigualdades sociais e aumentando as oportunidades para crianças, jovens e adultos. Somente uma escola humana, com oferta de educação integral, pode fazer o cidadão voltar a sonhar com novos horizontes.

Quando crianças e jovens são vítimas de uma escola básica de má qualidade, eles sofrem, ao longo de todo o trajeto formativo. Se chegarem à universidade - muitos não chegam, pelo baixo nível de aprendizagem -, continuam sendo hostilizados, sem igualdade de oportunidades.

Muitos falam em meritocracia, entretanto, não é possível exigir uma política de méritos se não forem asseguradas as oportunidades de igualdade com critérios rígidos de equidade. É isso que devemos priorizar, no ensino básico, para que seja público, universal, gratuito e de qualidade.

Esse programa coloca o PSB em outro patamar, já que vocês têm em mãos um projeto de Brasil?

A Autorreforma representa uma mudança significativa do partido, baseada na modernização das estruturas partidárias; na atualização programática e no manifesto do PSB; e em ampla participação da militância e de setores que desejam contribuir com o partido.

Foi um processo com várias ramificações e de longo prazo, mas que se materializou à medida que foi sendo realizado. O extenso e profundo temário da Autorreforma contribui de maneira decisiva para a atualização programática do PSB, permitindo que o partido se aproxime das demandas da sociedade, tornando-se mais contemporâneo e muito mais conhecedor do potencial do Brasil, para o qual muito deseja contribuir para que se desenvolva com condições de plena inclusão de todos os cidadãos brasileiros.

Então, sim, o PSB foi alçado a uma instância elevada, enquanto partido comprometido com suas bases ideológicas e programáticas.

AUTO
FORM
psb40.o

ORDEM

XV CONGRESSO CONSTITU

Fora Genocida
Impeachment Já

PROGRESSO

XV

Congresso
Comunidade da
América Latina e
Caribe

ITE DA AUTORREFORMA DO PSB

MOVIMENTO
POPULAR
SOCIALISTA

Partido Socialista Brasileiro

B

Ditador - Nazista

Podemos entender a Autorreforma do PSB como um legado da gestão do senhor como presidente?

Díria que sim. E é uma contribuição essencial, porque o partido precisava dizer a que veio. Então, está tudo ali. Depois de uma longa discussão com a sua militância, com seus dirigentes, o PSB colocou no papel algo que deveria ser objeto de discussão de todos os partidos. Porque colocamos numa perspectiva progressista, numa perspectiva do nosso espectro político, que é de centro-esquerda. Mas a direita também poderia ter o seu projeto nacional de desenvolvimento apresentado à sociedade, na sua perspectiva. Porque a democracia é isso, o confronto de ideias, o debate público e a decisão eleitoral, que é da população.

É possível avaliar quanto o conteúdo gerado pela Autorreforma pode, realmente, influenciar gestores de mandatos pelo PSB?

Claro que é possível. Cuidamos de fazer constar, do documento da Autorreforma, temáticas pertinentes a todos os entes federados. Olhamos para o Brasil, mas não exclusivamente de cima para baixo. Foram feitos exercícios de gestão colocando municípios e estados em níveis de entrosamento político, mantendo os compromissos de cooperação. Por exemplo, tratamos das Cidades Criativas, um tema totalmente replicável nos municípios. A Economia Criativa, como um dos vetores de desenvolvimento, é muito potente. O Brasil está muito atrasado, nessa matéria. Quando se olha para a Inglaterra, é que isso fica evidente. O Reino Unido ganha muito, com o cinema, o teatro, as novas tecnologias, que a população é apoiada a fazer. Esse é um tema, então, afeito a todos os municípios, aos estados, e permite a total aplicabilidade da Autorreforma em todo o território nacional.

A Economia Criativa, se bem conduzida, faria diferença nos cenários econômico, cultural e social do Brasil?

O Brasil é um país de gente muito dinâmica, criativa, que, quando tem oportunidade, surpreende, sempre, com a produção criativa. O brasileiro aprende rápido o que tem que desenvolver, quando encontra a oportunidade e o apoio para fazer. Então, colocamos esse tema da Economia Criativa com evidência. Foi uma discussão entre vários especialistas dando a sua contribuição. E nele está incluído a questão das cidades, porque há sempre uma pergunta que todos os candidatos precisam responder: Para que você quer ser prefeito? Ou é para desenvolver o seu município, ou seguir o mandato a fio, resolvendo problemas pontuais, trabalhando muito e não produzindo nada do que o município precisa.

O prefeito precisa perguntar qual é a vocação do seu município? O que é que pode e deve ser feito para desenvolver esse potencial? Onde é que pode se desenvolver? Se é agrícola ou industrial, se tem uma cidade histórica, com patrimônio que precisa ser preservado, se é uma cidade turística. Todo município tem uma vocação. O primeiro passo é fazer o diagnóstico. Qual é a vocação do município? Onde, como prefeito, posso obter recursos para desenvolver a vocação da minha região, da minha cidade? Como posso me unir a outras pequenas cidades, em um consórcio público, e desenvolver áreas essenciais para a população?

Às vezes, a mesma região, cidades com culturas semelhantes, podem se consorciar para alcançar avanços coletivos. Então, foram dadas várias sugestões e é uma temática muito válida, também, essa questão da Economia Criativa.



Para acessar o texto da
Autorreforma do PSB

Encerramento do Congresso



Constituente da Autorreforma





“Depois de uma longa discussão com a sua militância, com seus dirigentes, o PSB aprovou seu novo programa e o manifesto, que deverão guiar os socialistas nas próximas décadas.”



É esperado que estados e municípios reverberem, em suas localidades, tudo o que está proposto na Autorreforma?

Sím. Agora, durante as eleições municipais de 2024, também foi elaborada uma publicação que foi distribuída a todos os candidatos, para que conhecessem as ideias do PSB sobre questões das cidades. Já tínhamos promovido, antes da própria Autorreforma, vários debates sob a perspectiva da reforma urbana. É um tema muito importante para o Brasil, porque mais do que 87% da população vive nas cidades e as metrópoles, hoje, representam um enorme problema, um grande desafio para os seus governantes.

Ouçó falar reiteradamente da questão ambiental, que tem um vetor muito voltado para a Amazônia, o que não está errado, mas ouço pouco falar sobre a questão ambiental nas cidades. Para as grandes cidades, o tema ambiental é fundamental, porque diz respeito a milhões de brasileiros e brasileiras que residem em favelas, onde não há saneamento básico, não há água potável; casas construídas com ventilação adequada; não há espaços para a prática de esportes, cultura e lazer para crianças, adolescentes e jovens. Onde não há atuação adequada do Estado, nessas áreas essenciais. Essa discussão precisa ser feita. Existe uma gama de problemas ambientais que causam doenças, nas grandes cidades. Ou seja, o meio ambiente não pode ser visto só do ponto de vista das florestas. Temos que ver também de forma positiva, adequada e inteligente, não para paralisar o desenvolvimento do nosso país, mas para desenvolvê-lo com os cuidados necessários.

Mas como avançar por todo o Brasil, considerando nossa dimensão continental e diversidade cultural?

Para isso, temos que retomar a ideia de planejamento estratégico, porque, se não há um planejamento e não se sabe onde se quer chegar

nos próximos 10, 20, 30, 50 anos, não se vai a lugar algum. Porque não se faz isso sem plano, ideias e um caminho a ser trilhado. Isso é planejamento estratégico. Mas é forma. Então, tem-se que dar, a essa forma, determinados conteúdos e as linhas gerais que precisam ser, digamos assim, seguidas, para o alcance dos objetivos. O Estado brasileiro precisa estabelecer objetivos de curto, médio e longo prazos. Isso é o que procuramos mostrar quando identificamos as grandes potencialidades do Brasil. Para realizar, é preciso planejamento estratégico.

O senhor pode priorizar coisas a serem feitas?

Se resolvêssemos a área de segurança pública, por exemplo, que tem sido um desastre, principalmente nos últimos 30, 40 anos, quando piorou enormemente, teríamos condições de desenvolver um projeto de turismo. Imagina o Brasil passando de 5 milhões de turistas, que recebe por ano, para 50 milhões. Se a Espanha, que é do tamanho de Minas Gerais, recebe 100 milhões de turistas por ano, por que o Brasil não poderia receber essa mesma quantidade? Ou, na pior hipótese, 50 milhões? O que significaria para o país? Milhões de empregos diretos e indiretos, milhares de empresas, mais riqueza e renda. Mudaria fortemente a economia brasileira, em um aspecto. Estamos falando apenas do turismo. Também está bem identificado na nossa Autorreforma, como uma linha que poderia ser seguida. Mas o Brasil tem outras riquezas.

Se pegássemos a Amazônia, que é um tesouro, e a explorássemos adequadamente, como já disse, implementando uma indústria de fitoterápicos, um centro de pesquisas de ponta sobre a biodiversidade, a biotecnologia, e fizéssemos uma articulação em âmbitos nacional e internacional com grandes empresas, transformando conhecimento em atividades econômicas, seria excepcional para o Brasil.

O Brasil é um país competitivo?

Para responder, tenho que voltar à questão da indústria brasileira, que perdeu muito, nos últimos anos, e precisa ter um plano que não seja apenas do governo. Tem que haver ampla e profunda discussão com todo o empresariado nacional, com investidores internacionais e escolher onde queremos competir: qual é, o que é, onde queremos ser competitivos, porque todos os países escolhem áreas em que possam investir. Nem todo mundo é competitivo em tudo. O Brasil também não é. O Brasil é grande, competitivo na agricultura, por exemplo, outra área identificada na Autorreforma. É preciso industrializar parte dos produtos que produzimos, os grãos e minerais que produzimos e exportamos há décadas, para não dizer séculos, e só enviamos para fora do país sem qualquer valor agregado. Isso também eu disse e não me importo em repetir. É importante. Precisamos criar uma nova onda de desenvolvimento, capaz de gerar milhões de empregos, de novas empresas e indústrias. Tudo isso está lá, como um indicativo dessa visão estratégica sobre um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

E sobre tecnologias, qual o direcionamento a ser dado para o Brasil se tornar competitivo?

As novas tecnologias também permitiriam ao Brasil, com a população criativa que tem, o fortalecimento da Economia Criativa como eixo de desenvolvimento. Implementar exige liderança, exige uma pessoa de visão estratégica, de coragem. Assim como Juscelino teve a coragem de transferir a capital para o Centro-Oeste e foi um sucesso. Na época, havia uma oposição extraordinária, uma oposição de gente muito competente, como o economista

Roberto Campos e outros políticos que detestavam a ideia. Mas isso fez com que a Região Centro-Oeste se tornasse um dos maiores celeiros de produção agrícola do planeta e que Brasília se tornasse uma capital, uma cidade viável, como de fato é, bonita e fruto da criatividade brasileira de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e tantos outros técnicos, artistas e trabalhadores que aqui vieram e outros que colaboraram.

Precisamos viver um novo momento, um novo sonho, ter a capacidade de fazer com que os brasileiros, coletivamente, sonhem que nosso país é capaz de se desenvolver, de dar condições de vida melhores a todos os que nele vivem. E estamos cheios de exemplos do século XX que mostram ser possível. A construção de Brasília foi uma epopeia. A criação da Petrobras foi outra, que mobilizou grande massa da população, jovem em especial, mas também de gente do mundo intelectual que queria desenvolver a indústria de petróleo no Brasil. E hoje, 72 anos depois, se tornou uma das dez maiores empresas petrolíferas do planeta. Há muitos exemplos a serem seguidos, porque nosso país continua com essas grandes potencialidades. Tudo isso está na Autorreforma organizado como um programa, inicialmente partidário, mas feito para o Brasil. Precisamos nos orgulhar dele, porque é um programa que tem, digamos, linhas de ação para todas as áreas.

A Petrobras foi criada pelo Presidente Getúlio Vargas, que assinou a Lei nº 2.004, em 1953. À época, a campanha "O petróleo é nosso" motivou todo o Brasil. De controle e propriedade totalmente nacionais, com participação majoritária da União, a Petrobras detém o monopólio da exploração de todas as etapas da indústria petrolífera, com exceção da distribuição.

Quão abrangente foram essas discussões sob o ponto de vista temático?

Foram muito ricas, as discussões e, realmente, nada foi deixado de fora. Tratamos da Política de Defesa Nacional, tema muito relevante para um país com dimensões continentais como o Brasil. Nosso país tem fronteiras muito extensas, com interesses internacionais. Ao ler o novo programa do PSB do começo ao fim, com atenção, nota-se claramente itens de um Projeto Nacional de Desenvolvimento organizado para dar conta da complexidade do nosso país.

Qual o próximo passo da Autorreforma?

O debate sobre a Autorreforma é de longa duração, porque, como se trata praticamente de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pode durar muito tempo. Discute-se o que se quiser, porque todos os temas estão lá, na Autorreforma, e, sem dúvida nenhuma, é um desafio muito amplo para o partido colocar em prática o que decidiu. Não é tão simples, mas não é impossível.

Foram vários os debates sobre o novo programa do PSB. Um deles foi no Rio Grande do Sul, em rico encontro, realizado na Assembleia Legislativa, e promovido pela direção partidária. Ocorreu em outros lugares também. O tema da Autorreforma esteve presente nas últimas eleições. Na eleição estadual, vai acontecer a mesma coisa. Depois, vai ter na eleição presidencial. Onde estiver, o PSB segue acompanhado de seu programa. Porque o programa de um partido é diferente de um programa de governo. Mas serve de inspiração para os governos, porque o programa do partido, por natureza, é de longo prazo, visão e perspectiva. O programa de governo é de curto e médio prazos e depende muito da conjuntura em que a candidatura está inserida, seja no município ou no estado.

O programa do partido dá mais horizonte, mas aplica-se a cada momento, segundo a possibilidade política. Porque na política, não se faz aquilo que deseja apenas, mas o que precisa. Às vezes, tem-se que fazer apenas o que é possível. O que a força política conquistada permite fazer e os recursos de que se dispõe também permitem. Acredito que o programa do PSB, originado da Autorreforma, dá muita contribuição a todos aqueles do presente e futuro que queiram desenvolver os seus municípios, seus estados, e o próprio país, na perspectiva que propõe o PSB.

*O que o novo Programa do PSB, decorrente da
Autorreforma, tem de 1947?*

Resta o ideário, porque não é algo transitório, o ideário é permanente. Pense assim: a igreja tem mais de 2.000 anos, mas o ideário dela não mudou, porque são as palavras de Cristo; é a essência daquilo que falou e está na pedra angular da Igreja. O ideário do PSB, de 1947, é o mesmo de hoje, que é uma sociedade democrática, plural dos pontos de vista político, ideológico, cultural, religioso, com liberdade de imprensa, com a conquista do poder por meios democráticos, ou seja, pelas eleições livres e soberanas. Então, esse é o ideário. É o que ilumina tudo, em matéria de partido. Fora disso, não queremos o poder, porque, para os socialistas democráticos do PSB, o poder só interessa nessa perspectiva democrática. Ou seja, o horizonte do autoritarismo não corresponde ao ideário do PSB, de forma alguma. Esse ideário não pode morrer. Tem que estar sempre a iluminar a caminhada, que, naturalmente, é longa. Nada foi mudado e nem poderá ser, agora. O programa atualizado; o mundo contemporâneo; o país em que vivemos; a sociedade que evoluiu; as novas tecnologias que aconteceram no mundo; a forma de ver o mundo na perspectiva dos modos de políticas públicas; isso mudou. Por isso resolvemos mudar o programa, para ser contemporâneo de nós mesmos. E pode ser

mudado, também, no futuro. O que não pode mudar é a perspectiva; é aquilo que nos ilumina, que é exatamente o ideário do partido, esse é permanente.

Intenso esse período de produção da Autorreforma, foi uma iniciativa que o conduziu ao terceiro mandato na presidência do PSB?

Esse terceiro mandato já foi um exagero, afinal, o PSB tem tantos deputados, senadores, governadores, prefeitos, em condição de assumir. Recebi muitos apelos para que continuasse por mais um mandato. E como eu disse, mesmo sendo um exagero, aceitei. No final das contas, entendi que, naquele momento, poderia ainda dar essa colaboração, que vem se desenvolvendo, ou se desenvolverá, até o dia 31 de maio de 2025. Mas avisei, quando fui reeleito, - com todas as letras garrafais e negritadas, agradei muito a reeleição pela terceira vez como presidente nacional do Partido -, que seria a última. Reitero que agradeço muito, mas quero avisar que esse será meu último mandato como presidente. Na minha visão, não se deve ter presidentes muito longevos no poder. Penso que deveriam ser dois mandatos somente, com revezamento, porque isso propicia também uma diferenciação no processo de condução do partido. Acredito que deveria ser assim.

O PSB tem em seus projetos a eleição de um presidente da República?

Todo partido que se preze deve sonhar, entre outras coisas, em desenvolver o seu país e, para isso, precisa ter governo. Com as eleições é que se ganham os governos e, obviamente, o PSB sempre sonhou e já teve vários candidatos a Presidente. Um dia, haverá de ganhar a eleição e colocar em prática as suas ideias. Até isso acontecer, precisamos colocar em prática

nossas ideias e o programa, nos diferentes lugares, nas prefeituras e governos estaduais. Mas isso será sempre muito parcial. Penso que o objetivo do partido deve ser sonhar alto e buscar, no futuro, eleger um presidente da República capaz de colocar em prática as suas ideias e aperfeiçoar a democracia que anda, também, muito capenga, no nosso país.

Quais são os desafios na agenda atual do PSB?

Os partidos têm desafios diferentes, dependendo de cada época. É uma visão processual, em que se vai procurando fortalecer a legenda. Por exemplo, quando criamos a Autorreforma, visava-se dar instrumentos políticos, para pensar sobre o Brasil na perspectiva de um país desenvolvido, justo, próspero; com a indústria capaz de competir internacionalmente; com as condições sociais aceitáveis para o desenvolvimento humano; com a Amazônia sustentavelmente desenvolvida, nas suas potencialidades; entre outras várias teses. São ideias, porque todo tipo de sonho começa com ideias; começa na cabeça das pessoas.

Houve um tempo em que, se falasse no sistema de governo republicano, achavam você louco, porque tudo era monarquia. Era quase impossível pensar que se poderia derrubá-la e estabelecer uma república parlamentarista ou presidencialista. Mas as pessoas pensam. Lideranças pensaram isso; foram ideias novas que surgiram, normalmente, a partir de minorias. Não são, originalmente, ideias da maioria. E, para ganhar, precisa ter liderança, construir lideranças em todos os planos - municipal, estadual e nacional. Esse é o nosso objetivo, dentro das nossas condições; ainda sem essa possibilidade concreta, mas sonhando que possa vir a existir. E sempre continuarei sonhando, porque, senão, não faria sentido estar num partido político. Só faz sentido, tudo isso que apontamos aqui, quando compreendidos os desafios apresentados. A ação do partido tem que ser a base dos desafios de cada momento histórico que seus dirigentes e militantes estão vivendo.

Capítulo 10 – Arranjos políticos

O PT e PSB em Recife

Alckmin no Partido Socialista Brasileiro

A polêmica da federação

Um namoro que não virou casamento com o Cidadania

O cotidiano político é dinâmico. Paralelamente a esse profundo debate sobre o partido e o Brasil, seguiam os processos eleitorais. Pode contar como foi o embate entre PT e PSB, em Recife?

A relação do PSB com o PT não vinha muito bem, desde 2014, pelo fato de termos apresentado candidatura própria à presidência da República, com Eduardo Campos e Marina Silva, na sequência.

Depois, veio a eleição municipal de 2020, ocasião em que o PT resolveu nos enfrentar no Recife, principal praça eleitoral do PSB, que lançou João Campos como candidato à prefeitura. A postura do PT nos obrigou a romper todos os projetos de coligações, em vários e importantes municípios no território nacional. A eleição foi muito dura, lá no Recife, com polarização entre PT e PSB. Aquela disputa deu uma tensionada.

E como as relações foram distensionadas?

Ainda na pandemia, no finalzinho dela, fui procurado pela presidente do PT, a companheira deputada Gleisi Hoffmann, e ela disse que me transmitia um convite do presidente Lula, para eu participar de uma

reunião virtual. Ainda não podíamos nos encontrar pessoalmente. Ele pediu que eu escolhesse três ou quatro pessoas do PSB para participarem dessa reunião. Da parte deles, seria o próprio Lula, Gleisi e o deputado Paulo Teixeira, que era secretário-geral, e o ex-ministro Luiz Dulci. Eram quatro de um lado, quatro do outro. O próprio Lula tomou a iniciativa de nos procurar. O PT queria retomar um diálogo que havia sido, de certa maneira, interrompido desde 2014. E essa reunião foi muito boa.

Convidei o secretário-geral, que é o governador Renato Casagrande; Márcio França, secretário de finanças, uma liderança importante em São Paulo, do PSB, e nacionalmente; e o então governador Paulo Câmara. João Campos, decidimos ser melhor não participar, porque a situação tinha sido tão acirrada, lá no Recife, que ele mesmo assim preferiu. Eu compreendi. Lula começou, porque tinha passado todo aquele processo de prisão dele, se explicando. Passado um tempo, eu interrompi e disse: "Presidente, estamos aqui para conversar sobre um diálogo futuro, eu só peço que o senhor não nos dê explicações sobre a sua vida, porque nós já o conhecemos e confiamos o suficiente no senhor". Aí mudamos a rota da reunião, na perspectiva de um diálogo construtivo.

Esse diálogo acabou por retomar a experiência da Frente Brasil Popular, porque a visão dele já era a de ser candidato. Nós ainda não tínhamos a decisão de quem apoiar, mas, pelo menos na minha perspectiva pessoal, não via nenhuma alternativa de vitória na eleição para suceder Bolsonaro que não fosse o próprio Lula, a principal liderança popular do país até hoje.

Presidente Carlos Siqueira recebe a deputada Gleisi, presidente do PT



Como se deu a filiação de Geraldo Alckmin ao PSB e a composição com Lula?

A imprensa estava explorando a possibilidade de o ex-governador Geraldo Alckmin sair como vice-presidente na chapa de Lula. Márcio França trouxe notícias de que Alckmin poderia se filiar ao PSB, com ele no papel de articulador dessa aproximação.

Com o iminente fim do prazo das filiações partidária daquele ano, Márcio França me telefonou informando que Alckmin gostaria de vir a Brasília falar comigo. E eu disse que estava indo a São Paulo, e se ele quisesse, poderia ser lá, a nossa conversa. Eu ia a um jantar em São Paulo, promovido pelo Grupo Prerrogativas.

O Grupo Prerrogativas é um coletivo formado principalmente por advogados brasileiros, mas também composto por artistas, professores e juristas, ativo desde 2015, e que ganhou projeção nacional principalmente a partir de 2020.

No dia seguinte ao jantar, conforme tínhamos combinado, Alckmin foi ao hotel onde me encontrava hospedado. Lá conversamos, ele, Márcio França, João Campos e eu. E ali formalizamos o convite, entregamos o Programa e uma ficha de filiação do PSB para Alckmin. Mas isso ainda demorou cerca de 45 dias para que ele desse o sim e decidisse o destino partidário a ser tomado, que acabou sendo, felizmente, a filiação ao PSB.

O PSB teve que fazer alguma concessão para a entrada de Geraldo Alckmin no partido?

Não. Entendíamos, como em outros momentos, que era um daqueles desafios que se apresentam aos partidos políticos com visão histórica e compromisso com a democracia. Não tem que estar tão fechado no seu programa ou na sua ideologia quando avalia que o país precisa de você, da sua contribuição. Era importante o PSB se envolver ativamente na missão de impedir a reeleição de Jair Bolsonaro. Todos entendiam isso. Entendíamos claramente que o ponto central era derrotar o bolsonarismo, o autoritarismo, o golpismo. E não havia pessoa melhor do que Lula, mas ele também não podia cumprir essa missão sozinho, precisava de uma coligação ampla. Naquele momento, ele não conseguia reunir nem toda a esquerda, uma vez que o PDT possuía candidatura própria. A nosso ver, insuficiente para fazer uma frente. Qual foi a solução encontrada? Trazer uma personalidade de outro espectro político, mas muito respeitada, como é o caso do hoje vice-presidente Geraldo Alckmin, que surpreendesse e viesse agregar uma força política mais ao centro.

Calos Siqueira recebeu Geraldo Alckmin na sede Partido.



Lembro-me muito bem que estava viajando e fui entrevistado à distância por uma emissora de televisão. Perguntaram o que Alckmin precisava mudar para entrar no PSB. Eu disse que, para fazer parte da frente, ele precisava ser o que sempre foi, porque só podia colaborar para alargar a composição em curso se fosse o que já era. Por um lado e por outro, ninguém muda, depois dos 40 anos, então, ele viria para o PSB exatamente como ele é e vai dar a colaboração para a vitória da frente que está construída em torno de Lula, do modo que ele é. E assim ele veio. A vinda dele foi excelente para o PSB. Ele tem uma integração muito grande com o partido. Até agora só temos coisas positivas a falar sobre ele.

Filiação de Geraldo Alckmin reuniu lideranças políticas, correligionários e imprensa.



Todos do PSB estavam nessa mesma corrente de compor a frente de apoio a Lula contra Bolsonaro?

Sím, penso que o partido estava muito consciente, coletivamente, da importância de integrar a frente em torno de Lula e consciente de que aquele era o caminho para derrotar o bolsonarismo, mesmo sabendo que seria com muita dificuldade, como, de fato, foi uma vitória bem apertada. Foi muito pequena a diferença, apesar do desastre do governo Bolsonaro. Isso, para mim, foi mais assustador do que a vitória de Bolsonaro em 2018, como que, depois de 4 anos de desastre, atraso, negacionismo, autoritarismo, de ameaça de golpe, ele tenha quase sido reeleito. Por pouco não foi. Ou seja, havia necessidade, de fato, de juntar todos os contrários. Isso, seguramente, o PSB compreendeu, foi uníssono. Não houve qualquer oposição à entrada de Alckmin; não houve desentendimento, nem discordância quanto à ideia de caminhar com Lula.

Carlos Siqueira, Geraldo Alckmin, Lula e a deputada Gleisi Hoffmann.





Carlos Siqueira em encontros políticos na pré-campanha de Lula e Alckmin.





Convenção Nacional do PSB que escolheu Alckmin como candidato à vice-presidente da República. Abaixo, em encontro político com a participação de vários partidos. Fotos: Ricardo Stuckert.



Alckmin, vice-presidente eleito, leva a legenda do PSB para o primeiro escalão de comando, o que isso significa para o partido?

Sem dúvida alguma, para o partido, ter o vice-presidente da República, é muito importante. Tem um simbolismo muito forte e significa uma parcela de poder que está ali na mão de uma pessoa que representa um partido político. Ele tem sido muito correto com o PSB, desde a entrada até hoje. Foi aceito de maneira uníssona, surpreendentemente para mim, porque conheço bem o PSB. Foi recebido de forma extraordinária. No primeiro Congresso de que ele participou, foi ovacionado. Foi fantástica a integração facilitada pela personalidade dele, seu jeito de ser, seu comportamento. A

Carlos Siqueira falando em campanha de Lula e Alckmin, 2022.



militância o acolheu. Acredito que o poder tem suas limitações, então, ele é apenas ele, é o vice-presidente, o que não é pouca coisa. O PSB tem uma participação no governo que corresponde, de alguma maneira, também, ao tamanho que ele tem e tenta dar a sua contribuição.

O PSB é um partido que tem pretensões muito maiores, pretensões de ser uma alternativa de futuro para o país. Portanto, estamos muito longe ainda da perspectiva que sonhamos. É necessário muito esforço, muitos embates políticos, para chegarmos aonde queremos chegar. Espero que o PSB só chegue ao poder quando tiver força política suficiente para fazer mudanças altamente significativas, que promovam o desenvolvimento em âmbitos econômico, político, social e científico tecnológico do nosso país. Fora isso, é melhor que não chegue, porque não queremos estar no poder para frustrar as pessoas. Penso que a perspectiva de um partido deve ser chegar ao poder para satisfazer as aspirações da nação.

“Espero que o PSB só chegue
ao poder quando tiver força
política suficiente para fazer
mudanças altamente
significativas, que promovam
o desenvolvimento em âmbitos
econômico, político,
social e tecnológico
científico do nosso país.”

Como foram os primeiros momentos na formação da equipe, pós vitória eleitoral?

Depois da eleição, foi estabelecido o processo de transição. Foi lá no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Tinha o Conselho Político, do qual eu participava semanalmente das reuniões, e os grupos correspondentes das áreas de governo, e uma série de pessoas, dentre as quais, quadros do PSB, contribuindo. Logo começaram a especular nomes para o ministério. Márcio França foi um que se apresentou como liderança que pretendia representar o PSB. Se tivesse espaço, ele gostaria de ser ministro. Havia também pretensão do então governador de Pernambuco, Paulo Câmara, que estava no final dos seus oito anos de mandato. Nosso compromisso tinha sido com Márcio França, como, de fato, ele se confirmou ministro e o ex-governador Paulo Câmara, que foi nomeado presidente do Banco de Desenvolvimento do Nordeste.

O PSB contribuiu com a construção do programa de governo do candidato Lula, em 2022?

Sím, designei um grupo de representantes e eu participava do conselho político da pré-campanha, depois, efetivamente da campanha e do Conselho Político da Transição. Eu representava o PSB, mas envolvi várias pessoas nisso. Eu, o próprio Márcio França; João Campos; Domingos Leonelli; Alexandre Navarro; César Callegari, entre outros, e ainda aqueles vinculados a temáticas específicas. O PSB fez sugestões muito concretas, com base na sua Autorreforma. Infelizmente, o programa aprovado durante as discussões realizadas ao longo de meses, na Frente que elegeu Lula e Alckmin, nunca foi divulgado. Mas lá estão as propostas do PSB. Apenas foram divulgadas algumas diretrizes

gerais. Penso que foi uma estratégia de campanha para não prejudicar a disputa. Talvez tenha sido necessário, mas é lamentável, porque acredito que um programa deixaria mais claro para a população o que seria feito no futuro.

Esse sempre é um momento bem tenso, muitas especulações, o senhor viveu conflitos nessa fase?

Já indo embora de uma reunião do Conselho Político da Transição, me ligou a presidente nacional do PT, deputada Gleisi, para dizer que o presidente Lula pediu uma reunião sobre essa questão do ministério. Na ocasião, não levei nem Paulo Câmara, nem Márcio França, porque eram os pretendentes. Levei outros membros da Executiva Nacional e fomos lá – João Campos e o líder na Câmara, deputado Felipe Carreras. Foi a primeira conversa. Nossa pretensão era indicar o ministro de Ciência e Tecnologia, área que já tínhamos ocupado com sucesso. Mas essa primeira conversa não foi totalmente conclusiva. Gleisi me ligou outro dia e disse: “O presidente mandou consultar que se, ao invés de Ciência e Tecnologia, poderia ser Portos”. Eu disse que o candidato a ministro não era eu, que ia consultá-lo. Liguei para o Márcio e ele aceitou. Aí eu retornei para Gleisi: “Pode dizer ao presidente que aceitamos”. Passou um tempo até que Gleisi me ligou novamente. O presidente pediu outra reunião; agora, para confirmar a participação de Márcio França. Fomos e ali ele foi praticamente consagrado como ministro dos Portos e Aeroportos.

E o ex-governador Flávio Dino, o PSB não participou da indicação dele?

Uma das vezes em que fomos chamados para conversar com o presidente Lula, eu estava chegando para tratar dessa questão quando o presidente me cobrou: “Vocês estão dizendo que Flávio Dino não é indicação do PSB, que ele não é ministro do PSB”. Essa reação dele foi porque a imprensa estava dizendo que era uma escolha pessoal, que não representava o partido. Aí, eu abri meu celular e, por coincidência, constava o telefonema de um jornalista que me perguntara exatamente sobre isso. Eu li a resposta que tinha dado: “Além de ser um quadro excepcional da política brasileira, ele representava, sim, o PSB, e é uma sorte do presidente que ele aceite ser o ministro da Justiça, porque não poderia ter um nome melhor”. Aí, pronto, acabou aquela polêmica, porque o presidente parecia insatisfeito com esses comentários da imprensa atribuídos ao PSB.

Flávio Dino, na sede do PSB, para comunicar ao presidente Carlos Siqueira sobre sua desfiliação do partido em razão de sua indicação ao Supremo Tribunal Federal, 2023.



Alckmin ocupar um ministério, foi escolha dele?

Fui um dia lá no CCBB para encontrar com o vice-presidente eleito, que também era o coordenador da transição. Bem nesse momento, me ligou o senador eleito, Flávio Dino, que precisava falar comigo. Expliquei que eu estava no CCBB, no gabinete do vice-presidente Alckmin e ele foi lá e ali conversamos. No final, o vice-presidente nos informou que havia sido sondado para ser ministro da Indústria e Comércio e ele perguntou o que achávamos. Depois veio o convite diretamente de Lula para Alckmin ser ministro da Indústria e Comércio, como de fato aconteceu.



Renato Casagrande, governador do Espírito Santo; Geraldo Alckmin, vice-presidente; Carlos Siqueira, presidente nacional do PSB e Carlos Brandão, governador do Maranhão.

Desde a posse, alguma coisa se alterou? O PSB segue apoiando o governo Lula?

Sim, claro. Acredito que temos a obrigação de contribuir o máximo possível para que a gestão do governo dê certo, porque eu considero que ganhamos uma eleição muito apertada, no plano nacional, mas que não

superamos o problema político, que continua existindo. Você observa o governo Lula sob todos os aspectos, todas as vezes em que você compara, é infinitamente melhor do que o governo Bolsonaro, no entanto, a sociedade segue profundamente dividida.

Por que a sociedade segue dividida?

O resultado das eleições municipais demonstrou, com toda a clareza, que o partido de Bolsonaro, além de ter feito centenas de prefeituras, mais de 500, disputou em 22 das 96 cidades que tiveram segundo turno. Ou seja, é o partido que mais disputou em segundo turno no pleito municipal. Isso é uma sinalização que só a boa administração não resolve. Há um problema político aí, que precisa ser resolvido. Continuamos, de alguma maneira, assistindo ao crescimento e confronto de forças autoritárias, no Brasil e em outros países, notadamente nos EUA e na Europa. É notório o ressurgimento de grupos fascistas e de grupos nazistas, que estão sendo identificados.

Para se ter uma ideia do que isso representa, tenho uma amiga que fez um amplo estudo para o Partido Socialista de Portugal e nos apresentou como são as articulações da extrema-direita em todos os continentes do mundo democrático. Participam, dessas articulações, intelectuais, padres, bispos, pastores, professores, políticos, gente que financia tudo isso. Inclusive, ela faz questão de não publicar esses estudos com os nomes identificados, porque há um risco para sua própria segurança. Esse desafio democrático está em xeque, ainda. Ante o exposto, ou nós contribuímos para que essas forças políticas democráticas fiquem no governo, ou continuamos a correr riscos autoritários.

Mais recentemente, a partir de agosto de 2021, formaram-se as federações partidárias. Como isso se deu? Com que objetivo?

Em 2021, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que previa a possibilidade da organização de federações partidárias. Pessoalmente, sempre fui contrário à ideia de federação, porque isso possibilitou, como ficou demonstrado ao longo do tempo, a permanência de pequenos partidos sob o guarda-chuva de um partido maior. Mas o fato é que o Congresso aprovou. Viabilizada a possibilidade de criação da federação, inicialmente, fomos procurados pelo PCdoB; depois pelo Partido Verde (PV) que diziam querer fazer uma federação com o PSB. Mais à frente, o PCdoB voltou à mesa de discussão com a possibilidade de conversarmos com o PT. Eu mantinha um pouco de resistência, porque nunca acreditei na possibilidade de uma federação de partidos menores sob um guarda-chuva de um partido maior, mas admiti a conversa.

Na minha visão, o Brasil precisa de um sistema político partidário mais sólido, com poucos partidos, com programas claramente identificáveis, dos pontos de vista político, ideológico e programático.

Nesse momento, entrou em cena o que seria uma federação composta por PSB, PT, PCdoB e PV. Foram realizadas várias reuniões, para debater esse tema. Foi construída uma plataforma programática e nós, do PSB, demos a nossa contribuição. Nesse ponto de alinhamento, não houve tantas diferenças, nem tantos problemas. O problema aconteceu quando começou a discussão sobre as regras que iriam disciplinar a federação. Nesse ponto, percebemos, claramente, que essa federação não interessava ao PSB. E não interessava porque, de fato, havia uma proposta de que as decisões seriam muito centralizadas, com poder concentrado no maior partido, sobretudo envolvendo as definições sobre as escolhas de candidatos pelo país afora e quanto às decisões de coligação com outros partidos não integrantes da federação.

Qual o principal problema de uma federação como essa proposta com o PT, PCdoB e o PV?

Embora previstas as direções estaduais da federação, haveria, pelo modelo, a centralização de decisões. Mas a centralização em si, para algumas situações, até que poderia ser útil. O problema não seria esse, mas as regras de quem decidiria na direção nacional da federação. Praticamente, os pequenos e médios partidos ficariam sem o poder de decisão. Começaram, então, as discussões e discordâncias sobre formar uma federação desse porte. Nunca neguei; não tinha muita esperança de que pudesse ser diferente, porque já conheço a natureza do PT que é exclusivista. Tem essa visão, embora seja parceiro. Mas penso que o importante seria termos autonomia para nos mantermos independentes para tomar as nossas decisões, o que, na federação, seria impossível.

Era um debate de alguns, ou a base do PSB estava envolvida?

Essas divergências seguiram, por algum tempo. Na época, 22 deputados federais iam disputar a reeleição e todos passaram a debater o assunto. Em determinado momento, decidiram, na bancada, que seriam favoráveis à federação. Nesse período, eu estava fora de Brasília, usufruindo alguns dias de férias. Quando voltei, convidei a bancada para um debate sobre a federação, pois pensava que nem todos haviam lido atentamente e percebido os detalhes que o documento apresentava. A proposta que o PT nos fazia era de controle quase absoluto das decisões estratégicas, pelo menos do ponto de vista eleitoral. Isso não era uma boa opção para o PSB. Além da bancada, outras lideranças do Partido eram favoráveis à federação, começando pelo meu vice-presidente, Paulo Câmara, que, à época, era

o governador de Pernambuco e o governador Flávio Dino, do Maranhão. As discussões foram criando um caldo de cultura, como se, de fato, fosse haver federação. Por outro lado, resisti bravamente à hipótese de fazê-la naquelas condições.

Reunião da Comissão Executiva Nacional.



Reunião da Comissão Executiva Nacional.



E quais foram as estratégias utilizadas para a defesa de sua tese?

Marcamos uma reunião e fiz uma longa exposição sobre o assunto. Coloquei no telão todas as regras que o PT estava nos propondo e disse que a federação era algo que nos dava uma posição subalterna. O PV e o PCdoB, por seu turno, defendiam com afinco as regras propostas pelo PT. Demonstrei porque não podíamos seguir com aquele desenho de federação. Quando apresentei detalhadamente o que ia acontecer com o PSB, se entrássemos, vários deputados federais, que também eram presidentes dos partidos nos seus estados, ficaram atentos. Expliquei: “Você é o presidente do partido, mas quem vai decidir por nós, os temas estratégicos no seu estado, não será o PSB, e sim o PT”. Aí apresentei as propostas que havíamos sugerido ao PT, PCdoB e PV.

Entre as alterações que não foram aceitas, estava a possibilidade de veto. Porque, se houvesse uma decisão inaceitável, teríamos a condição de vetar e isso não foi aceito pelo PT. Algumas regras que propusemos foram aceitas, mas as essenciais, que manteriam o controle hegemônico de um partido sobre os demais, não foram acordadas. Depois que mostrei isso, os parlamentares perceberam que eu tinha razão, e disseram: “Não, assim nós também não vamos aceitar”.

E fim de assunto? Eles aceitaram e desistiram de defender a federação?

A verdade é que vieram para a reunião meio que rebelados contra a minha posição, que era de resistência absoluta em aceitar as condições que estavam sendo propostas pelos partidos que queriam federar conosco. E acabaram saindo da sede do PSB assinando, todos eles, exceto um, o documento com propostas endereçadas ao PT. Agregaram mais três emendas, que eram ainda mais rigorosas do que as que eu apresentara.

Quais as consequências dessa decisão?

Perdemos muito tempo com aquele debate. Aquilo criou a ilusão, em muitos estados, de que estaríamos fazendo a federação e, portanto, não tínhamos que fazer chapa própria para a disputa parlamentar. Sofremos as consequências disso nas eleições de 2022, porque muitas pessoas entenderam que não íamos resistir à pressão e, ao final, faríamos a federação. Só que, todos que defendiam essa tese, não estavam examinando com cuidado e atenção os detalhes das regras propostas. O PSB de fato, não a integrou. Entretanto, a tese se materializou entre PT, PV e PCdoB.

O senhor se sentiu pressionado naquele embate?

Aquilo foi um embate muito forte. Nunca havia sofrido tanta pressão, na minha vida, como sofri nesses dias, para fazer essa federação. Depois de dezenas de reuniões ao longo de meses, decidimos que não aceitaríamos as regras e não fizemos a federação que só terminaria em 2026. E nos livramos disso e fomos às eleições. Tivemos uma votação de um pouco mais de 4 milhões de votos, com 14 deputados e deputadas federais eleitos. As regras eleitorais tinham se tornado mais rígidas, e não tínhamos nos preparado, em função dessa maldita discussão sobre a federação. Obtivemos 1 milhão de votos a menos, em relação a 2018, quando tínhamos eleito 32 deputados.

O tema federação está fechado no PSB, ou podem revisar o posicionamento do partido?

Se houver uma federação mais equilibrada, num jogo efetivamente democrático, no qual todos possam ter voz e voto, capazes de não se sobrepor de maneira avassaladora sobre os demais, poderemos pensar em compor. Essa discussão está apenas começando. Há muito tempo, as pessoas perceberam claramente, todos aqueles que eram favoráveis à federação, que acertamos em não fazê-la, pois o PSB perderia, e muito. Se uma instituição partidária não puder decidir livremente as suas questões estratégicas, então, por que existir?

Quer dizer que dois anos depois do embate, fazendo uma avaliação, a decisão foi correta?

Hoje é praticamente unanimidade o pensamento de que foi correta a decisão. Não converso com ninguém, atualmente, no PSB, que diga que não foi correta aquela posição, embora tenha sido uma questão difícilíssima, porque tivemos prejuízo eleitoral com a posição defendida, mas é um prejuízo que não eliminou a nossa soberania, nossa capacidade de decidir livremente o nosso destino. Penso, inclusive, que, ao não fazer essa federação, nós demos uma contribuição muito maior ao debate sobre esse tema no Brasil.

E agora, qual é o desafio sob o ponto de vista da formação da bancada do PSB?

Agora temos um desafio gigantesco para recuperar a bancada, em 2026. Mas com tempo suficiente para articularmos. Diria que, se a eleição fosse hoje, nós já partiríamos com pelo menos 21 deputados federais à reeleição, porque o PSB está se tornando, também, um polo de atração para o próximo pleito. É o desafio que está à nossa frente.

Carlos Siqueira ao centro durante reunião da Comissão Executiva Nacional, em outubro de 2024.



Um pouco antes desse imenso debate sobre a federação com o PT, PV e PCdoB, teve uma aproximação com o Cidadania, era para fazer fusão ou montar outra federação?

Representantes do Partido Popular Socialista (PPS), hoje Cidadania, logo depois da morte de Eduardo Campos, e dois meses depois de eu ter assumido a presidência, me procuraram. Seu presidente à época, o deputado Roberto Freire, propôs a formação de uma federação, ou mesmo uma incorporação, uma fusão entre os partidos. Chegamos a ter uma reunião na Câmara. A imprensa deu muito destaque a essa aproximação entre o PSB e o Cidadania. Eu, claro, admi a discussão, mas também não estava convicto de que aquele era o momento de fazer uma incorporação ou fusão.

Um encontro entre as lideranças do Cidadania e do PSB.



Mas como o PPS tinha feito parte da coligação que sustentou a candidatura presidencial de Eduardo Campos, depois de Marina Silva, eu acreditava que devia, no mínimo, aceitar a discussão.

Iniciamos a conversa e anunciamos publicamente que a fusão poderia acontecer. O PPS, naquela época, tinha mais deputados do que tem hoje. Era um partido importante e parceiro na campanha presidencial. Ocorre que isso gerou discordâncias, principalmente da maior seção estadual do PSB, que é de Pernambuco. Certos de que não podíamos fazer uma união desses partidos que não fosse consensual, encerramos a discussão e fomos às eleições de 2018 sem federação. Naquela eleição, como já afirmei, elegemos 32 deputados federais.

Capítulo 11 – Relações Internacionais: sempre em defesa da democracia

A saída do Foro de São Paulo
Juntos com a Aliança Progressista
Da América Latina aos países europeus
Detalhando a trajetória histórica do Oriente Médio
Os eventos internacionais

Como são as relações internacionais mantidas pelo PSB?

O PSB tem várias fases, nas relações internacionais. Tivemos, durante um longo período, como secretário de Relações Internacionais, que acumulava como secretário-geral e, em outro período, a vice-presidência, o Roberto Amaral. Sua visão é diferente de uma série de pessoas do PSB, sobre relações internacionais. O PSB participou do Foro de São Paulo por um período relativamente longo, enquanto ele foi secretário. E isso nos condicionava a relações internacionais com partidos que não eram propriamente socialistas, com a mesma natureza do nosso. O Foro de São Paulo era comandado pelo PT, pelo Partido Comunista Cubano e uma série de organizações que nem todas eram partidos, mas organizações políticas e pouco representativas, e ainda hoje compõem o Foro de São Paulo e algumas representam regimes autoritários.

Inclusive, por várias ocasiões, participei de reuniões do Foro, aqui no Brasil, na Argentina, no México, na Nicarágua, e em vários lugares, mas nunca senti que fosse o ambiente mais apropriado para o PSB.

Por quê? Porque a natureza do partido está muito mais relacionada com partidos socialistas europeus, como o Partido Socialista de Portugal, o Partido Socialista Obreiro Espanhol, o Partido Socialista Francês, o Partido Social-Democrata Alemão e o Partido Trabalhista Inglês. As características políticas e ideológicas estão mais próximas desses partidos do que dos partidos que compõem o Foro de São Paulo.

O partido aprovou a saída do Foro de São Paulo sem maiores problemas?

O partido aprovou a desfiliação do Foro de São Paulo por unanimidade. O que foi uma decisão muito acertada. A última reunião de que participamos, Beto Albuquerque e eu, contou com as presenças de representantes da Nicarágua, Venezuela, de Cuba, e muitos outros partidos e organizações que não têm afinamentos político, programático e ideológico com o PSB. Então, voltamos dessa reunião, realizada no México, certos de que seria a última em que o PSB participaria. E assim foi.

E aí estabelecemos novas relações com a Aliança Progressista, que reúne todos os partidos socialistas, de todos os continentes, que tem uma seção global e outra latino-americana, que hoje é coordenada pelo Partido Socialista Argentino. Somos o primeiro partido do Brasil a ingressar na Aliança Progressista. Depois, na sequência, o PT também pediu filiação, mas o PT, até hoje, participou pouquíssimas vezes de reuniões da Aliança Progressista. Inclusive, não participou de uma reunião da direção internacional que houve aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, sob a organização do PSB.

E como é a formação da Aliança Progressista?

Na Aliança Progressista, têm partidos com os quais temos afinidades, tanto política, ideológica, como programática. E tem sido muito enriquecedora a presença do PSB. Nossa participação foi conduzida, ao longo desses últimos anos, por três secretários. O primeiro, que iniciou, foi o deputado Beto Albuquerque, seguido do deputado Alessandro Molon. Na sequência, pelo professor Paulo Afonso Bracarense. Os três têm participado ativamente e eu mesmo fui em algumas reuniões com eles.

Recentemente, inclusive, estivemos na República Dominicana, designados pela Aliança Progressista como observadores internacionais das eleições presidenciais e parlamentares daquele país. E ali pudemos encontrar também dezenas de partidos e até ex-presidentes da República que, de fato, têm pensamentos com os quais temos mais proximidade.

Vocês são filiados a outras instituições internacionais?

Uma segunda instituição à qual somos filiados, há muito anos, é a Coordenação Socialista Latino-americana (CSL), que é composta só de partidos socialistas da América Latina. É outra organização em que o PSB exerce, há algum tempo, a secretaria-geral. Reúne-se com menos frequência, com menor participação e intensidade do que a Aliança Progressista, mas também é constituída por partidos com os quais mantemos maior afinidade. São basicamente nessas duas instituições que estamos afiliados e participantes.

*Mas existe mesmo uma troca de experiências,
você compartilham aprendizados políticos históricos?*

Hoje vivemos num mundo globalizado e nada acontece no lugar que esteja desconectado com o resto do planeta. Então, resolvemos fazer, principalmente sob a condução do deputado Alessandro Molon, mas também com Beto Albuquerque, muitas interações. Fomos a Portugal e tivemos reuniões com membros da direção, com o presidente da Assembleia Nacional de Portugal, que era, à época, do Partido Socialista de Portugal. Visitamos a sede e mantivemos uma aproximação maior com esses partidos. Depois, estivemos na sede do Parlamento Espanhol, com representantes do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), que estava, como está, ainda hoje, no poder. É um partido muito importante na Espanha e que, por mais de 25 anos, administrou o reino da Espanha.

Carlos Siqueira fala em encontro da CSL, no Rio de Janeiro.



E na América Latina?

Depois, realizamos uma série de visitas aqui em nosso continente. Fomos visitar o Partido Socialista do Chile, que considero muitíssimo afinado dos pontos de vista político, ideológico e programático, com o PSB, e tem como referência central a figura de Salvador Allende. Um homem que preferiu a morte a se render ao autoritarismo de esquerda, que lhe propunham naquela época. Visitamos o partido por várias ocasiões, inclusive estive com Isabel, a filha de Allende, na época em que ela era presidente do Partido Socialista do Chile. Tivemos a oportunidade de trocar muitas informações. Depois, a neta de Allende esteve aqui no Brasil e participou de um congresso do PSB.

O Chile tem experiência política democrática interessante, porque, com a queda do ditador Augusto Pinochet, veio a redemocratização e o primeiro governo civil chileno foi composto por ampla aliança. O presidente Patricio Aylwin era membro do Partido da Democracia Cristã, uma força mais ao

Carlos Siqueira em encontro com ministros da Saúde do ConeSul, e o presidente do Chile, Patricio Aylwin, no Palácio de la Moneda, 1993.



centro. As agremiações partidárias foram bem-sucedidas, nesse período, no Chile, porque se alternaram por diversas vezes, no comando do país. Era a democracia cristã e depois, várias vezes, se repetiram presidentes do Partido Socialista Chileno.

Muito antes disso, em 1993, quando estive pela primeira vez no Chile, pude conhecer o presidente Patricio Aylwin, que foi o primeiro presidente pós-Pinochet. Fizemos uma visita no Palácio La Moneda. Era uma figura muito interessante, um homem de centro, mas já era um homem de uns 70 anos, naquela época, muito sereno, eloquente e intelectualizado. Então, aquele país também tem ali um laboratório que nós, do Partido Socialista Brasileiro, precisamos conhecer; saber sobre a possibilidade de formar governos com partidos de centro; mas a partir de uma visão programática. E nisso, penso que o Chile avançou muito, nesse período pós-Pinochet.

Carlos Siqueira foi recebido pelo presidente do Chile, Patricio Aylwin, no Palácio de la Moneda, 1993.





Beto Albuquerque e Carlos Siqueira
ladeiam a senadora e presidente do
Partido Socialista do Chile,
Isabel Allende, filha do ex-presidente
Salvador Allende.



Beto Albuquerque e Carlos Siqueira em
frente à sede do Partido Socialista do Chile.



Carlos Siqueira e o ex-deputado Alessandro Molon em nova viagem ao Chile,
recebidos pelo presidente do Partido Socialista, o senador Álvaro Antonio Elizaldo
Soto e outras lideranças políticas do país.

Como o PSB reagiu às denúncias da ex-presidente Bachelet às violações aos direitos humanos, na Venezuela?

Sobre o chavismo, foi longo o debate. Foram muitos anos de Hugo Chávez e depois de Nicolás Maduro. A ex-presidente Bachelet, do Chile, que representava a Comissão de Direitos Humanos da ONU, fez um relatório muito minucioso e detalhado, mostrando claramente as violações de direitos humanos que havia na Venezuela, como continua acontecendo e todos nós sabemos. A denúncia era muito grave e apresentada por uma figura extremamente credenciada e legitimada, de modo que não podíamos ignorar. Por isso mesmo elaboramos uma resolução condenando de forma enfática as violações dos direitos humanos praticadas pelo regime de Nicolás Maduro.



Resolução de repúdio às violações de direitos humanos praticadas pelo governo venezuelano, pode ser lida, na íntegra, nos anexos deste livro, na página 295.

Como o PSB defende a democracia no exercício das relações internacionais?

Sempre mantendo a coerência política pautada pelo programa do PSB. Éramos filiados ao Foro de São Paulo e nos desligamos por divergências ideológicas. Nos posicionamos firmemente contra os inúmeros tipos de violações praticadas pelo regime venezuelano e rompemos relações com base em fatos reais que emergiram do relatório da ex-presidente Bachelet. Igualmente nos posicionamos contra as posições autoritárias adotadas pelo regime nicaraguense, contra as quais emitimos uma dura resolução. Isso deixa bastante clara a linha divisória do conceito de democracia defendido pelo PSB.

Aqui, é importante, mais uma vez deixar evidente: renunciemos à manutenção de relações internacionais com agremiações partidárias de países que estão no comando central e que têm demonstrado vocação autoritária. O PSB fez um rompimento formal e se posiciona claramente contra essas práticas. Ou seja, é um fazer pautado no conceito de democracia e enfrentamento às novas ditaduras e velhas práticas autoritárias que permanecem em alguns países da América Latina.



Resolução contra ações autoritárias adotadas pelo regime nicaraguense pode ser lida, na íntegra, nos anexos deste livro, na página 297.

É um desafio para a esquerda defender a democracia?

Penso que, nós, do PSB, desde a nossa fundação, sempre tivemos esse compromisso de defesa da democracia acima de qualquer coisa. Por exemplo, nascemos condenando o stalinismo e o liberalismo clássico, duas práticas que são, no fundo, autoritárias. O liberalismo, quando chega no limite dos grandes interesses econômicos, sempre opta pelo autoritarismo. Vamos deixar claro, então, que quando se defende a democracia, é para valer; só se tem a opção de assumir governos apenas por meio de eleições livre e soberanas.

Quando defendemos essa posição contrária ao autoritarismo, é para valer. Temos que defender e também mostrar, na prática, esse posicionamento. Temos que nos relacionar, prioritariamente, com esses partidos que defendem ideias semelhantes às nossas. Quando dizemos isso, não significa que não temos relações com partidos de outra natureza. Temos. Nós nos relacionamos bem com o Partido Comunista Chinês, há muitos anos, décadas, de

boas relações. Não significa que concordamos com eles, significa que temos, civilizadamente, relações políticas. É impossível, hoje, pensar o cenário internacional sem pensar e sem estarmos atento ao que faz o governo chinês e o papel econômico que a China tem no panorama internacional. Isso não significa que estamos de acordo com a ideologia do partido que representa esse governo. Podemos ter uma relação com governo de natureza diferente do que pensamos, a visão democrática requer de nós um relacionamento, uma compreensão sobre os outros, uma convivência.

Além dessas relações com as duas instituições internacionais, há outros momentos relevantes?

Ao longo do tempo, sempre tivemos o cuidado de fazer alguns eventos internacionais. Ainda no ano de 2001, promovemos um que durou três dias e teve a maior participação da militância do PSB. Isso foi no Hotel Glória, do Rio de Janeiro. À época, um salão em que cabiam 600 pessoas, esteve, os três dias, superlotado. Trouxemos um diretor do *Le Monde Diplomatique*, Maurice Lemoine, e um deputado português que, na época, representava a Internacional Socialista. Também participou desse evento, Jean Ziegler,

Encontro Internacional Socialista, organizado pela Fundação João Mangueira, durante a primeira presidência de Carlos Siqueira, Rio de Janeiro, 2001.



como relator para o direito à alimentação das Nações Unidas. Foi o relator mundial sobre a questão da fome. Uma figura muito importante que era do Partido Socialista Suíço. Há muitos anos, ele denunciou as contas secretas na Suíça. Uma figura realmente interessantíssima.

O primeiro painel, nesse encontro internacional, teve como conferencista o economista Celso Furtado, um brasileiro de enorme relevância para a intelectualidade do nosso país. Certamente, foi o evento internacional de maior projeção que o PSB realizou.

O que vocês debateram nesse encontro internacional?

Vários temas, mas tivemos um painel interessantíssimo. Lembro-me com detalhes que discutimos como os partidos socialistas estavam governando seus países, estados e municípios de economias capitalistas. Porque, dentro do próprio capitalismo e do desenvolvimento das forças produtivas, há também um espaço em que se pode obter conquistas, e governar ampliando a visão de uma democracia social. É claro que não é uma linha reta. Às vezes avança, às vezes tem retrocessos. É da natureza humana, as idas e vindas, os recuos e avanços que a vida nos oferece, as oportunidades políticas.

O painel foi muito enriquecedor, porque sabemos que esses partidos tiveram a oportunidade de governar seus países, estados e municípios, onde ocorreram muitos avanços sociais e, às vezes, também avanços econômicos, porque a esquerda deseja, além de avanço social, o desenvolvimento das forças produtivas, aliás, para ter avanço social, é preciso ter prosperidade, é preciso criar riqueza, para sustentar as boas políticas que garantam o acesso e a permanência dos direitos sociais e a cidadania, ao longo do tempo.

“ Para ter avanço social, é preciso ter prosperidade, é preciso criar riqueza.”

Esses encontros internacionais continuam acontecendo?

Recentemente, mantivemos um encontro no Rio de Janeiro, inclusive, foi por ocasião da abertura da Conferência da Autorreforma. Participaram membros, deputados do Partido Socialista de Portugal; vieram dois deputados do Partido Socialista Obreiro Espanhol; também deputados do Chile, Uruguai e da Argentina. Temos realizado, ao longo do tempo, uma série de eventos com a participação de figuras do socialismo democrático, tanto europeu como latino-americano.

Qual o papel das viagens nas relações internacionais?

As viagens sempre são importantes, na vida das pessoas. Tivemos viagens políticas, nesse período, tanto como secretário, quanto como presidente, e foram importantes para perceber coisas que se sabe apenas teoricamente. Minha primeira viagem política partidária foi a convite do Partido Comunista Cubano, através da embaixada e do governo de Cuba. Integrei essa comitiva e fomos, Roberto Amaral, secretário de Relações Internacionais; o presidente da Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, o deputado Marcondes Gadelha, da Paraíba; o então senador Renato Casagrande, e eu. Chegamos num sábado e ficamos até quarta-feira da semana seguinte, ou seja, quatro dias apenas.

Sem dizer aos outros membros, organizei-me para ficar mais um tempo, queria conhecer o país sem ser guiado pela programação oficial dedicada à comitiva e sem assessoramento dos membros do Partido Comunista Cubano. Fomos muito bem recebidos. Ficamos hospedados em uma área destinada a visitantes em uma casa muito boa. Ficamos os quatro na mesma casa e sempre acompanhados por dirigentes do partido. Visitamos a parte cultural, o Museu da Revolução e outros museus de arte nacional. Conhecemos o Parlamento e como funcionava a estrutura do Estado sob a ótica do Partido Comunista Cubano e sob o ponto de vista governamental.



Carlos Siqueira fez a abertura da reunião da Direção Internacional da Aliança Progressista no Rio de Janeiro.



Carlos Siqueira ladeado por Machris Cabreros, das Filipinas, Coordenadora Internacional da Aliança Progressista e Paulo Bracarense.



Acima, Carlos Siqueira e Alessandro Molon em visita a Portugal. Eles foram recebidos pelo presidente da Assembleia da República, Eduardo Rodrigues Ferro. Abaixo, a comitiva do PSB na Espanha, com o secretário de Relações Internacionais do PSOE; deputado Héctor Gomez Hernández.



Fale um pouco sobre a Cuba que só o senhor viu naquela viagem.

Depois que fiquei sozinho, tive a oportunidade de conversar com pessoas e ver o outro lado do funcionamento da sociedade cubana, que não é exatamente igual à versão que eu vira anteriormente. Um aspecto deplorável que existe lá é esse bloqueio econômico patrocinado pelos EUA. Sempre condenamos o bloqueio a Cuba, como condenamos a qualquer outro país. Penso que os países devem ter o direito de desenvolver suas políticas livremente. Mas, por outro lado, o que pude verificar, naquela visita, foi a confirmação de que não se pode implantar socialismo antes do desenvolvimento das forças produtivas, porque não resulta em prosperidade e muito menos dá para sustentar políticas sociais importantes. Foi o que vi em Cuba.

“ Não se pode
implantar
socialismo antes do
desenvolvimento
das forças
produtivas.”

O bloqueio econômico contra Cuba, estabelecido pelos EUA, foi iniciado oficialmente no governo de John F. Kennedy (1961-1963). O presidente recorreu à Lei de Comércio com o Inimigo, criada durante a gestão de Dwight Eisenhower (1953-1961), para regular as relações com nações inimigas. Trata-se de um conjunto de leis, decretos e resoluções que objetiva dificultar o desenvolvimento econômico da ilha caribenha.

Registros da visita a Cuba.



Trata-se de um país com população maravilhosa, um povo bonito, um povo alegre, dançante, cantante; mas, ao mesmo tempo, um fracasso econômico monumental, que decorre também do tipo de regime, do tipo de economia que funciona no país. Percebi ser uma sociedade que não tem uma democracia, porque só tem um partido, não tem partido de oposição, não tem liberdade de imprensa. O relato das pessoas indicava, já naquela época, um grau de insatisfação muito alto, sobretudo da juventude. É um povo que luta pela sobrevivência, mas falta realmente aquilo que é o pressuposto da democracia, ou seja, a pluralidade política, a ideológica e partidária. Nada disso eu vi. Quando fui, já havia liberdade religiosa. A igreja estava com suas portas abertas, mas nem sempre foi assim. Apenas a partir da visita do papa João Paulo II, que fez um pedido a Fidel Castro, de tornar o Natal um feriado nacional no país, é que foi aceito.

Houve uma visita à China?

Foi uma viagem bem depois dessa, em 2009. Foram 15 dias em uma comitiva de oito pessoas do PSB. E foi uma viagem muito boa, porque se trata de um grande país, uma economia pujante e de natureza política



Comitiva do PSB visita a China em 2009. Da esquerda para a direita: Joaquim Francisco, Mari Trindade, Carlos Siqueira, Roberto Amaral, Milton Coelho, Yara Gouvêa, José Carlos Sabóia e Sérgio Novaes.

diferente da nossa. Natureza política de partido único, embora se diga que há mais de oito partidos, não me pareceu que tenham qualquer protagonismo na vida chinesa. Têm grande protagonismo, na vida da sociedade chinesa, os comunistas e o Partido Comunista Chinês, que é o responsável por ter feito a Revolução de 1949. E, depois da morte de Mao Tsé-tung, uma revolução dentro da revolução liderada por Deng Xiaoping.

*Uma revolução dentro da revolução?
Pode explicar melhor?*

Fui conhecer os resultados dessa segunda revolução feita dentro da revolução, que é muito interessante e todos que fazem política deveriam conhecer. É exatamente um partido que planejou o desenvolvimento do seu país, ou seja, eles sabem o que querem em 5, 10, 20, 50 anos. Acredito mesmo que até 100 anos. E foi por isso que a China prosperou. A China, com Deng Xiaoping, descobriu que precisava criar riquezas para poder distribuí-la. E isso foi muito importante. Eles têm levado esses planos, esse planejamento estratégico, muito a sério. É um país de muita disciplina política, muita capacidade de planejamento e execução das suas políticas. E, não por acaso, se tornou a segunda economia mundial, a caminho de se tornar a primeira. Esse é um aspecto, entre vários outros, positivo, da sociedade chinesa.

Registros da viagem à China.



O que impressionou o senhor na China?

Também me impressionou muito que as grandes cidades, maiores até do que as maiores brasileiras, não sejam uma desordem urbana como, lamentavelmente, são as nossas cidades. São cidades limpas, que têm uma organização bem definida, clara e muito positiva. Agora, do ponto de vista político/democrático temos divergências, porque ali eu não pude perceber uma sociedade diversificada, plural e que tenha os pressupostos que nós, do PSB, e nós, ocidentais, temos, sobre democracia, imprensa livre, oposição, partidos organizados, participação ativa da sociedade, movimentos populares independentes. Nada disso consegui ver. Tem essa diferença política, mas é um projeto de país que deve ser observado por todos aqueles que queiram desenvolver seus países, porque realmente é um projeto de muito sucesso.

Registros da visita à China.



Conta como foi a visita do PSB ao Uruguai.

O Uruguai é um país interessante. Com o Chile e a Costa Rica, formam os três países com estado democrático latino-americano inscritos entre as 24 democracias plenas que existem no planeta, segundo a ONU. Isso significa que atende a todos os requisitos de uma plena democracia. Tive a oportunidade de visitar várias vezes a sede do Partido Socialista. Visitei quando eu era secretário; tempos depois, visitei a sede do parlamento uruguaio, e também o senador Reinaldo Gargano, secretário-geral do Partido Socialista, que havia sido chanceler. Sempre foram visitas proveitosas para conhecer um pequeno país com tantos avanços democráticos.

Democracia plena é aquela nação em que as liberdades civis e políticas fundamentais são respeitadas e reforçadas por meio de uma cultura que eleva os princípios democráticos. A relação dos países é conferida anualmente pelo Democracy Index da Economist Intelligence Unit (EIU). Em 2023, a lista compreendia 24 países: Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, Ilhas Maurício, Irlanda, Islândia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Uruguai.

O Brasil recebeu, nesta última avaliação, a nota 6,68, e foi classificado na 51ª posição na lista. A nota mais alta recebida foi 9,58, no quesito processo eleitoral e pluralismo; já as notas mais baixas, foram 5,0, por cultura política; 5,36, pelo funcionamento do governo; 6,11 pela participação política; e 7,35 por liberdades civis.

Em outro momento, estivemos, o deputado Alessandro Molon e eu, no Uruguai. Foi uma oportunidade muito interessante, além de reunião na sede do Partido Social Uruguaio, com toda a sua direção, realizamos uma visita à chácara onde reside o ex-presidente Pepe Mujica, com quem pudemos conversar e conhecer a sua simplicidade. Pepe vive em uma casa realmente muito simples. O ex-presidente não tem mordomia nenhuma. Nesta visita e diálogo, tivemos a chance de conhecer um pouco mais as suas ideias. Ele é uma personalidade admirada por muitos, em todo o mundo. Foi uma viagem interessante, porque é um país que tem pobreza, mas as diferenças sociais não são tão aberrantes como no nosso, por exemplo, que é tão rico, ou da Argentina, países maiores e mais ricos.



Carlos Siqueira e Alessandro Molon em visita à casa do ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, 2019.

Vocês também estiveram na Argentina. Como são as relações políticas com as forças políticas do país?

Tívemos e temos um relacionamento político com o Partido Socialista Argentino, que governou por muitos anos a Província de Santa Fé e

algumas cidades importantes, e tem representação no Parlamento. Entre os anos de 1990 e 2000, estive várias vezes como secretário participando de reuniões da Coordenação Socialista Latino-Americana. Recentemente, a última vez em que estive nesse país, em visita ao Partido Socialista, foi em 2016. Nesse período, estava em plena discussão o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Foi um momento tumultuado, em verdade, na véspera do congresso do Partido Socialista, eu estava convidado para fazer uma palestra num seminário que antecedeu a abertura do Congresso. Foi a última vez que estivemos na Argentina.

Carlos Siqueira e Dr. Rafael Carneiro, em visita ao governador de Santa Fé, Argentina, 2016.



Carlos Siqueira falou no Congresso Ordinário de Santa Fé, realizado em Rosário, na Argentina, 2016.

Quanto danosa foi a gestão de Daniel Ortega para a democracia?

O regime do ditador Daniel Ortega criou um tipo de punição inexistente no direito internacional, que é tirar a nacionalidade da pessoa. Ou seja, você se torna um apátrida porque é contra a ditadura nicaraguense. Propus uma dura resolução e a Executiva Nacional aprovou quase por unanimidade, com apenas uma abstenção. Isso teve boa repercussão na imprensa. Nós não podemos tergiversar com relação à liberdade e democracia, todas as vezes em que estiverem sofrendo limitações. Precisamos nos pronunciar, principalmente se esse assunto acontece no nosso continente, que já tem um histórico muito longo de enfrentamento de regimes autoritários.

Qual a visão do senhor sobre a realidade da Venezuela?

Fomos a Caracas para ver o que estava acontecendo. Nesse período, haviam sido concluídos os trabalhos da nova Constituição. Uma das inovações foi a extinção do Senado, ficando somente a Câmara dos Deputados. O livro da nova Constituição estava sendo distribuído amplamente. Parecia, naquele momento, sinceramente, eu quero dizer, que nós tínhamos dúvida do que ia acontecer. Por isso, um dos motivos da viagem era conversar com dirigentes de partidos, com acadêmicos das universidades, com várias pessoas. Não sabíamos que futuro teria a Venezuela.

Aparentemente, podia ser promissor, entretanto, como temos acompanhado, infelizmente, foi exatamente o contrário. Havia muitas críticas ao regime. Ouvimos gente da universidade, que expressava uma visão muito crítica do regime chavista. Ouvimos também um ex-senador, que conhecemos durante reuniões da CSL. Conversamos muito com ele sobre os acontecimentos

em curso, para entender melhor as mudanças perpetradas pelo movimento chavista. Ele era membro de um partido de centro-esquerda e, claro, tinha uma visão crítica sobre o regime nascente. De qualquer maneira, não saímos com a impressão totalmente negativa, naquele momento; pessoalmente, penso que todos nós, do PSB, não achávamos que ia dar em algo como estamos assistindo atualmente. Tínhamos alguma esperança de que pudesse ser um regime promissor, o que foi completamente frustrado, por todos os acontecimentos que estamos presenciando nos dias de hoje

Nessa linha reflexiva sobre outros lugares do mundo e o Oriente Médio, em especial Israel, qual a avaliação do senhor?

Esse é um assunto pelo qual sempre me interessei, desde muito cedo – muito cedo mesmo –, desde a pré-adolescência já me interessava pelo Oriente Médio, em função da minha apreciação pela cultura judaica e sua contribuição à humanidade através dos séculos e milênios. Diferentes figuras judias deram contribuições importantes à humanidade, em diferentes países, mesmo quando não tinham seu próprio país. Várias vezes, foram expulsos das suas terras. E na Segunda Guerra Mundial, sob o patrocínio dos nazistas, o povo judeu foi vítima do holocausto. Um horror impossível de descrever com palavras. A ONU, não apenas reconhecendo os horrores do holocausto, mas também sabendo da luta do movimento sionista, iniciado em 1896 pelo jornalista Theodoro Herzl, entendia que o povo judeu merecia um lar nacional e que esse lar deveria ser na sua terra de origem, que é a Palestina, o antigo Reino de Israel.

Holocausto foi o genocídio cometido pelos nazistas alemães liderados por Adolf Hitler ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Foram assinadas milhões de pessoas, entre elas seis milhões de judeus, além de ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência e comunistas.

Surgido no século IX, na comunidade judia, o sionismo é um movimento, fundado na religião com objetivos políticos e modernos, que busca a autodeterminação do povo judeu e a criação de um Estado judeu em Israel. Combate a discriminação do povo judeu e atua para preservar a identidade e cultura judaicas. O sionismo foi fundamental para a criação do Estado de Israel, em 1948. O termo tem origem no Monte Sião, uma das colinas de Jerusalém.

E como a ONU procedeu?

Essas terras estavam ocupadas por diferentes povos, mas, principalmente por árabes, que viviam e vivem na Palestina. E qual foi a decisão da ONU sob a presidência do grande brasileiro Oswaldo Aranha? Foi dividir o território chamado Palestina para formar dois países e acolher os judeus e os autodenominados palestinos. Ao longo dos debates e deliberações ocorridos no plenário da ONU, os árabes votaram contra a proposta de partilha da Palestina. De outro lado, as grandes potências de então – União Soviética e EUA –, e a maioria dos países, votaram favoravelmente à partilha. Os judeus, que já estavam migrando para o seu território de origem, desde o final do século XIX e durante quase metade do século XX, naquela ocasião, significava 680 mil judeus na Palestina, se estabeleceram

comprando terras e organizando-se em kibutz. Quando David Ben-Gurion, uma grande figura judaica da política israelense, que chegou a ser o primeiro-ministro do novo Estado de Israel, declarou independência, a população total estimada era de quase 700 mil judeus.

Kibutz é uma comunidade agrária coletiva israelita inicialmente utópica, sem uso de meios de produção privativos, uma coletividade comunitária voluntária baseada nos princípios do sionismo trabalhista (combinação de socialismo e sionismo).

Quando Ben-Gurion proclamou a independência, avisou o seguinte: Os árabes que habitam no território do Estado de Israel, caso desejem, não precisam sair. Podem optar pela cidadania israelense e terão plenos direitos. É por isso mesmo que, até hoje, 20% da população de Israel é árabe. Em Israel, há um partido árabe, que hoje é a terceira força política do parlamento israelense. Isso graças a essa decisão do Partido Trabalhista, que governou Israel por quase 30 anos, consecutivamente, desde a independência.

Enquanto Ben-Gurion assegurava a opção aos árabes que desejassem a cidadania israelense, a liderança do lado palestino estimulava que esses saíssem de suas casas levando as chaves nas mãos, pois os exércitos árabes destruiriam Israel em poucas semanas. Entretanto, até hoje os seus filhos, netos e bisnetos continuam com suas chaves nas mãos, porque a opção de sair não era a melhor solução. No dia seguinte à independência – de 14 de maio de 1948 – sete exércitos árabes (Egito, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen) invadiram o novo Estado de Israel, que não tinha sequer um exército formado; apenas grupos armados e, claro, como todos sabem, saiu vitorioso. Israel não ocupou um palmo do que seria seu direito estabelecido pela ONU, mesmo tendo vencido a guerra.

É importante ressaltar que se os árabes tivessem reconhecido Israel, o Estado palestino poderia ter se estabelecido no dia seguinte, tendo como capital a parte oriental de Jerusalém, de acordo com a resolução da ONU.

Qual outro aspecto relevante da recente história israelense o senhor destacaria?

A Organização para Libertação da Palestina (OLP) estabelecia, em seu estatuto, uma cláusula defendendo a eliminação da “entidade sionista”, ou seja, a eliminação do Estado de Israel. Em 1993, foi assinado o Acordo de Oslo, resultado dos esforços dos líderes trabalhistas israelenses, que assegurou a criação da Autoridade Palestina, o estabelecimento de uma posição geográfica e uma autoridade sobre esse território.

Esse esforço envolveu o trabalho incansável de várias lideranças, como Shimon Peres, Yitzhak Rabin, Ehud Barak, e tantos outros que concordavam com a ideia de organização de um Estado palestino, entretanto, exigia o reconhecimento da legitimidade do Estado Israelense.

No início da década de 2000, no final do governo Bill Clinton, nos EUA, houve um esforço extraordinário entre ele e o primeiro-ministro Ehud Barak. Ambos chegaram a uma proposta, que me parecia fantástica, para que se estabelecesse o Estado palestino, com o qual todos nós do PSB sempre estivemos de acordo, pois defendemos a paz entre os povos judeus e árabes. Entretanto, quando Yasser Arafat deu um rotundo não a essa proposta, que incluía arredores de Jerusalém como a nova capital do Estado palestino, o partido da oposição em Israel, que era o Likud, por meio de sua liderança na época, o general Ariel Sharon, com a sua tropa, ocupou o Monte do Templo, motivando a geração de uma nova Intifada. Assim, desde então, a esquerda israelense vem perdendo espaço político e diminuindo sua representatividade no Knesset (parlamento israelense).

Qual foi o impacto do nascimento e ascensão da guerra fria para o socialismo?

Após a segunda guerra mundial houve a divisão do mundo entre os vencedores. De um lado ficaram as forças que formaram o chamado mundo do socialista real, capitaneado pela União Soviética e, do outro lado, as forças do capitalismo lideradas pelos Estados Unidos. Essa divisão provocou ações positivas e negativas. Por exemplo, na Europa ocidental, onde o capitalismo já vinha se desenvolvendo há muito tempo, e havia a organização das forças do mundo do trabalho, das forças populares dos partidos de esquerda, houve uma ascensão. Na Europa existiam forças que se organizaram de maneira mais intensa e provocaram a mudança que resultou no chamado estado de bem-estar social, que foi, seguramente, um avanço muito grande. Os trabalhadores do lado capitalista tiveram até mais benefício do que estavam do outro lado, embora esses também tenham sido beneficiados pelo socialismo real.

A luta do socialismo do lado capitalista fez com que eles fizessem a humanização das relações de trabalho, que foi uma conquista das forças progressistas socialistas que estavam organizadas do lado capitalista.

Na outra parte do globo, a América Latina, por exemplo, se vê uma série de golpes de estado, que foram financiados e apoiados, permanentemente, durante um longo período, pelos Estados Unidos. Havia também o surgimento e o ressurgimento de organizações de forças populares e socialistas. Com receio de perder o controle, os Estados Unidos acabaram por provocar uma série de golpes de estado e ditaduras que duraram muito tempo, como foi o caso da brasileira, seguramente a mais duradoura, com 21 anos, provocando um enorme atraso na organização das forças populares e socialistas.

Tivemos aqui no nosso continente a Revolução Cubana. A crise dos mísseis que iam ser colocados em Cuba pela União Soviética para ameaçar os Estados Unidos, talvez tenha sido o momento de maior perigo que ocorreu durante esses anos de tensões provocadas pela polarização entre as duas nações: União Soviética e Estados Unidos. Duas grandes potências militares e

econômicas também, porque a União Soviética mudou muito depois de sua revolução.

Passados os mais de 70 anos, veio abaixo o chamado Socialismo Real. Criou-se uma sensação no planeta de polarização absoluta com a predominância do capitalismo, mas ocorre que o mundo, o movimento da política e a própria política internacional não acontece pelo desejo de uns poucos, as forças de esquerda e as que se opõem à submissão hegemônica americana se movimentaram.

Surgiu, nesse tempo, o imenso desenvolvimento da China, que a partir da década de 1970 compreendeu a necessidade de desenvolver as suas forças produtivas e está fazendo de uma maneira muito competente. Ela tem ainda vários aliados, como a Rússia e o Irã, por exemplo.

O que estamos assistindo atualmente é uma mudança que gera tensões, não como as da Guerra Fria, mas que podem levar a uma nova guerra tendo de um lado os Estados Unidos e do outro a China e seus aliados. Essa guerra comercial está sendo acentuada com as declarações do presidente Donald Trump e a criação de tarifas ameaçadoras.

Como o senhor vê esse crescimento da China que pode, eventualmente, se tornar uma nova liderança confrontando os americanos?

É importante que nenhum país se sobreponha de maneira avassaladora sobre os demais, a multipolaridade deve acontecer no mundo, ou seja, que a China e muitos outros países possam seguir desenvolvendo suas forças produtivas, que possam se preocupar com as questões ambientais, que é outro problema que vem ao lado do crescimento econômico, tão necessário para países como o Brasil, o México e outros mais. Também os continentes, que estão em um momento insipiente de suas forças produtivas, como o caso da África, por exemplo.

O desenvolvimento desses países e as alianças, as cooperações que eles poderão fazer com outras nações é muito importante para criar um mundo que seja multipolar. Tanto a polaridade como a unipolaridade não são positivas.

A palavra de ordem da política internacional deveria ser a cooperação, não o confronto e a ambição geradas pela natureza do capitalismo que é exatamente o egoísmo.

Como o senhor enxerga a África nesse contexto geopolítico internacional?

A África do Sul, que já faz parte do grupo dos Brics vem demonstrando uma capacidade extraordinária de se desenvolver após lutar bravamente sob a liderança de Mandela contra o *apartheid* que existia naquele país. Mas há muitos outros países, porque na África há muita riqueza. Há muito petróleo, riquezas minerais, gás. A China, por seu lado, descobriu a África e segue fazendo muitos investimentos por lá.

Houve um período em que os países africanos fizeram suas revoluções por independência, tiveram experiências socialistas de governos, mas agora eu vejo com mais entusiasmo a possibilidade de a África se desenvolver porque eu acredito que as novas lideranças africanas estão tendo consciência da necessidade de desenvolver suas forças produtivas e, na medida que elas se desenvolvem, os países vão se tornando mais importantes, vão participando mais do comércio mundial, tendo melhores condições de investir nos programas sociais de suas populações. É certo que alguns precisam passar pelo processo de democratização, o que é um problema muito sério em vários países africanos, porque não basta crescer e enriquecer, é preciso estabelecer relações de cooperação, de liberdade e de democracia.

Capítulo 12 – Visões do Futuro

Melhor definindo a democracia

Eleições de 2024 e o recuo da esquerda

O socialismo e o estado de bem-estar social: as políticas progressistas

O papel da revolução

A força da juventude do PSB

De militante a presidente: missão cumprida

Futuros possíveis

A democracia é um tema constante nas suas reflexões, como o senhor a vê, atualmente, no Brasil?

Tive a oportunidade, ao longo de uma entrevista, de falar sobre a situação atual da democracia brasileira que, obviamente, de uns 20 anos para cá, perdeu intensidade. Isso, naturalmente, pelas frustrações com que a população olha para os diferentes governos e sua realidade, suas dificuldades de vida. A democracia é um sistema de mudança sem fim. Tem que ser permanentemente aperfeiçoada. Tem que desenvolver seus mecanismos de participação. Veja, estamos há alguns anos vivendo essa fase da apatia e revolta. Em 2013, houve, vamos dizer assim, um levante da população contra determinadas situações que o país viveu, que todos conhecem. Tivemos a rebelião de eleger, em 2018, um presidente que foi a pior opção para o país, e tornou-se

uma real ameaça à democracia. Temos hoje uma população ainda com um grau de desconfiança muito alto em relação à classe política e sobre o sistema político. São fases, mas também dificuldades, porque não se sabe se a rota vai ser no sentido de melhorar o sistema democrático ou de perdê-lo totalmente. São situações de alerta. Em vez de perder a democracia, precisamos aperfeiçoá-la.

“A democracia é um sistema de mudança sem fim. Tem que ser permanentemente aperfeiçoada.”

E como fazer isso?

Precisamos ampliá-la, renová-la, e aperfeiçoar as suas instituições, o poder judiciário, o legislativo, e executivo. Não só por meio de ideias, mas de novas lideranças também, que tenham essa visão de querer aperfeiçoar e melhorar a democracia e o seu desenvolvimento, visando a prosperidade do país e da sua população e a melhoria das condições de vida. Isso somente pode acontecer se nós oferecermos à população um novo sonho de Brasil. O ser humano vive muito de expectativas. As boas expectativas movimentam não só a vida pessoal, mas a vida coletiva de um povo. E é isso que está faltando ao nosso país. Essas percepções refletem-se em suas ações, na sua ação do dia a dia, mas também se reflete quando escolhe ou deixa de escolher determinados governantes. Ou seja, é a ação política, a ação humana, que precisam mudar. E os partidos políticos, nesse sentido, têm um importante papel. Espero que exerçam esse papel que a população exige, hoje, que é melhorar as condições do nosso país e da nossa população.

Qual o papel do PSB em relação à democracia?

Eu vejo o PSB com muita esperança, de que possa dar uma contribuição ainda maior, do que sempre deu à democracia brasileira. E, dentro de cada conjuntura, de suas especificidades e dos seus desafios, o PSB tem cumprido um papel importante e acredito que cumprirá um papel ainda mais importante, daqui para frente

Esquerda e direita polarizaram, nas eleições de 2024, qual a avaliação do senhor?

As eleições municipais não reproduzem, necessariamente, dois anos depois, as eleições nacionais. Mas essas eleições contiveram alguns recados que penso ser importante analisá-los. Dei uma longa entrevista, um pouco antes das eleições, em que eu disse, claramente, que a centro-direita ganharia essa eleição e ganhou amplamente. Foi uma grande vitória das forças conservadoras de centro-direita e de extrema-direita. Veja bem, o Bolsonaro, como pessoa, perdeu muitas eleições. Até a participação dele atrapalhou algumas candidaturas, mas o partido dele, o PL, foi para o segundo turno nas grandes cidades. E se somar, o PL e mais os partidos PP, PSD, Republicanos, tiveram vantagem enorme sobre nós do campo democrático e progressista. Nos grandes centros urbanos é que a esquerda tinha vantagens; onde a esquerda crescia, prosperava, do ponto de vista eleitoral e de militância política. Se olharmos, o PSB ganhou uma capital, que foi Recife; ganhou de forma muito avassaladora, com a grande vitória do prefeito João Campos à reeleição. E o PT ganhou Fortaleza, todas as demais capitais estão nas mãos de partidos de centro-direita ou de extrema-direita. O PL, que é o partido do Bolsonaro, ganhou quatro capitais. O MDB ganhou cinco ou seis, e a mais

importante, que é São Paulo. É preciso ter consciência dessa realidade. Foi extremamente desapontador, do ponto de vista da perspectiva das forças de esquerda.

O recado foi dado, com que clareza a esquerda entendeu?

A meu ver, as pessoas de esquerda, às vezes, têm resistência em entender que há uma mudança do perfil do eleitorado brasileiro. Mudança essa que vem se acentuando, a cada eleição. E a esquerda precisa também compreender isso e encontrar mecanismos de uma convivência com esses setores, que acabaram escolhendo seus candidatos em torno de valores. Não quero dizer que elas estão erradas de identificar os seus valores, porque cada um tem os seus. Numa democracia, temos que respeitar os valores, tanto os nossos, progressistas, quanto o dos outros, porque, afinal de contas, a democracia é um conjunto de diversidade, valores e opinião. O espectro político precisa disso tudo. Mas esse recado foi muito claro e significativo.

A esquerda precisa saber como conviver, por exemplo, com o eleitorado evangélico, que hoje representa, no mínimo, 30% da população brasileira, e estão em todos os grandes centros, em todas as cidades do país. Uma igreja, como a Assembleia de Deus, tem, muitas vezes, mais de uma, na mesma cidade. Está presente em todo o território nacional, do mais longínquo ao mais desenvolvido. É preciso ter uma linguagem e, ao mesmo tempo, respeito aos valores, e aproximar-se do cidadão, oferecendo a oportunidade de participar dos nossos partidos.

A esquerda tem que representar as pessoas dessas religiões também. O que representa a sociedade brasileira num conjunto de diferenças, porque tem-se que identificar aquilo que é importante para ela, respeitando a sua fé e seus valores, em determinadas áreas, que são, de fato, diferentes da esquerda,

mas que, a meu ver, não impossibilita a convivência. Essa eleição deu recados bem claros; que é preciso estar muito atento e ter a capacidade, também, de rever determinados conceitos e dogmas.

*Retomando tudo que foi dito até aqui, como
melhor definir socialismo?*

Pessoas dizem que o socialismo fracassou. Nunca concordei muito com isso, porque as ideias socialistas surgiram e, a partir delas, muitos direitos foram conquistados. Não considero ideias fracassadas, muito pelo contrário, considero muito vitoriosas. Quando se retoma que, nos primeiros séculos do capitalismo, na Inglaterra, crianças eram exploradas no trabalho, naturalmente, sem legislação que as protegessem; que não existia uma jornada de trabalho específica; que se podia trabalhar até 16 horas por dia; que os trabalhadores eram tratados quase como escravos e os lucros eram enormes; e, aí, olha-se para o mundo de hoje e vê-se que tem jornada de trabalho, tem férias, décimo terceiro salário, é possível compreender o percurso histórico.

No caso do Brasil, há direitos trabalhistas e os trabalhadores podem ter os seus próprios partidos, o que também é uma conquista das ideias socialistas, que lideraram os movimentos populares, sobretudo, que iniciaram na Europa. A partir das explorações e injustiças que sofriam do mundo capitalista, puderam se organizar democraticamente. Antigamente, para participar de um partido, era preciso ter certo nível econômico; não se podia, sendo um cidadão comum, ser membro de um partido político; todas essas conquistas foram obtidas a partir de ideias socialistas, em busca da igualdade entre as pessoas, da igualdade de oportunidades, de um mundo democrático.

As ideias socialistas, dentre outras conquistas, humanizaram as relações de trabalho.

Essas conquistas serviram de inspiração?

São conquistas sociais que inspiraram o progresso e as ideias socialistas. Portanto, não me venham dizer que o socialismo é um fracasso. Não, o socialismo não é um fracasso. O socialismo é um sistema que ainda está sendo construído, a partir dessas ideias de oportunidades para todos, de cidadania, democracia, liberdade, de direitos sociais, de prosperidade. Pelo menos o que entendo como socialismo. O socialismo é o futuro, não o passado. O que temos do passado são conquistas sociais importantíssimas que melhoraram as condições de vida e elevaram, dos pontos de vista material, espiritual e político, a humanidade. São conquistas muito importantes, que surgiram das ideias socialistas. Agora, se quiser chamar o Socialismo Real, de socialismo, chame, eu nunca chamei.

É necessário afirmar que o que fracassou de fato foi o chamado socialismo real, que não era socialismo.

“ O socialismo é o futuro,
não o passado. ”

E o estado de bem-estar social?

O estado de bem-estar social foi inspirado em ideias socialistas. Foram os socialistas que defenderam o estado de bem-estar social europeu, não foram os capitalistas. Foi o surgimento dos partidos socialistas e comunistas, na Europa, que levou os países capitalistas, na confrontação com a União Soviética, a terem o Estado de bem-estar social. Mesmo as conquistas obtidas no Brasil, todas, do ponto de vista do progresso social, foram definidas pela esquerda, nunca pela direita. A direita sempre defendeu o *status quo*, a manu-

tenção dos privilégios e não o progresso social. Se há países alfabetizados, houve crescimento na assistência médica; isso são políticas socialistas. O SUS, no Brasil, é uma política de esquerda. A universalização do ensino básico foi defendida pela esquerda. Então, é uma visão de progresso social, de progresso da humanidade e, portanto, está ocorrendo progressivamente, mesmo dentro do capitalismo.

Ao olhar para o norte da Europa, parece-me ser socialismo, pois a liberdade é, ao mesmo tempo, justiça social e igualdade de oportunidades, e ninguém vive na miséria. Então, são ideias que devem continuar nos inspirando permanentemente, rumo a um socialismo democrático, de um socialismo que cria igualdade de oportunidades, que humaniza relações humanas, as relações de trabalho e as relações sociais. É isso que acreditamos ser socialismo. E é isso que deve ser perseguido dentro de uma democracia e numa visão processual de conquistas sociais, políticas e econômicas.

Revolução gera mudança?

As revoluções, no mundo, sempre provocaram grandes mudanças. A Revolução Francesa, o Iluminismo, ainda hoje têm repercussão sobre o ideário de muitas mudanças que ocorrem no mundo, do ponto de vista da liberdade, democracia, dos direitos sociais, da rebelião das massas. Às vezes, o que se prega, numa revolução, nem sempre é o que acontece, mas ocorrem mudanças de qualquer maneira e, às vezes, são mudanças substanciais. A própria Revolução Russa, embora tenha se desenvolvido em um regime autoritário é preciso reconhecer que foi indutora de profundas transformações sociais, econômicas, políticas, no mundo todo. A conquista do estado de bem-estar social, na Europa Ocidental, teve inspiração nos ideais socialistas e foi uma conquista das forças populares e progressistas instaladas no continente europeu.

E no Brasil?

No Brasil, hoje, precisaríamos de uma revolução, não a revolução armada, mas uma revolução de novas ideias, novos horizontes e novos sonhos. Nunca se deve desprezar a palavra revolução, ou usá-la indevidamente, como se faz no Brasil, porque é uma revolução de verdade quando se quer mudar as estruturas anacrônicas como as existentes no Brasil.

Precisamos revolucionar o ensino, aperfeiçoar o sistema de saúde, aperfeiçoar e conquistar novas tecnologias, que, no Brasil, há muito tempo não se conquista. Precisamos de novas e importantes tecnologias, para tornar nossa indústria competitiva, no plano internacional; modernizar a indústria e criar milhões de empregos. É dessa revolução que precisamos. Mas isso requer, como afirmei, planejamento estratégico. E requer coragem e liderança, que ainda não temos o suficiente. É preciso coragem e liderança para executar uma mudança que dê uma virada de página e eleve o Brasil a outro patamar, como aconteceu na Revolução de 30 e que já passou, já está incorporado tudo o que foi feito ali. Precisamos de novos horizontes, com revolução democrática.

“Precisamos
de novos
horizontes,
com revolução
democrática.”

O PSB tem sabido fazer a transição de lideranças, abrindo espaço para as lideranças jovens?

Felizmente, o PSB tem novas lideranças, que também podem ter um protagonismo muito importante no futuro próximo. Refiro-me a João Campos, pelo talento político, a capacidade administrativa e visão de unir segmentos diferentes da sociedade, que poderá ter um grande papel. Também uma mulher, muito interessante, é a deputada Tabata Amaral, e outros jovens, nesse meio; lideranças intermediárias, que tiveram e têm protagonismo em seus estados, como Renato Casagrande, que é o secretário-geral, governador pela terceira vez, do Espírito Santo, que era jovem. Conheci todos eles jovens. Tem o Márcio França, que foi prefeito, deputado, líder, vice-governador, e depois governador. Tem o Camilo Capiberibe, lá no Norte do Brasil, que ainda jovem foi deputado e depois governador. O Beto Albuquerque teve seu protagonismo, lá no Rio Grande do Sul, não chegou ainda a ser governador, mas teve e ainda tem seu protagonismo.



O prefeito de Recife, João Campos e Carlos Siqueira.



A deputada federal Tabata Amaral e Carlos Siqueira.



Carlos Siqueira com Chico Paiva, do PSB de São Paulo.



Carlos Siqueira, Amanda Sobreira, presidente do PSB de Palmas e Geraldo Alckmin.



Laura Costa - secretária estadual de Mulheres do PSB de Minas Gerais e Carlos Siqueira.



Wesley Teixeira do PSB do Rio de Janeiro, Carlos Siqueira e Mayara Torres do PSB de São Paulo.

Olhando para os três mandatos do senhor, alguma frustração de coisas que não puderam ser executadas?

Não, não tenho nenhuma frustração, porque tem-se que fazer o melhor que pode, onde se está. Ninguém pode fazer o impossível. Ninguém pode fazer mais do que o momento oferece. Mesmo fazendo o máximo possível. Então, estou satisfeito. Penso que enfrentamos dificuldades, ganhamos eleições, perdemos eleições, depois ganhamos novamente. Fizemos enfrentamentos políticos e foram todos necessários. Esse período em que eu estou na presidência e é um período relativamente calmo, tiradas as tensões de discussões político-ideológicas que resultaram na saída de vários deputados, o período não foi conturbado. Foi um período de convivência relativamente calma. No final das contas, o PSB teve papel importante com suas contribuições, no momento mais difícil que o país passou, quando tivemos que derrotar o autoritarismo.

O PSB coloca-se em perspectiva de maneira positiva, com novas lideranças, o que me anima muito. Para mim, é um partido que tem lideranças jovens. Temos governadores, deputados, senadores, prefeitos, e essas lideranças jovens, que, por sinal, tem se destacado bastante nessas eleições, tanto João Campos, como Tabata Amaral, o deputado Duarte Júnior, lá no Maranhão; dentre outros vários jovens que também se elegeram prefeitos e vereadores. É o que nos dá uma perspectiva, porque junta-se a eles um legado histórico que vem de várias décadas. Eles não surgiram por acaso. Não são líderes por acaso. São líderes de uma cultura política que contribuiu muito com o país, na sua dimensão, e que, portanto, nos oferecem uma perspectiva de futuro. São lideranças que se formam nos embates políticos. São frutos de escolhas dos eleitores. E, nesses embates, elas vão crescendo, amadurecendo e levando o partido para um novo horizonte.

Nesse tempo todo, o senhor reuniu habilidades específicas que seu cargo exigia?

Tem uma parte que me coube, durante muitos anos, quando eu era secretário, que era administrar conflitos, e isso exige habilidade. Não é simples, não é fácil, mas tem o seu sabor. Quando se resolve, é grande a satisfação. Há conflitos, ainda, mas no passado eram mais. Confusões regionais, nacionais, disputa em congresso. Isso foi muito bom.

Ao longo do mandato do senhor, houve expressiva expansão da atuação dos segmentos, estratégia, ou convicção?

Tive a oportunidade de contribuir para a formação dos segmentos e não me esquivei disso, por entender a importância de buscar a formação de um partido de massa, além de um partido de quadros, como é mais o perfil do PSB. Quando o Dr. Arraes entrou, só existiam dois: a JSB, Juventude, e o SSB, Sindical, depois veio Mulheres, LGBT, Movimento Popular, Negritude e Inclusão, que é dirigido às pessoas com deficiência. E tudo isso foi se ampliando.

Como acompanhar tudo sem perder a profundidade?

Estive presente em todos os processos. Tivemos a formação de um novo estatuto, um novo regimento e um novo código de ética. Fui o relator de todos esses importantes documentos do PSB. Era uma espécie de relator-geral que sistematizava todos os processos e isso me deu muito trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, foi uma vivência importante, porque se percebe a natureza humana e passa a conhecer as pessoas e a natureza da política delas, tanto as boas, as elevadas, como as mesquinhas. Tem de tudo. Tenho orgulho de ter participado de tudo isso. Digo que consegui atravessar uma fogueira, sem me queimar, muitas vezes, e isso me dá certa alegria. Mesmo quando você entra em administração de conflitos, para conseguir que as pessoas percebam que a sua ação não é contra uma ou a outra, é difícil harmonizar interesses, durante os conflitos. Isso é bem difícil, mas, ao mesmo tempo, tem um sabor de que você pode, às vezes, aplinar e tornar mais harmonioso o ambiente.



Carlos Siqueira ao centro na mesa de encerramento do XV Congresso Nacional do PSB.



O presidente nacional do PSB no Congresso Estadual do Pará.



Carlos Siqueira mantém uma rotina de reuniões que acontecem na sede do Partido. À esquerda com o prefeito de Cavalcante/GO, Vilmar Kalunga. À direita com o ex-deputado Alessandro Molon.



Carlos Siqueira recebeu o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, no Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.



Em anos eleitorais, o presidente do PSB circula pelo Brasil em apoio às candidaturas do Partido. Nestas fotos, durante campanha de Tabata Amaral, à prefeitura de São Paulo.





Acima, Carlos Siqueira falando na Convenção que confirmou Dr. Daniel como candidato à reeleição em Ananindeua, no Pará. Abaixo, em campanha pela eleição da Professora Nislene, do PSB de Alto Paraíso de Goiás/GO.





Ao lado, no Ceará, Carlos Siqueira com o presidente Estadual do Partido, Eldoro Santana. Abaixo com o senador Cid Gomes.





Acima, na Paraíba, em evento político conduzido pelo governador João Azevedo.
Abaixo, em encontro realizado em Tocantins.





Carlos Siqueira participou de encontro no Rio de Janeiro, organizado pelo deputado Alessandro Molon.



Em visita a Belo Horizonte, Carlos Siqueira acompanhou lideranças do partido a conglomerados urbanos. Abaixo, o presidente do PSB falou em encontro realizado na Bahia ao lado da deputada federal Lídice da Mata e de Domingos Leonelli.





No Espírito Santo, Carlos Siqueira falou a uma plateia atenta, na Câmara Municipal e depois se encontrou com correligionários.





Acima com a bancada de deputados federais do partido, abaixo com a bancada de senadores: Cid Gomes, Chico Rodrigues, Kajuru e Flávio Arns.





Ao lado, Carlos Siqueira
em debate sobre a
reforma política, no
Senado.

Abaixo, participa de
reunião com a bancada
de deputados federais,
no Congresso.





Acima, Carlos Siqueira presta homenagem ao Dr. Miguel Arraes em evento comemorativo ao seu centenário. Abaixo, em celebração aos 60 anos de Eduardo Campos, em 2024.



Como essa harmonia é percebida?

De alguns anos para cá, fazemos congressos que têm discussões, mas não se vê embates a ponto de comprometer a harmonia, não se vê nada que possa ser de um ambiente violento. Não há um ambiente de tensão. E isso foi uma construção. Claro que não foi um papel só meu, mas foi também meu, e dos próprios presidentes. Tive um papel político, organizativo, e tudo isso dá muito trabalho, mas é necessário. Nem todos podem participar disso, porque muitos, sobretudo aqueles que têm mandato, precisam estar no parlamento, nas prefeituras, nos governos. São dimensões distintas da vida política partidária. Todos têm a sua importância e são complementares, não são conflitantes entre si.

A avaliação do senhor é de missão cumprida?

Eu me sinto muito satisfeito com a minha missão. Penso que estou cumprindo o meu papel. Já completei dez anos, na presidência do partido, que também não foram nada fáceis. Primeiro, tive que substituir uma personalidade que o Brasil já olhava com admiração. Tinha feito dois governos extraordinários em Pernambuco. Já tinha sido deputado várias vezes, líder, ministro, presidente do partido. Não era simples substituir uma personalidade dessa natureza, com o carisma de Eduardo Campos. Eu me orgulho de que os meus companheiros e companheiras de partido tenham visto em mim a possibilidade de harmonizar aquele momento para que isso pudesse, ao longo do tempo, permitir o surgimento de novas lideranças, e surgiram. Então, fico feliz. Conflitos aconteceram e foram superados. Muitos embates internos, externos, de toda a natureza, mas estava consciente de que estava dando vida, contribuindo para assegurar dinamismo a uma instituição que

hoje é a mais antiga no cenário político nacional, na vida democrática e republicana, que é o PSB de 1947 e refundado em 1985 e que tem objetivos e ideários que os verdadeiros democratas e socialistas não podem abrir mão.

*É possível avaliar os níveis de decepção em
contraposição com as alegrias?*

*A*s decepções foram bem menores do que as minhas alegrias, as minhas conquistas pessoais. A vida foi muito generosa comigo, sob todos os ângulos, tanto pessoal como político-partidário, sem maiores pretensões. E o fato de não ter grandes pretensões e grandes expectativas me torna mais feliz. Muitas pessoas ainda não descobriram isso, mas, o que torna o homem infeliz, são as expectativas excessivas, que, simplesmente, às vezes, não se cumprem. Como nunca tive essas grandes expectativas, estou muito satisfeito. Gostar da vida talvez seja, ou deveria ser, o principal objetivo de todas as pessoas. Gosto da vida. Quero viver plenamente a minha vida e com liberdades pessoal e política; nunca me submeti a nada. Tudo aquilo que fui, que não aceitava, sempre expressei com toda a clareza, correndo todos os riscos que podia correr. Nem sei como estou aqui, ainda, porque, mesmo no PSB, corri vários riscos. E não me arrependo de nenhum deles. Só cresci quando tive a coragem de correr riscos. E só se cresce na dificuldade e nos desafios. Não se cresce na bonança. A bonança não traz grandes frutos.

De militante a presidente, 35 anos de relação com o PSB, que avaliação fazer desse período?

São 35 anos que dediquei a um único partido e, praticamente desde que me filiei ao PSB, dediquei minha vida a ele. Inicialmente, fui assessor, mas foram poucos anos, logo integrei a direção nacional, como primeiro-secretário do partido e, a partir daí, convivi com presidentes fortes, que tentaram e fizeram o PSB crescer. E eu sempre estive ao lado deles, colaborando diuturnamente. Primeiro, foi o Dr. Jamil Haddad; logo em seguida, o Dr. Miguel Arraes; depois, Eduardo Campos. Teve o intervalo de poucos meses do Amaral. Dr. Jamil Haddad foi uma grande figura, para nosso partido, para a reconstrução do PSB. Os dois presidentes para quem fui o primeiro-secretário na composição da Executiva Nacional, foram, durante longo tempo, também governadores. No período do Dr. Arraes, que foram 12 anos, tinha que fazer todas as viagens, a todos os lugares, e fazer as articulações para a formação das novas direções; também era encarregado de administrar o Partido, desde a contratação de funcionários até a parte administrativa. Sempre tive um papel um pouco mesclado, que não era exclusivamente de organizar politicamente, mas também administrativamente.

Como explicar essa satisfação?

Quando se está servindo a uma causa sobre a qual está convencido de que vale a pena dedicar esforço, energia, inteligência a favor dela, isso é muito bom. Nunca me senti cansado de fazer o meu trabalho e procurar dar a minha contribuição, sem maiores pretensões. Porque, como todos sabem, nunca quis, embora tivesse sido incentivado, muitas vezes, a entrar na política eleitoral. Essa decisão já veio da minha juventude; nunca desejei isso. Então, dediquei-me a uma causa em uma instituição e sem essas

pretensões. Na realidade, nunca tive nem pretensão de mudar de posto. O posto que eu assumi, em 1995, foi o que eu fiquei até ser eleito presidente do partido, em 2014. Chegavam os congressos e muitos queriam mudar de posto. Eu nunca reivindiquei essa mudança. Eu estava muito feliz no cargo de primeiro-secretário nacional do partido, porque, para mim, não é o posto que dá a satisfação no trabalho e sim o que se faz no posto que ocupa. Esse cargo que ocupei durante os anos todos, até me tornar presidente do partido, me possibilitou contribuir, muitas vezes decisivamente, no desenvolvimento do PSB, que tem suas idas e vindas; tem suas fragilidades, suas debilidades, mas também teve seus sucessos e me permitiu, por várias ocasiões, percorrer todo o nosso país. Adorei conhecer o Brasil completo, porque passei a gostar mais ainda do meu país, sabendo e percebendo, em cada região, as possibilidades que apresenta para se desenvolver plenamente.

Presidente, quando olha para o futuro, o que observa?

Para falar sobre o futuro com o mínimo de propriedade, é fundamental analisar a realidade de momento. Estão em curso transformações muito significativas, transformações econômicas e tecnológicas que aceleraram, de forma drástica, o modo de produção, notadamente no mundo do trabalho, na circulação das mercadorias e no modo de vida.

Nunca, em tão pouco espaço de tempo, foram produzidos tantos bilionários como agora. Nunca, em tão pouco tempo, foram gerados tantos pobres e miseráveis no mundo. Jamais tivemos tantas migrações e imigrações forçadas, com geração de milhões de pessoas indocumentadas, ou ilegais, mundo afora; nunca exploramos tantos recursos naturais como estamos fazendo. A crise ambiental provocada pelas mudanças climáticas é real e absolutamente perversa, especialmente com os mais pobres e excluídos. A

democracia e a forma de representação popular logradas no pós-Segunda Guerra, que produziu tanta harmonia e riqueza, não responde mais aos anseios atuais da sociedade.

As teses propagadas pela extrema-direita avançam a passos largos, em vários países, especialmente naqueles em que governos democráticos eleitos não responderam adequadamente aos problemas mencionados anteriormente.

O desafio é encontrar as soluções para esses problemas, que não pode ser resultado da adoção de medidas superficiais. Nesse cenário é que meu entusiasmo se renova. O PSB, com todo seu elenco intelectual, ativista, histórico, representativo, construiu, ao longo de sua Autorreforma, um conjunto de soluções para os problemas do Brasil que nos faz acreditar haver muita luz a fim de irradiar o potencial da nação brasileira. Fizemos uma interpretação fiel do nosso país e conseguimos compreender os seus problemas. Temos propostas, sabemos o que fazer e isso é muito acolhedor, acalenta o nosso espírito, porque não há nada pior do que navegar sem destino e sem bússola.

Meu entusiasmo, no futuro do PSB, é que temos respostas para as questões mais emergenciais do Brasil, sabemos para que lutar e como lutar, e vamos seguir lutando. No meu caso específico, renovo minhas convicções no socialismo democrático a cada novo dia, sem me deixar abater pelas dificuldades em praticá-lo. Sei que são muitos os obstáculos, mas somos abnegados e vamos seguir, sempre, avançando rumo à concretização de nossos ideais, que, em sua linha base, apregoa um país livre, democrático, socialmente justo e pacífico.

Ainda que os problemas sejam muitos, temos esperança na força da juventude brasileira, nas novas lideranças, inclusive, principalmente naqueles que se formaram no PSB e estão se apresentando como legítimos representantes da esquerda brasileira.

O PSB é um partido que tem passado histórico, representativo e, certamente, um futuro ainda mais promissor.

ANEXO 1 - Carta à presidente Dilma Rousseff



Brasília, 18 de setembro de 2013

À Sua Excelência Senhora Dilma Rousseff
Em mãos.

Senhora Presidenta,

Desde 1989, quando da criação da “Frente Brasil Popular”, o **Partido Socialista Brasileiro** integra, juntamente com o Partido dos Trabalhadores e outros do campo da esquerda, a base política e social que, durante as sucessivas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e no segundo turno de 2002, apoiou e, finalmente, levou à Presidência da República, o companheiro Luís Inácio Lula da Silva, cujo governo contou com nossa participação, colaboração e sustentação, no Executivo e no Parlamento.

Convidado a ocupar funções governamentais, nosso Partido contribuiu para os avanços econômicos e sociais proporcionados ao País pelo governo do honrado Presidente Lula, dedicando seus melhores esforços e sua total lealdade nos momentos mais difíceis dos oito anos de mandato.

Em março de 2010, embora contássemos com um pré-candidato à presidência da República e fosse desejo manifesto de nossa base e das lideranças do partido o lançamento de candidatura própria, o PSB, a partir de uma profunda reflexão e discussão política com o companheiro Lula, abdicou dessa legítima pretensão e decidiu integrar a frente partidária que apoiou a candidatura de Vossa Excelência à Presidência da República.

Quando da formação do governo, Vossa Excelência convidou-nos para discutir nossa participação, ocasião em que manifestamos a possibilidade de apoiar sua administração sem necessariamente ocupar cargos. Vossa Excelência, entretanto, expressou o desejo de quadros do PSB na Administração, com o que concordamos sem apresentar condicionantes.



Neste momento, temos sido atingidos, sistemática e repetidamente, por, comentários e opiniões, jamais negadas por quem quer seja, de que o PSB deveria entregar os cargos que ocupa na estrutura governamental, em face da possibilidade de, legitimamente, poder apresentar candidatura à Presidência em 2014.

Longe de receber tais manifestações como ameaça, o Partido Socialista Brasileiro - que nunca se caracterizou pela prática do fisiologismo - reafirma seu desapego a cargos e posições na estrutura governamental, e reitera que seu apoio a qualquer governo jamais dependeu de cargos ou benesses de qualquer natureza, e sim do rumo estratégico adotado que, a nosso ver, deve guardar identidade com os valores que alicerçam a trajetória política do nosso Partido. Nossas divergências, todavia, não impediram nosso apoio ao governo de Vossa Excelência, mas pretendemos discutir com a sociedade, de forma mais ampla e livre.

O Partido Socialista Brasileiro, nos seus 60 anos de presença na vida política nacional, jamais transigiu ou negociou suas convicções e seus ideais programáticos.

Com longa tradição na luta pela democracia e pela justiça social, o PSB participou ativamente de importantes momentos da vida nacional, como a memorável campanha do "petróleo é nosso", a luta pela reforma agrária, a luta pelas "Diretas-já" e pela democratização do País. Sempre nos inspiraram exemplos como os de nossos companheiros João Mangabeira, Hermes Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Evandro Lins e Silva, Antônio Houaiss, Miguel Arraes e Jamil Haddad.

É justamente pelo apego a essa história que o partido, nos últimos anos, vem merecendo o reconhecimento da sociedade brasileira refletido no seu crescimento nas sucessivas vitórias eleitorais.

Por todas essas razões, o PSB vem à presença de Vossa Excelência, formalmente, declinar de sua participação no Governo, entregando os cargos que ora ocupa, ao mesmo tempo em que reafirma que permanecerá, como agora, em sua defesa no Congresso Nacional. Esta decisão não diz respeito a qualquer antecipação quanto a posicionamentos que haveremos de adotar no pleito eleitoral



que se avizinha, visto que nossa estratégia – que não exclui a possibilidade de candidatura própria – será discutida nas instâncias próprias, considerando nosso programa e os mais elevados interesses do País e a luta pelo desenvolvimento com igualdade social.

Saudações Socialistas,



Eduardo Campos
Presidente Nacional do PSB

A Sua Excelência,
Senhora Presidenta **Dilma Vana Rousseff**
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes
Brasília-DF

ANEXO 2

Discurso de Carlos Siqueira por ocasião da sua eleição à presidência do PSB
Brasília-DF, 13 de outubro de 2014

Caros companheiros(as) diretorianos(as), preciso iniciar agradecendo a todos pela confiança depositada em mim. Ainda que eu não tenha almejado a posição com que vocês me distinguiram, ela não pode deixar de ser motivo de satisfação especialmente intensa, para alguém que tem servido ao PSB como operário de suas causas, ao longo dos últimos 25 anos. Agradeço a todos, portanto, não tanto pela condição a que serei levado, mas pela possibilidade de ampliar o horizonte do trabalho que tenho feito, ainda que dentro do mesmo espírito de servir a nossa causa comum.

Como não poderia deixar de ser, essa nova condição se vê acompanhada de enorme responsabilidade, que tem como primeiro elemento o fato de que muitos outros poderiam exercer as atividades que irão me caber com mais propriedade do que eu poderei fazê-lo. Tal situação requer, portanto, uma ampla capacidade de ouvir e de somar perspectivas, exigência à qual não me furtarei, em nome do bem de nosso Partido.

O sentimento de gratidão próprio a momentos como esse não deve, contudo, se restringir ao nosso presente imediato. O PSB tem uma história singular e de vanguarda no sistema partidário brasileiro e, quando ainda eram pouco evidentes os excessos totalitários que também ocorriam no âmbito do socialismo real, soube se posicionar claramente no espectro das forças que elegeram a democracia como princípio fundamental da atuação política.

Superando a pecha que se impunha ao socialismo, tanto à esquerda como à direita, o PSB se posicionou claramente pelo binômio igualdade e liberdade, o que pareceu a todos inicialmente uma verdadeira aberração política. Essa qualidade diagnóstica não é apenas política ou intelectual; ela nos faz lembrar de homens exemplares, que podem e devem ser seguidos, como luzes nas muitas veredas escuras que a história nos apresenta. João Mangabeira, Antônio Houaiss, Jamil Haddad, Sérgio Buarque de Hollanda, Antonio Candido e tantos outros mantiveram-se no contexto de um humanismo radical, quanto o pragmatismo político, a real politik, levou a sérios descaminhos.

Poderia declinar uma infinidade de nomes de qualidades ética e intelectual insuspeitas, mas nosso Partido tem um patrimônio tão vasto que o tempo que me cabe aqui não seria suficiente para citar a todos. Faço a devida justiça a cada qual, portanto, na pessoa de líderes que me antecederam na presi-

dência do Partido, dentro os quais destaco Miguel Arraes, Roberto Amaral e a personalidade emblemática do Governador Eduardo Campos, que tão cedo nos deixou e que, ainda assim, nos faz ricos a todos.

Ricos em generosidade, em amor pelo povo, na capacidade de ouvir e de sermos membros de um Partido simpático à vida. Ricos porque esta generosidade se prolonga em nosso presente, por meio da coragem militante de Renata Campos e de seus filhos, que em meio ao sofrimento por uma perda imensa, não deixaram de vislumbrar carências de nosso povo. Não pode passar despercebido a ninguém que há em João Campos não apenas a habilidade para a política própria a seu pai, mas especialmente uma certa qualidade de benignidade, que distingue os homens que amam e respeitam o povo. Lembro que essa empatia singela pela vida, pela condição de fragilidade em que se desenvolve a existência de todos nós, é o maior antídoto a toda e qualquer forma de opressão e isso não faltou jamais ao PSB como sujeito político.

Essa característica – se vocês me permitem dizer – afetiva do sujeito coletivo que é o Partido Socialista Brasileiro, é essencial à conjuntura política que temos pela frente. Existe uma perspectiva real de mudança na vida política e social dos brasileiros, mas ela não pode se resumir a uma mudança dos condutores das diferentes agências estatais. Ainda que isso por si só seja bom para o País, não atende às urgências daqueles que correspondem às escolhas programáticas do PSB, em sua atuação como sujeito político.

Adentramos o atual certame eleitoral propondo uma alternativa real, autêntica de alternância democrática de poder; alternativa esta que uma tragédia interrompeu. O fez, contudo, mantendo acesa a chama reluzente de sua irrealização. É instigadora e em algum grau “profética” a divisa que nos conduziu até aqui: Não vamos desistir do Brasil. Se em sua presença Eduardo Campos nos liderava e animava para frente, agora, sua memória transformou-se em uma espécie de índice, que nos rememora de forma incisiva as urgências dos de baixo. É esse sentimento, os compromissos que implica, que distinguem o PSB e, como regra, os partidos de esquerda. Não podemos nos conformar com a naturalização da subserviência, com a miserabilidade, com o desperdício das faculdades criativas humanas.

Se nesse momento nos unimos a um partido de conformação social democrata, não é para aderir a sua perspectiva de mundo. Tampouco queremos ou poderíamos tomá-la por acessória no contexto de uma aliança. O PSB precisa emprestar ao novo governo as perspectivas de um projeto que aprofunde as conquistas sociais das últimas décadas e uma proposta de desenvolvimento político e social que corresponda às potencialidades de nosso País, o que pode ser conferido à aliança exatamente do mesmo modo que o pouco de sal que se acrescenta ao prato lhe confere o sabor, em sua inteireza.

Para fins da construção de uma nova hegemonia, importa menos o tamanho que cada qual no contexto da aliança e muito mais a intensidade com que sua visão de mundo se faz presente. A um partido organizado por uma perspectiva popular, como é o PSB, cabe ser dentre as forças de oposição que se alinham no presente momento, o porta voz e o articulador das reivindicações de um projeto de desenvolvimento que acolha os de baixo e que atue a favor de sua emancipação.

Notem que não advogamos as causas das populações empobrecidas enquanto tal, não temos o condão de substituir os movimentos populares, que devem falar por si mesmos, em uma democracia verdadeiramente vibrante. Um partido político de esquerda deve fazer valer as expectativas de justiça e de emancipação cidadã desses segmentos, na construção de um determinado campo hegemônico. Essa condição nos obriga a desenvolver uma concepção dialética do Brasil, cuja pedra de toque no presente momento consiste em conceber e implantar um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, que se faça acompanhar de uma democracia ampliada pela participação popular.

É interessante, nesse contexto, que a oportunidade histórica que nos é oferecida se faça acompanhar de um fortalecimento do Partido. Elegemos 34 deputados federais, 3 senadores e o Governador Paulo Câmara de Pernambuco, que obteve a maior votação no primeiro turno desta eleição (aproximadamente 70%) e disputaremos mais 4 governos estaduais em segundo turno. Esses números e as propostas programáticas já oferecidas ao candidato da coligação que passamos a integrar são nossas credenciais. Não representamos, portanto, uma expectativa, uma promessa: estamos verdadeiramente em meio ao povo e somos reconhecidos como uma agremiação que tomou seu partido e lhe tem sido fiel.

A construção que levamos para fora, o modo como nos apresentamos às demais agremiações partidárias e à população deve ter correspondentes internos. Um partido como o nosso não é um fim em si mesmo e só se justifica ao se organizar e se consolidar como um veículo para a transformação social. Se do ponto de vista tático, portanto, impõem-se as alianças, a participação mesmo que minoritária em determinados contextos hegemônicos, do ponto de vista estratégico não pode haver dúvidas: fazemos sentido à medida que nos dediquemos a uma luta sem tréguas à injustiça social.

O tema da organização partidária, por outro lado, tem suas próprias pautas. Em primeiro lugar precisamos reforçar todas as linhas de ação que nos qualifiquem como um sujeito coletivo, como Partido que tem programa e visão de mundo. Ora, isso requer participação, uma concepção horizontal de nossa estrutura, de tal forma que os dirigentes nas diversas instâncias partidárias

rias possam contribuir de modo efetivo para os rumos que haveremos de tomar. O mesmo se dá com os segmentos organizados – jovens, negritude, mulheres, LGBT, sindicalismo e movimentos populares.

Para que a tese da ampliação da participação não fique apenas na retórica, é preciso dar-lhe a devida institucionalidade, o que se inicia pela definição de um calendário anual de reuniões da

Executiva e Diretório Nacional. Devemos estimular a adoção dessa mesma prática no âmbito estadual, contemplando inclusive a criação de um Colégio de Presidentes dos Diretórios Estaduais, ao qual caberia entre outras missões fazer a análise conjuntural, avaliar o desempenho partidário e assistir a direção nacional na definição de nossos rumos estratégicos.

Em um contexto mais geral e amplo o PSB deve atuar para que a participação alcance o militante, de tal forma a que todos possamos cultivar um genuíno sentimento de pertencimento. Ao falar de nossa militância, devemos pensar além da figura em que muitos partidos a tem, ou seja, a de que ela atuaria como uma espécie de infantaria, sob orientação da direção partidária. O PSB pode seguramente fazer diferente e encontrar em seus militantes artífices da construção do Partido.

Ainda no tema da organização interna, precisamos lembrar que o vertiginoso crescimento do PSB nos últimos anos não decorreu do improvável, ou como consequência de uma vinculação carismática com a população. Foi fruto de planejamento estratégico, no sentido clássico do termo e as realizações que logramos, eram apenas metas há alguns anos atrás. Por uma fatalidade não chegamos à Presidência da República, mas todas as demais metas de nosso Planejamento Estratégico foram alcançadas. Importa, portanto, retomar esse processo e pensar em planejar nosso horizonte ao menos até 2018. Nessa oportunidade é preciso que nos endereçemos como tarefa fundamental eleger as grandes bandeiras que irão nos orientar, visto que nossa atuação partidária deve ser sempre meio para fins que interessam às causas populares.

Observo, ainda, que não poderemos nos furtar a fortalecer a área de política internacional do Partido, intensificando iniciativas em que desponte a articulação com agremiações partidárias, de diferentes países, sejam elas socialistas em sentido próprio, ou alinhadas às perspectivas de nosso campo. Não iremos nos acanhar diante deste desafio, pois uma perspectiva adequada em termos da política internacional, quanto aos modos de inserção do Brasil no contexto de um mundo globalizado, deve ser elemento especialmente relevante no projeto de nosso Partido.

A necessidade de planejar, própria a um Partido que trabalha com metas de longo prazo, que não tem por foco apenas a eleição, mas primordial-

mente a emancipação popular, faz com que a Fundação João Mangabeira tenha uma importância estratégica e um lugar singular em nosso projeto político. Precisamos em primeiro

lugar, cuidar bem de nossos quadros; inseri-los em todos os debates relevantes da contemporaneidade, levá-los a experimentar no presente as possibilidades de uma sociedade pós-capitalista. Falamos aqui não apenas de economia, de política ou de governos. É preciso que nossos jovens cresçam em meio a uma cultura política que compreenda as potencialidades das diferenças, a relevância da paz, os elementos propriamente sociais da palavra fraternidade. Para construir uma perspectiva verdadeiramente socialista precisamos difundir em nosso meio a capacidade de identificação com aqueles a quem o progresso não tem feito qualquer justiça.

Cabe, ainda, às fundações partidárias uma missão muito específica e para a qual precisamos contar com o apoio dos parlamentares do PSB. Para qualificar a atividade política e a gestão pública é fundamental que as fundações alcem a condição de verdadeiras universidades de governo, que se habilitem a qualificar quadros para a atuação partidária, dentro das perspectivas da moderna administração pública. Temos que estimular a eficiência, a economicidade e a responsabilidade, sem esquecer que tudo isso obriga a intensificar a cooperação interfederativa, a transversalidade e intersectorialidade na implantação das diferentes políticas públicas.

Caros amigos, creio a este ponto já ter abusado o suficiente da generosidade de todos. O tempo que tomei, contudo, não reflete um protocolo. Trago à luz convicções que se enraizaram em mim, em uma vida de operário das causas protagonizadas pelo PSB e por seu socialismo democrático, que continua *sui generis*, porquanto não realizado. Encontro nessa condição um contentamento genuíno e de todo contrário ao senso comum; aos ditames da grande mídia e aos prognósticos niilistas que muitos, de suas cátedras, gostam de veicular. O socialismo continua sendo uma verdadeira ousadia, ainda é motivo de certo escândalo e, não raro, tenho a sensação de que em minha maturidade não envelheci, porque o frescor de minhas convicções ainda me anima, da mesma forma que o faz reiteradamente o nascer do dia.

Olho com confiança serena o futuro do PSB, pois sua determinação política em construir um mundo mais justo vai de ombro com a jovialidade que o caracteriza. Encontram-se entre nós lideranças que ainda têm a sua frente décadas de atuação em prol do Brasil. Lembro dessa condição particular de nosso partido por meio de lideranças que se formaram juntamente com Eduardo Campos, no seio de uma genuína expectativa de mudança do País,

de que são exemplos Beto Albuquerque, Marcio França, Ricardo Coutinho, Rodrigo Rollemberg, Renato Casa- Grande, Geraldo Julio, Paulo Câmara e Camilo Capiberibe.

Sabemos todos, contudo, que não se trata exatamente de indivíduos. O arejamento político que esses nomes encarnam e representam é aquele dos que vislumbram um momento do tempo, em que o presente fará justiça ao passado de sofrimento de toda uma gente. Esse sentimento de que um outro mundo é possível, tenhamos certeza, é um SER, que habita corações e memória, que povoa a esperança dos de baixo. Eu tenho felicidade de encontrá-lo quase que diariamente entre aqueles que me cercam. Se eu tivesse, contudo, apresentar este SER aos que ainda não o conhecem, não hesitaria em dizer que para vê-lo basta direcionar o olhar aos olhos de homens como João Mangabeira, Jamil Hadadd, Miguel Arraes e Eduardo Campos.

As centelhas que emanam de seus olhares são fagulhas de um futuro que não se baseia na diferença generalizada pelo outro; de um tempo em que o socialismo democrático será não uma promessa, mas a realização plena da reconciliação entre igualdade e liberdade.

Muito obrigado.

ANEXO 3 Documento entregue ao presidente Michel Temer



RESOLUÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL Nº 002/2016

A Comissão Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro-PSB, reunida em Brasília, Distrito Federal, neste dia 10 de maio de 2016, **DECIDE**, emitir a seguinte Resolução Política.

O PSB DIANTE DA IMINÊNCIA DO NOVO GOVERNO

O processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff, ao longo desta semana deverá chegar a um de seus estágios mais relevantes, que redundará no afastamento da mandatária e na formação de um novo Governo.

O PSB já apresentou ao futuro Chefe do Executivo sua compreensão sobre a conjuntura nacional, por meio do documento intitulado Uma Agenda para o Brasil, em que examina a conjuntura política e apresenta a seu entendimento sobre os desafios que deverão ser enfrentados pelo novo governo, pelas forças políticas e por todos (as) cidadãos do nosso País. Além disso, o PSB sugere uma agenda para o País que no seu entender contribui para o enfrentamento da crise.

Neste contexto, de expectativas da formação do novo governo e ainda,

CONSIDERANDO que no quadro atual se desenvolvem crises simultâneas nos terrenos social, político, econômico e federativo, que se retroalimentam e conduzem à degradação dos serviços prestados pela União, Estados e Municípios, fato que leva à diminuição da qualidade de vida de todos os brasileiros;

CONSIDERANDO que tais crises trarão graves consequências para o futuro da Nação, com repercussões de curto, médio e longo prazos;

CONSIDERANDO que a situação que se instalou no País decorre essencialmente dos últimos anos de governo nos quais não se apresentou à Nação um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável, de tal forma que em lugar de um êxito permanente e estruturante, encontramos ao fim do ciclo de bonança propiciado pela conjuntura no mercado internacional, o esgotamento de um modelo socioeconômico que se pretendeu levar muito adiante de suas possibilidades;

CONSIDERANDO que a expansão do gasto público, endividamento das famílias, política cambial e de preços administrados como instrumento de controle inflacionário, dentre outros componentes, são elementos da prorrogação do modelo que ao mesmo tempo permitiram a vitória eleitoral em 2014 e inviabilizaram por completo o governo então reeleito;

CONSIDERANDO que se impõe mudar radicalmente o legado que será transmitido pelo Governo Dilma Rousseff, com destaque para a reengenharia do Estado, adequação das políticas fiscal, monetária e cambial, estratégias de desenvolvimento, sem que tais iniciativas comprometam as conquistas sociais obtidas pelo povo brasileiro, a partir da Constituição Cidadã de 1988.

A Comissão Executiva Nacional do PSB, **RESOLVE:**

- Que ao PSB cabe contribuir para com o País apresentando ao futuro Governo sua visão sobre as origens das crises simultâneas que nos assolam e as estratégias por meio das quais elas podem ser superadas – o que faz por meio do documento **Uma Agenda para o Brasil**;
- Que ao Presidente da República deve ser facultada ampla liberdade para compor o Governo, consideradas a gravidade da crise e a necessidade de se reunir quadros que emprestem ao Brasil o sentimento de que foram mobilizados os melhores para cada área, tenham eles origem no mundo político ou na sociedade civil, inclusive, reduzindo o número de ministérios;
- Que a forma de composição do governo, no que se refere à contribuição do PSB, não pode seguir os protocolos tradicionais do presidencialismo de coalizão. Ao Partido, portanto, interessa a natureza da agenda política, econômica e social que irá orientar o novo Governo e que, no caso do PSB, propõe os seguintes compromissos:
 1. O peso dos ajustes que devem ser realizados não pode recair sobre os segmentos populares, porque eles têm pagado de forma antecipada sua contribuição específica ao reordenamento do Brasil. O desemprego que atinge a esta altura mais de 10 milhões de brasileiros, a recessão que tem medida diferente para quem não tem recursos acumulados, a desorganização dos serviços públicos de saúde, educação, segurança pública entre outros, já são itens de uma fatura desmesurada que se paga a preço de desesperança e desespero, dado a ausência de alternativas até aqui.
 2. Manutenção das conquistas sociais que o Brasil alcançou no período democrático, com destaque para a organização do sistema saúde, previdência e

assistência – que deve ser aprimorado, qualificado e verdadeiramente universalizado –; preservação da previdência social rural, por seu importante papel em termos de atenção à população idosa, redistribuição de renda e segurança alimentar; manutenção do seguro desemprego e promoção de iniciativas que possam minorar as dificuldades dos segmentos populares, diante de um período recessivo que já é longo.

3. Defesa e promoção dos direitos humanos, em que devem estar incluídos a proteção da infância e das pessoas idosas, direitos de minoria abrangendo as questões de raça, orientação sexual, mulheres, populações tradicionais etc. Atenção aos grupos em condição de vulnerabilidade, como os que estão em situação de rua, dependentes químicos etc.

4. Ratificação do Acordo de Paris, o que requer iniciativas do Legislativo e do Executivo, uma vez que esses poderes devem corroborar formalmente, por meio de decretos específicos, os compromissos assumidos pelo Brasil na 21ª Conferência das Partes (COP-21), realizada em Paris. Articular, nesse âmbito, ações para implementar as metas contidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDC) do Brasil.

5. Considerando que o sistema político-partidário brasileiro dá sinais de fragilidades flagrantes, com impactos sensíveis sobre i) qualidade de nossa democracia; ii) performance econômica; iii) percepção de risco para fins de investimentos produtivos internacionais, dentre outros aspectos, apresenta-se a necessidade de se realizar uma reforma política ampla. Devem ser considerados nessa temática especialmente o fortalecimento do sistema partidário e eleitoral, com a adoção de medidas como cláusula de desempenho, fim das coligações proporcionais e do instituto da reeleição, unificando-se o calendário eleitoral em intervalos de 5 anos; revogação de mandato eletivo; estímulo a discussão sobre o parlamentarismo. Tem relevância, ainda, na modernização de nosso sistema político a ampliação dos mecanismos de participação popular, que têm se apresentado como uma demanda recorrente da população e, em especial, dos jovens.

6. Novo federalismo, que compreenda a importância fundamental das instâncias subnacionais para a definição da qualidade de vida da população. Ressalte-se que a concentração de recursos na união tem comprometido a própria noção de federação e, do ponto de vista prático, tem se prestado muito mais a promover a subordinação de governadores e prefeitos à União, do que disseminar disciplina fiscal, ou mesmo melhorias na eficiência do setor público. É premente, ainda, enfrentar a questão da distribuição dos recursos tributários, inclusive porque estados e municípios se encontram à míngua, diante de uma recessão de grande magnitude. No sentido de ampliar nosso pacto federativo,

deve-se conceder aos estados prerrogativa de legislar em matérias de interesse mais estrito de suas populações, cabendo como exemplo a área ambiental.

7. No terreno do Novo Federalismo é preciso destacar a reforma tributária, que contemple como princípio essencial a menor incidência de impostos sobre o consumo e a produção, ampliando-se a participação da renda e do patrimônio na base tributária. O sentido dessa reforma não dever ser, portanto, aumento da quantidade e espécie de tributos, ou mesmo do montante a ser arrecadado, mas distribuir justiça fiscal – uma vez que no Brasil, de maneira injusta, os pobres pagam como proporção da renda muito mais impostos do que os ricos.

8. Realizar uma opção clara, que não se observou até aqui nos governos do período democrático, pela valorização da produção, do trabalho e do emprego, criando-se em conformidade as condições que permitam ao Brasil deixar de remunerar os capitais especulativos em condições excepcionais, relativamente aos padrões mundiais – arranjo este que inviabiliza o desenvolvimento. Observe-se que o PSB não postula nesse campo qualquer medida voluntarista, mas a articulação responsável das políticas fiscal e monetária, nos quadros de uma reengenharia da máquina pública, para que se possa afastar a situação em que o País se coloca como refém de interesses rentistas. Não podemos continuar sendo o País que paga as mais altas taxas de juros e pagar mais de 500 bilhões pelo serviço da dívida pública.

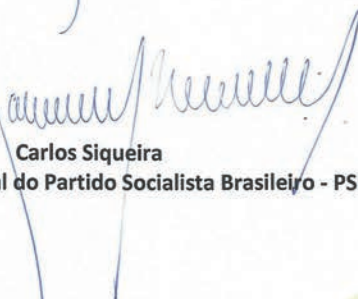
9. Para os fins do desenvolvimento nacional, de que se tratou mais acima, é preciso considerar que complementarmente aos investimentos em infraestrutura temos que melhorar dramaticamente a qualidade do ensino básico, erradicar o analfabetismo que ainda alcança porções relevantes de nossa população, qualificar nossa mão de obra e especialmente os jovens, por meio do ensino técnico profissionalizante. Sem que se articule de forma virtuosa o trinômio infraestrutura, educação e qualificação profissional, o Brasil não irá superar a condição de crescimento moderado que tem caracterizado as últimas três décadas.

10. Ampliar e aprofundar as práticas públicas e privadas relacionadas à transparência, de tal sorte que se fortaleçam elementos como competência, mérito, economicidade, publicidade etc. O conceito de transparência guarda ampla e direta afinidade com a democracia e a traz para perto da população, estabelecendo uma relação imediata com a vida de cada qual em seu dia a dia. O cidadão à medida que discute orçamento, que acompanha os gastos na educação, se interessa pela política e faz política em seu sentido mais nobre, pois passa a ser coparticipante dos destinos de sua cidade, estado e País.



- Que, coerentemente com os termos da exposição de motivos desenvolvida até aqui, a Direção Nacional do PSB não indicará e **não cancelará** nomes para compor o governo.

Brasília-DF, 10 de maio de 2016.



Carlos Siqueira
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB

ANEXO 4 Nota de repúdio às violações dos direitos humanos na Venezuela



DIRETÓRIO NACIONAL

RESOLUÇÃO

Considerando que o PSB nasceu em 1947 para defender a democracia e as transformações sociais, mantendo, ao longo de toda a sua história, inafastável compromisso com as liberdades civis e políticas, tais como a liberdade de organização partidária, de oposição, de manifestação do pensamento, de imprensa, bem como com o respeito aos demais direitos fundamentais,

Considerando o relatório da Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Michelle Bachelet, apresentado no mês passado (julho de 2019), que aponta numerosas e graves violações de direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais pelo governo Maduro,

Considerando que o histórico da referida Alta Comissária, ex-presidente do Chile pelo Partido Socialista, bem como seus compromissos com a democracia, com os direitos humanos e com o progresso social, não deixam qualquer dúvida sobre suas motivações e sobre sua capacidade de discernimento,

Considerando que já há alguns anos o Partido Socialista Brasileiro não participa dos encontros do Foro de São Paulo,

Considerando que o Partido Socialista Brasileiro integra a Coordenação Socialista Latinoamericana (CSL), cuja Secretaria-Geral ora ocupa e exerce,

Considerando os princípios constitucionais da prevalência dos direitos humanos (CF 88, art. 4º, inciso II), da autodeterminação dos povos (idem, inciso III) e da não intervenção (idem, inciso IV), que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais,

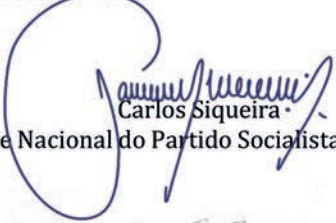
O Diretório Nacional do PSB resolve:

- 1) Deixar de integrar o Foro de São Paulo, de cujos encontros o PSB já não participa há anos, e solicitar à sua coordenação que exclua o PSB da lista oficial de partidos que constam de sua página na internet;
- 2) Reforçar a importância da CSL (Coordenação Socialista Latino-americana) como ferramenta para aprofundar a integração de partidos progressistas comprometidos com a redução das desigualdades, com o desenvolvimento econômico e social soberano dos países de nosso continente, com a democracia, com as liberdades e com os direitos humanos;
- 3) Manifestar seu repúdio às violações de direitos humanos praticadas pelo governo venezuelano, descritas no relatório da Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, típicas de regimes autoritários, como bem observado pelo ex-presidente do Uruguai José Mujica;



- 4) Defender que o governo venezuelano acate, o quanto antes, as recomendações que constam do relatório da ACNUDH, como, por exemplo, que se “ponha em liberdade todas as pessoas privadas arbitrariamente de sua liberdade” (recomendação “E” do Relatório da ACNUDH);
- 5) Manifestar seu repúdio às sanções econômicas impostas à Venezuela pelo governo Trump e endossadas por Bolsonaro, por considerar, como descreve a Alta Comissária, que tais sanções agravam a situação econômica e social daquele país e o sofrimento de seu povo;
- 6) Repudiar veementemente qualquer proposta de intervenção estrangeira na Venezuela, que iria de encontro aos princípios constitucionais de nossas relações internacionais;
- 7) Não reconhecer a autoridade de Juan Guaidó como presidente autoproclamado;
- 8) Reconhecer a importância da contribuição da Noruega na busca de mediação para uma solução pacífica do conflito entre governo e oposição na Venezuela, a que, esperamos, se chegue o mais breve possível.
- 9) Manifestar solidariedade ao povo venezuelano, que é quem mais sofre com esta grave crise humanitária.

Brasília-DF, 30 de agosto de 2019.


Carlos Siqueira
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro-PSB


Deputado Alessandro Molon
Secretário Nacional Especial e Membro Titular do Diretório Nacional do

PSB

ANEXO 5 Nota de repúdio à ditadura na Nicarágua



Brasília-DF, 09 de março de 2023

NOTA DE REPÚDIO À DITADURA NA NICARÁGUA

O Partido Socialista Brasileiro – PSB, que sempre advogou a causa do socialismo democrático, não pode ficar indiferente às flagrantes violações dos direitos humanos, detenções arbitrárias, julgamentos e execuções sumárias, assassinatos e tortura contra dissidentes políticos, dentre outras práticas típicas de regimes ditatoriais, que ocorrem na Nicarágua.

Desta forma, ***o PSB manifesta seu mais amplo e total repúdio às práticas ditatoriais do senhor Daniel Ortega*** e se solidariza com o povo nicaraguense, que precisa de um futuro que não reproduza o passado de violência política e social a que vem sendo submetido desde há muito.

Salientamos, por fim, que a democracia é um valor universal, razão pela qual não cabe transigir em qualquer grau com aqueles que a desafiam, em especial quando isso se dá de modo violento e até mesmo sanguinário.

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB



Editora QCP
Rua Dr. Clóvis de Oliveira, 166 – Progredior
CEP: 05616-130 – São Paulo/SP
+ 55 11 4186-7222
www.qcp.com.br

Este livro registra o encontro das trajetórias de Carlos Siqueira e do Partido Socialista Brasileiro. Filiado ao PSB desde 1990, são 35 anos de dedicação.

De militante a secretário nacional do Partido, por muitos anos, depois como presidente do PSB, por três mandatos seguidos, as relações estabelecidas entre ele e a instituição política seguem historicamente intrínsecas, em um movimento constante e cíclico em que ambos se fortalecem.



Partido Socialista Brasileiro - PSB

SCLN 304, Bloco A,
Sobreloja 01, Entrada 63
Brasília - DF - CEP 70736-510
+ 55 (61) 3327 5196
+ 55 (61) 3327 6405
www.psb40.org.br



Fundação
João Mangabeira

Fundação João Mangabeira - FJM

Sede própria: SHIS QI 5, Conjunto 2, Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul, Brasília - DF
+55 (61) 3365-4099
+55 (61) 3365-5279
www.fjmangabeira.org.br